

**EDITAL**

<b>Pregão Eletrônico nº 016/2026</b>	<b>Data de Abertura:</b> 10/06/2026 às 09:00h <b>www.gov.br/compras/pt-br</b>	
<b>Nº do PE no compras.gov.br:</b> 900162026	<b>UASG:</b> 925302	<b>Nº do Proc.:</b> 19.000.000156.2025
<b>Objeto:</b> REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO PREDIAL (INSTALAÇÕES CIVIS E ELÉTRICAS, E COBERTURA), SOB DEMANDA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA, DESTINADOS ÀS ESCOLAS ESTADUAIS, SEDE DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SUAS SEDES REGIONAIS E DEMAIS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS		
<b>Órgão Requisitante:</b> SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB		
<b>Valor Total Estimado:</b> R\$ 73.159.522,80 (setenta e três milhões cento e cinquenta e nove mil quinhentos e vinte e dois reais e oitenta centavos) proveniente da aplicação do percentual de desconto de 9% (nove por cento) sobre o valor de R\$ 80.395.080,00 (oitenta milhões trezentos e noventa e cinco mil e oitenta reais)		
<b>PREGÃO ELETRÔNICO RP - SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA</b>		
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria?</b>	<b>Amostra?</b>
SIM	SIM	NÃO
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Critério de Julgamento das Propostas?</b>
NÃO	NÃO	MAIOR DESCONTO
<b>Modo de Disputa:</b> ABERTO-FECHADO	<b>Critério de Aceitabilidade de Preços:</b> UNITÁRIO DO ITEM	
<b><u>DESTAQUES</u></b>		
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo PERCENTUAL DE DESCONTO do item.</p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>		



**EDITAL**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, na qualidade de órgão gerenciador conforme os termos do Art. 8º, do Decreto Estadual nº 43.759/2023, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 3.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 3.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1. Nos itens cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte não será concedido tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);

3.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.4 e 3.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.6.4 e 3.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

- 4.1. O orçamento estimado da presente contratação não é de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 5.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.





5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

Página 5 de 30



SADDIN202624054A

- 5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. Valor PERCENTUAL DE DESCONTO do item, com apenas 02 (duas) casas decimais;
- 6.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 02 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 6.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 6.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo indicado no Anexo I do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Anexo I do Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. O preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Anexo I do Termo de Referência.
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo



legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

- 6.13. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.
- 6.14. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo PERCENTUAL DE DESCONTO do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento).
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 7.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



- 7.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.10.5. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 7.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.14. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.17.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



- 7.17.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;
- 7.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 7.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;
- 7.18.2.2. empresas brasileiras;
- 7.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.18.3. Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos em lei, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado por meio da funcionalidade do sistema Compras.gov.br.
- 7.18.3.1. Na impossibilidade de realização do sorteio pelo sistema do compras.gov.br, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.19. Será admitida a previsão de preços diferentes conforme os critérios previstos no art. 21, III, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, nas seguintes hipóteses:
- 7.19.1. quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- 7.19.2. em razão da forma e do local de acondicionamento;
- 7.19.3. quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- 7.19.4. por outros motivos justificados no processo;





## **8. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 8.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);
- 8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>);
- 8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 8.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO));
- 8.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIL-PB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).
- 8.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 8.1.2; 8.1.3; 8.1.4 e 8.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício aplicado.
- 8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade





do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

## **9. DA PROPOSTA ADEQUADA**

- 9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
  - 9.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.
- 9.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 9.7. Além das informações exigidas no item 6 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
  - 9.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
  - 9.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;
    - 9.7.2.1. apresentar as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo anexo do edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES);
  - 9.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;
  - 9.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.
  - 9.7.5. conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
    - 9.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;



- 9.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 9.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 9.7.8. No caso da incidência de ICMS:
- 9.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
- 9.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
- 9.7.8.3. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;
- 9.8. A(o) pregoeira(o) realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.
- 9.9. A(o) pregoeira(o) concederá o prazo de no mínimo duas horas para readaptação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa SEAD Nº 005/2023.
- 9.10. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se às condições e exigências estabelecidas no o Termo de Referência, anexo a este Edital.
- 9.11. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

## **10. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

- 10.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 10.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 10.2.1. contiver vícios insanáveis;
- 10.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 10.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.2.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;



- 10.2.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.4. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:
- 10.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.5. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 10.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 10.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 10.5.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 10.5.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.7. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.7.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 10.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.



- 10.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 10.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **11. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 11.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 11.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 11.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 11.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 11.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 11.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- 11.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 11.9. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 11.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do e-mail: obras@see.pb.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 11.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 11.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 11.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 11.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 11.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 11.12. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 11.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 11.13. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 11.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 11.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 11.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da(o) Pregoeira(o), a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:



- 11.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 11.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 11.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 11.14.5. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.
- 11.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.12.1.
- 11.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 11.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 11.19. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:
- 11.19.1. **Relativos à Habilitação Jurídica:**
- 11.19.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 11.19.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.19.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 11.19.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.19.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a







## GOVERNO DA PARAÍBA

filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 11.19.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.19.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 11.19.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 11.19.1.9. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.19.1.10. Agricultor familiar: Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF, válido; ou Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP, ativa; ou, ainda, outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA, nos termos do art. 2º, §3º do Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023.
- 11.19.1.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 11.19.1.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 11.19.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista

- 11.19.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.19.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.19.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.19.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 11.19.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;





11.19.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.19.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.19.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**11.19.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

11.19.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

11.19.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

11.19.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), devidamente registrados na junta comercial ou no órgão competente, na forma da lei, comprovando:

11.19.3.3.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

11.19.3.3.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

11.19.3.3.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

11.19.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.19.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

11.19.3.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**11.19.4. Relativos à Qualificação Técnica:**

11.19.4.1. As exigências relativas à Qualificação Técnica encontram-se elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

**11.19.5. Disposições gerais sobre habilitação**



11.19.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

11.19.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.19.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.19.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.19.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.19.6. Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

f.1. ata de fundação;

f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**11.19.7. Documentos Complementares:**



a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL

**11.19.8. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:**

a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o edital exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

c.1. Designação do consórcio e sua composição;

c.2. Finalidade do consórcio;

c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas

c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;

d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

## **12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo



de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

- 12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- 12.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- 12.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 12.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sítio eletrônico da Central de Compras.
- 12.3.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo (prorrogável) estabelecido neste Edital, ensejará a aplicação de penalidades.
- 12.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 12.5. A(s) Ata(s) de Registros de Preços com os preços registrados e fornecedores serão divulgadas no sítio eletrônico da Central de Compras e no PNCP, disponibilizada(s) durante a vigência da ata de registro de preços.
- 12.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 12.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 12.8. Conforme disposto no artigo 29 do Decreto Estadual Nº 43.759/2023, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 12.9. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e será definida nos termos do disposto no art. 53 do Decreto Estadual Nº 43.759/2023.
- 12.10. A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

### **13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

- 13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.



13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos arts. 45 e 46 do Decreto Estadual nº 43.759/2023.

13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **14. DOS RECURSOS**

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar



recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
  - 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
  - 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 15.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 15.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
  - 15.1.6. fraudar a licitação
  - 15.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 15.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 15.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 15.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



- 15.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 15.2.1. advertência;
- 15.2.2. multa;
- 15.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
- 15.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 15.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 15.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 15.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 15.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 15.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 15.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e 15.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7, 15.1.8 e





15.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2, 15.1.3 e 15.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

- 15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 15.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 15.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 15.7. e 15.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.
- 15.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 15.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **16. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 16.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



- 16.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [gelic07@centraldecompras.pb.gov.br](mailto:gelic07@centraldecompras.pb.gov.br).
- 16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **17. DO CONTRATO**

- 17.1. Após assinatura da Ata de Registro de Preços e dentro do respectivo prazo de validade, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital e na Ata de Registro de Preços.
- 17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 17.3. Caso a Administração entenda pela substituição do contrato por nota de empenho, o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da sua ciência, para confirmar a entrega do objeto, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 17.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 17.4.1. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 17.5. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 17.5.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
- 17.5.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
- 17.5.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 17.5.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 17.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 17.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação



e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

17.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

17.8. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedoros Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

17.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

17.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato, que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei nº 14.967/2024.

17.10. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

18.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos no Termo de Referência, anexo deste Edital.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. A(o) Pregoeira(o) poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, conforme previsão do art. 41, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

19.2. A(o) Pregoeira(o) poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada no relatório de julgamento e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação, conforme previsão do art. 42, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

19.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que tratam os itens supra, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada no relatório de julgamento, conforme previsão do art. 43, da IN SEAD Nº 005/2023, de 08 de novembro de 2023.

19.4. Será divulgado relatório de julgamento da sessão pública no sistema eletrônico.

19.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente,



no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).

- 19.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 19.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br/](http://www.centraldecompras.pb.gov.br/).
- 19.14. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 19.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.15.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 19.15.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados e seus respectivos quantitativos
- 19.15.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Modelo de declaração de vistoria prévia;
- 19.15.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Modelo de declaração de renúncia de vistoria prévia;
- 19.15.1.4. Anexo IV do Termo de Referência – Endereços das unidades escolares;
- 19.15.1.5. Anexo V do Termo de Referência – Modelo de declaração de disponibilidade de equipamentos, materiais e equipe técnica especializada;
- 19.15.1.6. Anexo VI do Termo de Referência – Modelo de Relatório de Vistoria Técnica;
- 19.15.1.7. Anexo VII do Termo de Referência – Modelo de Planilha de Medição;
- 19.15.1.8. Anexo VIII do Termo de Referência – Modelo de Planilha de Composição Orçamentária;
- 19.15.1.9. Anexo IX do Termo de Referência – Modelo de Proposta;



- 19.15.1.10. Anexo X do Termo de Referência – Mapa das Regionais de Ensino do Estado da Paraíba;
- 19.15.1.11. Anexo XI do Termo de Referência – Composição BDI.
- 19.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
  - 19.15.2.1. Apêndice da Minuta de Contrato - Matriz de Alocação de Riscos Contratuais
- 19.15.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 19.15.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco
- 19.15.5. ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME - EPP
- 19.15.6. Apêndice I do TR – Estudo Técnico Preliminar
- 19.15.7. Apêndice II do TR - Relatório Técnico Preparatório
  - 19.15.7.1. ANEXO I do RTP - Modelo de Declaração Única de Conformidade e Compromissos

João Pessoa, data da assinatura digital.

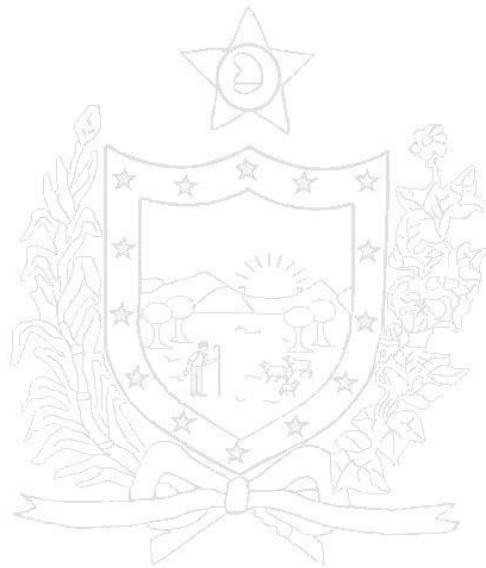
**Wanessa Maria de Paula da Silva Viana**  
Responsável pela Elaboração do Edital

**Jéssica Cecília de Albuquerque Araújo**  
Responsável pela Revisão do Edital



# TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021



**PROCESSO: SEE-PRC-2025/01458**

PROCESSO 2025: MANUTENÇÃO PREDIAL

**DATA DE ABERTURA: 14/01/2025**



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/03/2026 - 16:06hs e [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 31/03/2026 - 13:54hs.  
Documento Nº: 9330700.86662580-327 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.86662580-327>



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



## SUMÁRIO

<b>1. METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE DEMANDAS</b>	<b>3</b>
<b>2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO</b>	<b>5</b>
<b>5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>5</b>
SUSTENTABILIDADE	5
SUBCONTRATAÇÃO	6
GARANTIA DA CONTRATAÇÃO	6
VISTORIA	7
<b>6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>	<b>8</b>
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	8
ETAPAS DO SERVIÇO	12
RELATÓRIO TÉCNICO DE SERVIÇOS	18
GESTÃO DO CRONOGRAMA	18
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	19
LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	19
MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS	20
INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA	24
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	33
ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)	35
<b>PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO</b>	<b>36</b>

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

<b>7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</b>	<b>37</b>
PREPOSTO	38
FISCALIZAÇÃO	38
GESTOR DO CONTRATO	40
<b>8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO</b>	<b>41</b>
DO RECEBIMENTO	45
LIQUIDAÇÃO	48
PRAZO DE PAGAMENTO	50
FORMA DE PAGAMENTO	51
REAJUSTE	51
<b>9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO</b>	<b>52</b>
FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA	52
REGIME DE EXECUÇÃO	52
CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS	53
<b>10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>60</b>
<b>11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>61</b>
<b>12. ANEXOS</b>	<b>61</b>

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/03/2026 - 16:06hs e [SEE104725] [SENHA] LUCAS  
FERNANDES AGUIAR em 31/03/2026 - 13:54hs.  
Documento Nº: 9330700.86662580-327 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.86662580-327>



SEEPRC202541462V02

**GOVERNO  
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES****ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

PREGÃO ELETRÔNICO

SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA - RP

PROCESSO Nº SEE-PRC-2025/01458

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB

**1. METODOLOGIA DE LEVANTAMENTO DE DEMANDAS**

As quantidades de serviços previstas neste Termo de Referência resultam de levantamento técnico realizado pela Secretaria de Estado da Educação, por meio de visitas e diagnósticos efetuados nas unidades escolares e administrativas. Esse levantamento identificou os serviços mais recorrentes e necessários para o atendimento das demandas de manutenção predial, refletidos na planilha anexa.

Dessa forma, os quantitativos aqui apresentados foram definidos de forma criteriosa, considerando histórico de demandas, condições estruturais dos imóveis e necessidades específicas apontadas pelas escolas, de modo a assegurar a adequada execução contratual e a utilização eficiente dos recursos públicos.

**2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. Contratação de serviços especializados na execução dos serviços de engenharia de manutenção predial (instalações civis e elétricas, e cobertura), sob demanda, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada, destinados às escolas estaduais, sede da Secretaria de Estado da Educação, suas sedes regionais e demais prédios administrativos, nos termos da tabela constante no ANEXO I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidos neste instrumento.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 2.2. As estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) e não participante(s) estão definidas em anexo ao presente termo.
- 2.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.4.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que envolve a prestação de serviços de manutenção predial de maneira contínua e regular, sem interrupção, para atender às necessidades permanentes da Secretaria de Estado da Educação. Esses serviços englobam ações preventivas, corretivas e preditivas, garantindo a conservação e o funcionamento adequado das instalações físicas das escolas estaduais, sede da Secretaria, suas sedes regionais e demais prédios administrativos, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.
- 2.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 2.6. Os imóveis que eventualmente venham a ser incorporados ao patrimônio da Secretaria de Estado da Educação também estarão contemplados no escopo contratual, assegurando a continuidade dos serviços de manutenção predial, independentemente de sua inclusão inicial no Termo de Referência. Essa previsão é essencial para garantir a abrangência e a eficiência do atendimento às demandas emergentes da Administração Pública.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - PCA/2025, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **SUSTENTABILIDADE**

5.1. Durante a execução dos serviços, o contratado deverá adotar práticas sustentáveis, como o uso de materiais recicláveis, a implementação de processos que minimizem a geração de resíduos e o descarte adequado conforme as normas da ABNT aplicáveis.

5.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

5.2.1. Adotar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI/MP no 1, de 19 de janeiro de 2010, e demais legislações em vigor, baseando-se na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental;

5.2.2. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

5.3. O contratado será responsável por implementar a logística reversa para todos os resíduos gerados, incluindo embalagens de materiais utilizados, garantindo que sejam coletados e destinados adequadamente.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

#### **SUBCONTRATAÇÃO**

- 5.4. Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada poderá subcontratar apenas parcelas acessórias ou serviços especializados do objeto. A subcontratação não poderá envolver a totalidade do objeto nem as parcelas de maior relevância técnica.
- 5.4.1. O percentual máximo de subcontratação admissível é de 25%. Qualquer subcontratação fora desses limites dependerá de autorização prévia e motivada.
- 5.5. Mesmo quando houver subcontratação, a contratada continuará responsável legal e contratualmente pela execução da parcela subcontratada, devendo garantir a qualidade e a conformidade com as especificações do contrato.
- 5.6. A subcontratação não poderá transformar a contratada em mera intermediária de mão de obra ou administração de contrato.
- 5.7. A contratada apresentará à Administração, antes da assinatura do contrato de subcontratação ou da ordem de execução, a documentação que comprove a capacidade técnica da empresa subcontratada.
- 5.8. A subcontratação depende de aprovação expressa da Administração. O edital ou contrato poderá vedar ou restringir a subcontratação, bem como estabelecer condições adicionais, conforme autorizam o § 2º do art. 122.
- 5.9. O contratado deverá submeter à fiscalização do contrato o termo de subcontratação, informando o objeto, o valor, o prazo e a qualificação da subcontratada. A fiscalização acompanhará a execução da parcela subcontratada e exigirá da contratada que faça cumprir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de saúde e segurança do trabalho.
- 5.10. É vedada a subcontratação de empresas ou profissionais que tenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que atue na licitação ou na gestão do contrato, bem como de cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- 5.11. Também é proibida a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que estejam participando do certame ou que possuam sócios comuns com a contratada, bem como a subcontratação de parcelas de maior relevância técnica
- 5.12. Em caso de irregularidades, inexecução, expiração das licenças ou descumprimento das obrigações previstas, a Administração poderá determinar a imediata substituição da subcontratada por empresa que atenda às exigências. A contratada deverá apresentar nova subcontratada para aprovação no prazo estabelecido, ou assumir ela própria a execução da parcela, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 5.13. Os valores referentes às parcelas subcontratadas integram o preço global do contrato. A critério da Administração e nos termos das normas vigentes, os pagamentos relativos à parcela subcontratada poderão ser realizados diretamente à subcontratada, devendo constar de forma clara o valor correspondente a cada parcela.

#### **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

- 5.14. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- 5.15. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 5.16. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.
- 5.17. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **VISTORIA**

- 5.18. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 16:30 horas.

5.19. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.20. O agendamento para realização da vistoria deve ser realizado previamente por meio do seguinte contato:

5.20.1. Email: obras@see.pb.gov.br

5.21. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.22. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.23. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. Início da execução do objeto: **10 (dez) da emissão da Ordem de Serviço (O.S);**

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.2.1. A CONTRATADA deverá preencher os requisitos legais para a prestação dos serviços, oferecer mão de obra qualificada, realizar o serviço de

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



SEEPRC202541462V02





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

forma completa, sem que haja descontinuidade, além de observar atentamente as condições apresentadas neste Termo de Referência, demonstrando, inclusive, capacidade técnica para a devida execução dos serviços.

6.1.2.2. Dimensionar sua equipe de trabalho com vistas a atender plenamente o objeto da contratação.

6.1.2.3. Transportar, alimentar e alojar seus funcionários, ferramentas e equipamentos, para o local de serviço.

6.1.2.4. Os serviços deverão obedecer rigorosamente:

6.1.2.4.1. As normas e especificações constantes deste caderno;

6.1.2.4.2. As normas da ABNT, conforme descritas no Estudo Técnico Preliminar;

6.1.2.4.3. As disposições legais da União e do Estado da Paraíba;

6.1.2.4.4. Aos regulamentos das empresas concessionárias;

6.1.2.4.5. As prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem de produtos;

6.1.2.4.6. As normas internacionais aplicáveis, na falta das normas da ABNT ou para melhor complementar os temas previstos por essas.

6.1.2.5. Caso a CONTRATADA não promova o devido atendimento nos prazos fixados nos itens anteriores, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os necessários serviços de outra empresa e a cobrar da CONTRATADA os custos respectivos, sem que tal fato o isente da aplicação de sanção contratual aplicável ou provoque, para a CONTRATANTE, qualquer perda

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

de garantia dos equipamentos e materiais pertencentes às instalações das escolas.

6.1.2.6. Em caso de eventos emergenciais que acarretem riscos, a CONTRATANTE poderá acionar a CONTRATADA, no prazo de 3 (três) dias úteis, o laudo técnico que comprove a necessidade e urgência da intervenção.

6.1.2.7. O rol de serviços mínimos adotados neste Termo de Referência tem caráter meramente exemplificativo, podendo a Fiscalização, em caso de necessidade de execução de algum serviço que não conste neste instrumento, recorrer a composição da SINAPI ou de outros órgãos oficiais, para viabilizar a execução da ordem de serviço expedida;

6.1.2.8. Segundo a necessidade, a prioridade e os prazos para o atendimento, os serviços de manutenção predial são classificados em:

6.1.2.8.1. TIPO 1, até 24 horas, nos casos de emergência;

6.1.2.8.2. TIPO 2, até 48 horas, nos casos de urgência;

6.1.2.8.3. TIPO 3, até 5 dias, nos casos de rotina; e,

6.1.2.8.4. TIPO 4, a definir com a Fiscalização, nos casos de manutenção preventiva.

6.1.2.9. Se o serviço for TIPO 1 - emergência, com atendimento em até 24 horas ou, TIPO 2 - urgência, com atendimento em até 48 horas, após a solicitação, os serviços deverão inclusive ser executados no período noturno, nos finais de semana e feriados, devendo a Contratada prever esses custos adicionais quando da elaboração da sua proposta de preço.

6.1.2.10. Os serviços de manutenção TIPO 3 e, TIPO 4 preventiva, serão executados, preferencialmente, em dias úteis e em horário normal.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 6.1.2.11. A Contratada, sempre que solicitado pelo órgão licitante, deverá colocar o(s) profissional(is) qualificados e adequados à disposição para realizar tal serviço, sob pena de incorrer em penalidades, por faltas ou atrasos no(s) local(s) indicado(s) pelo órgão licitante. Dessa forma, o responsável técnico organizará as Equipes de serviço e coordenará os trabalhos, a partir das solicitações para a execução dos serviços.
- 6.1.2.12. Os serviços emergenciais deverão ser iniciados em até 24 horas após a emissão da ordem de serviço, considerando a urgência dos casos e sua classificação como "Tipo 1". Os serviços corretivos, classificados como "Tipo 2", deverão ser iniciados em até 48 horas. Já os serviços preventivos, classificados como "Tipo 4", serão executados de acordo com o cronograma previamente aprovado pelo Gestor do Contrato, observando as especificidades locais e as condições operacionais. O cronograma detalhado será ajustado entre as partes e monitorado regularmente pelo Gestor e Fiscal do Contrato.
- 6.1.2.13. Quando o serviço solicitado for autorizado pelo Gestor do Contrato, o profissional responsável técnico ao chegar in loco deverá relatar, diariamente, as condições encontradas no Diário de Serviço, efetuar levantamento preliminar para a realização do serviço, verificando o tempo da execução deste, apontado na "OS" que discrimina o(s) tipo(s) de serviços para serem realizados, o qual assina o "CIENTE" para início dos serviços.
- 6.1.2.14. A Contratada deverá fornecer aos empregados uniformes, adequados e compatíveis com as atividades a serem desenvolvidas, confeccionados em materiais de boa qualidade, procedendo à substituição, imediatamente, quando for verificado desgaste prematuro, ficando vedada a transferência dos custos aos empregados;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

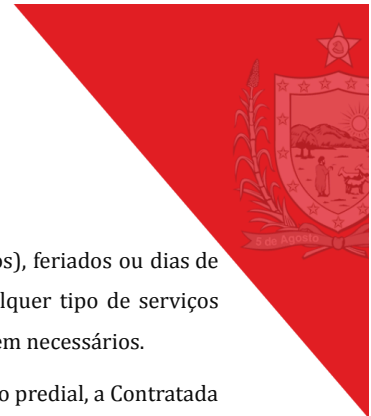
Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



6.1.2.15. Nos finais de semana (sábados e domingos), feriados ou dias de eventos, deverá mobilizar profissionais para qualquer tipo de serviços licitados para eventuais atendimentos que se fizerem necessários.

6.1.2.16. Para execução dos serviços de manutenção predial, a Contratada deverá disponibilizar profissionais qualificados, equipamentos, EPI's, ferramentas de grande porte, além das de uso pessoal, necessárias para a execução dos serviços, sem a eles se limitar,

6.1.2.17. A Contratada deverá exigir de seus empregados o uso de EPIs, fardamento e crachá com foto para identificação, exigência que será cobrada pela Fiscalização.

6.1.2.18. A contratada deverá assegurar rigorosamente o cumprimento das normas regulamentadoras de segurança do trabalho, em especial as NR-18, NR-35 e demais aplicáveis às atividades desenvolvidas. Todos os trabalhadores deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às suas funções, incluindo capacetes, luvas, óculos de proteção, cinturões de segurança e outros dispositivos previstos nas normas vigentes. O descumprimento dessas obrigações poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, considerando a responsabilidade solidária da contratada pela segurança de sua equipe.

6.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

6.1.4. O cronograma se aplica aos serviços de engenharia previstos na respectiva planilha orçamentária e seus complementos, abrangendo as seguintes categorias:

6.1.4.1. A empresa prestadora dos serviços deverá fornecer um cronograma inicial de atendimento do escopo do contrato no modelo de cronograma de Gantt (cronograma de barras) a ser aprovado pela fiscalização.

6.2. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações técnicas ora fornecidas não poderão constituir pretexto para a CONTRATADA pleitear acréscimo de custos unitários e/ou alterar as composições.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- 6.3. A CONTRATADA deverá considerar todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.
- 6.4. No caso em que a CONTRATADA venha a, como resultado das suas operações, danificar áreas não incluídas no setor de seu trabalho ou, mesmo, prejudicar o funcionamento ou operação das demais unidades dos prédios, ela deverá recuperá-las, às suas expensas, deixando-as conforme seu estado original.
- 6.5. A CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, adutoras, telefone, fibra ótica, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, nas áreas da CONTRATANTE e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.

#### ETAPAS DO SERVIÇO

- 6.6. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica
- 6.6.1. Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) pelo engenheiro responsável, conforme exigido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) em até 05 (cinco) dias após emissão da Ordem de Serviço (OS). Este documento formaliza a responsabilidade técnica pelos serviços a serem executados, garantindo a conformidade com as normas regulamentadoras e assegurando a qualidade técnica das intervenções.
- 6.7. Vistoria para Avaliação da Situação Atual e Levantamento das Não Conformidades Emergenciais nas Edificações
- 6.7.1. Realização de vistorias detalhadas em todas as edificações, com o objetivo de avaliar a situação atual das instalações e identificar as não conformidades emergenciais. Este levantamento inclui a análise das condições estruturais, elétricas, hidráulicas, de segurança e de acessibilidade, entre outros aspectos

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

relevantes. Cabe exclusivamente à contratada a responsabilidade por este levantamento.

**6.8. Elaboração do Plano Executivo Corretivo**

6.8.1. Desenvolvimento do Plano Executivo Corretivo, com base nas informações coletadas durante a vistoria. Este Plano deverá detalhar todas as intervenções corretivas necessárias para sanar as não conformidades identificadas, incluindo especificações técnicas, desenhos, cronograma de execução e metodologia de trabalho. A contratada será responsável por todas as etapas deste desenvolvimento, que deverá ser submetido previamente à análise, validação e aprovação da fiscalização.

**6.9. Elaboração da Planilha Básica de Custos Executivo Corretivo**

6.9.1. Preparação da Planilha Básica de Custos referente ao Plano Executivo Corretivo. Esta planilha deve incluir todos os custos envolvidos na execução das correções propostas, abrangendo materiais, mão de obra, equipamentos e outros insumos necessários. Os valores apresentados na planilha deverão considerar o percentual de desconto ofertado pela contratada no processo licitatório. A aprovação final da fiscalização será obrigatória antes de sua aplicação.

**6.10. Elaboração do Projeto Básico de Gestão de Manutenção Continuada**

6.10.1. Criação do Projeto Básico de Gestão de Manutenção Continuada, que deverá definir as diretrizes para a manutenção preventiva e corretiva de forma contínua. Este projeto incluirá planos de manutenção, frequências de inspeção, procedimentos de monitoramento e ações preventivas. A elaboração e a responsabilidade integral por este projeto cabem à contratada, sujeitando-se à validação e aprovação da fiscalização.

**6.11. Elaboração da Planilha Básica de Custos de Gestão de Manutenção Continuada, por parte da contratada:**

6.11.1. Desenvolvimento da Planilha Básica de Custos para a Gestão de Manutenção Continuada. Esta planilha deve detalhar os custos estimados para a execução das atividades de manutenção ao longo do período contratual, incluindo todos os

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

recursos necessários para garantir a conservação e o bom funcionamento das edificações. Os custos devem refletir o percentual de desconto ofertado na licitação, e a planilha estará sujeita à análise e aprovação da fiscalização.

**6.12. Execução da Manutenção Preventiva e Corretiva Contínua**

6.12.1. Realização das atividades de manutenção preventiva e corretiva de maneira contínua, conforme planejado nos projetos e planilhas elaborados. A manutenção preventiva incluirá ações regulares de inspeção, limpeza e ajustes, enquanto a manutenção corretiva abordará a reparação de falhas e danos identificados durante as inspeções ou reportados pelas unidades. Todas as atividades desenvolvidas pela contratada, sejam levantamentos, projetos, orçamentos ou intervenções, deverão ser submetidas previamente à aprovação da fiscalização responsável, garantindo a conformidade com os objetivos contratuais e o adequado planejamento dos recursos.

6.13. O valor do Benefício e Despesas Indiretas (BDI) deverá ser calculado individualmente para cada serviço de engenharia de manutenção predial, considerando todas as especificações e particularidades inerentes a cada execução, conforme as exigências estabelecidas pelo ACÓRDÃO 2622/2013/TCU - PLENÁRIO. A composição do preço estimado das obras e serviços de engenharia deve ter como base os preços unitários constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) da Caixa Econômica Federal, do Orçamento de Obras de Sergipe (ORSE) do Estado de Sergipe, e de todos os bancos oficiais de preços, além das diretrizes estabelecidas nos Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU).

6.13.1. Deve-se ressaltar que o percentual de BDI apresentado pela empresa EXECUTORA será aplicado de forma linear a todos os serviços executados durante o período de vigência do contrato, garantindo assim a uniformidade e a transparência na aplicação dos custos. Esse percentual deverá ser compatível com as práticas de mercado e estar devidamente justificado na proposta, atendendo às normas técnicas e aos princípios da economicidade e da eficiência.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- 6.13.2. Adicionalmente, a empresa contratada deverá apresentar, juntamente com a proposta, a memória de cálculo detalhada do BDI, especificando todos os componentes, tais como despesas administrativas, tributos, seguros, garantias, lucro e demais custos indiretos pertinentes. A análise e aprovação desse cálculo serão realizadas pela Secretaria de Estado da Educação, que poderá solicitar ajustes ou esclarecimentos quando necessário, visando assegurar a adequação dos valores propostos às condições efetivas do mercado e às necessidades dos serviços contratados.
- 6.14. Para a realização dos orçamentos de serviços ao longo do contrato, deverão ser utilizadas as seguintes tabelas abaixo. Visando garantir a precisão e a conformidade dos custos com as práticas de mercado, maximizando a eficiência dos recursos públicos:
- 6.14.1. SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) - Prioridade máxima, por ser uma referência nacional amplamente reconhecida e utilizada.
- 6.14.2. ORSE (Orçamento de Referência de Obras de Sergipe) - Segunda opção, adequada para suprir eventuais lacunas ou especificidades regionais não contempladas pelo SINAPI.
- 6.14.3. SEINFRA (Secretaria de Estado da Infraestrutura do Ceará) - Terceira preferência, atendendo à necessidade de ajustes locais específicos, quando não atendidos pelas tabelas anteriores.
- 6.14.4. Demais tabelas referenciais - Outras fontes serão consideradas a exaustão das anteriores. Todos os valores levantados deverão ser submetidos à análise e aprovação prévia da fiscalização, que verificará a adequação e a aderência às condições contratuais.
- 6.14.5. Composição de Custo Própria - Poderá ser realizada uma composição de custo própria, por meio de pesquisa de preços no mercado local, utilizando a mediana como critério. Esta opção deve ser utilizada para garantir a eficiência na utilização

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

dos recursos públicos, especialmente em casos onde as tabelas referenciais não contemplem de forma adequada os itens ou serviços específicos necessários para a execução do contrato. Todas as composições devem ser devidamente justificadas e documentadas, e estarão sujeitas à análise, validação e aprovação pela fiscalização, assegurando a transparência, a conformidade com os princípios da administração pública e a economicidade exigida no contrato.

- 6.15. Independentemente da tabela utilizada, deverá ser sempre aplicada a Tabela Onerada. A exceção a esta regra será permitida apenas em casos específicos, que devem ser devidamente justificados com fundamentação técnica e aceitos pela fiscalização responsável. Esta medida visa a transparência e o controle rigoroso dos custos envolvidos.
- 6.16. A data-base das tabelas referenciais utilizadas nos orçamentos deverá ser atualizada com a máxima periodicidade de 3 (três) meses ou sempre que houver uma nova publicação mais recente. Este procedimento é crucial para assegurar que os preços praticados reflitam fielmente as variações do mercado, mantendo a atualidade e a competitividade das cotações. A responsabilidade pela atualização cabe à contratada, que deverá informar a fiscalização sobre qualquer mudança de referência.
- 6.17. Os orçamentos de cada serviço a ser executado terão seus valores referenciais estabelecidos através das planilhas de serviços e insumos diversos do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, onerada, divulgada pela Caixa Econômica Federal, convertidos em unidades de ordem de serviço.
- 6.18. A prestação de serviço em questão, compreende o fornecimento de pessoal e todo o material e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, conforme especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência que serão realizados, individualmente ou por equipes, durante todo o período de vigência do Contrato.
- 6.19. Toda e qualquer manutenção será solicitada, e só poderá ser executada mediante prévia ciência e aprovação do órgão licitante, com o “AUTORIZO” na OS.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- 6.20. Excepcionalmente, os serviços de maior complexidade, características e porte, não possíveis de serem executados com intervenções típicas de inspeção e restabelecimento, e que demandem um planejamento e projetos, a sua intervenção e execução poderá ser programada, desde que autorizada pelo gestor do contrato. Para realização destes serviços exige-se estudo prévio das proposituras, bem como, dos relatórios de apontamento de falhas, a cargo da executora, com antecedência e em conjunto com a fiscalização.
- 6.21. A executora deverá realizar todos os testes, averiguando a real situação das instalações, equipamentos e/ou materiais comprometidos para, conjuntamente com a fiscalização, encontrar as medidas cabíveis e determinar os procedimentos de manutenção.
- 6.22. Outros horizontes e dados poderão ser requeridos da executora durante a execução dos serviços sem que incida nenhum custo adicional, pois, trata-se apenas de ampliação da abordagem, não havendo alteração do escopo dos serviços licitados.
- 6.23. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva que não possam ser realizados durante o horário de expediente deverão ser executados em dias/horários não coincidentes com o expediente da edificação.

#### **RELATÓRIO TÉCNICO DE SERVIÇOS**

- 6.24. A CONTRATADA deverá fornecer mensalmente o RELATÓRIO TÉCNICO DE SERVIÇOS, devidamente assinado pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, conforme modelo a ser previamente aprovado pelo RESPONSÁVEL DA FISCALIZAÇÃO.
- 6.25. Deverá constar neste relatório o descritivo das ocorrências e das rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, conforme ordem de serviço, informações sobre índices anormais de falhas em peças, equipamentos ou materiais.
- 6.26. O referido relatório é parte integrante da documentação para fins de pagamento, devendo ser entregue até o 30º dia do período da prestação dos serviços.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- 6.27. A CONTRATADA deve apresentar semestralmente a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) renovada.

#### **GESTÃO DO CRONOGRAMA**

- 6.28. Monitoramento: a equipe de Engenharia da Secretaria de Estado da Educação - SEE/PB, por meio da Gerência de Obras - GEOBS, acompanhará o andamento das atividades e realizará ajustes no cronograma, se necessário.
- 6.29. Comunicação: a escola será mantida informada sobre o andamento do serviço e eventuais alterações no cronograma.
- 6.30. Flexibilidade: o cronograma é um instrumento flexível e poderá ser adaptado conforme as necessidades específicas de cada escola e as condições reais de execução dos serviços.

#### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

- 6.31. As especificações técnicas deverão estar em conformidade com os Cadernos de Especificações correspondentes às tabelas bases que fundamentam a elaboração de cada serviço sob demanda, respeitando integralmente as disposições das Normas Técnicas vigentes aplicáveis.

#### **LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 6.32. Os serviços serão prestados nos endereços elencados no Anexo IV (localização dos imóveis).
- 6.32.1. Os imóveis listados servem como referência aos interessados na formulação de propostas. Imóveis eventualmente não considerados ou novos, que venham a ser incorporados ao patrimônio imobiliário da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, deverão estar submetidos à mesma cobertura contratual, de acordo com sua localização e lote correspondente.

- 6.32.2. Dessa forma, a CONTRATADA deverá garantir a prestação dos serviços de manutenção predial sob demanda, incluindo o fornecimento de materiais,

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

equipamentos e mão de obra qualificada, para todos os imóveis vinculados à Secretaria, independentemente de sua inclusão inicial no presente Termo de Referência.

6.32.3. Tal previsão assegura a continuidade e a abrangência dos serviços de manutenção, atendendo às necessidades emergentes e futuras da administração pública, conforme previsto nas normas e diretrizes estabelecidas neste documento.

6.33. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Segunda-feira a Sexta-feira, de 08h às 16:30h.

#### **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

6.34. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.34.1. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo fornecimento e transporte de todas as ferramentas, equipamentos e maquinários necessários à perfeita execução dos serviços, bem como seus custos.

6.34.2. A CONTRATADA fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, bem como, seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, devendo obrigatoriamente considerar os correspondentes custos na composição e formação do preço ofertado, pois não serão aceitos pedidos de pagamentos adicionais para a realização dessa espécie de despesa.

6.34.3. A estocagem de equipamento e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado, mediante autorização prévia. Tão logo esse seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

6.34.4. Quando não estiverem sendo executados serviços que obrigatoriamente obstruem as vias de acesso internas, a CONTRATADA não poderá bloquear esses ambientes por meio de equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados de forma a prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que caso poderão estar trabalhando concomitantemente.

6.34.5. Se a CONTRATADA necessitar deslocar qualquer equipamento, completo ou em partes, que possa acarretar danos nas vias públicas e/ou pontes, deverá comunicar o fato à FISCALIZAÇÃO, informando-a também das providências que pretende adotar para a proteção e o eventual reforço das obras viárias existentes, ficando a CONTRATADA responsável pela efetivação de todas as providências necessárias junto a órgãos públicos federais, estaduais e municipais, a entidades privadas e a pessoas físicas envolvidas.

6.34.6. A CONTRATADA será responsável por todo o transporte vertical e horizontal de equipamentos, ferramentas, materiais e pessoal necessário para a execução dos serviços previstos. Os custos associados a essas operações deverão estar integralmente incluídos na planilha orçamentária apresentado pela CONTRATADA.

6.34.6.1. A CONTRATADA deve assegurar que todos os equipamentos de transporte utilizados estejam em conformidade com as normas de segurança vigentes, garantindo a integridade física dos trabalhadores e a preservação dos materiais transportados. Além disso, a CONTRATADA deve realizar um planejamento logístico eficiente, de modo a minimizar interferências nas atividades em andamento e otimizar o fluxo de trabalho no canteiro de obras.

6.34.6.2. A fiscalização dos procedimentos de transporte será realizada pela CONTRATANTE, que se reserva o direito de solicitar ajustes ou substituições de equipamentos e métodos caso sejam identificadas inconformidades. Qualquer incidente ou acidente ocorrido durante as operações de transporte deverá ser imediatamente comunicado à

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

CONTRATANTE, acompanhado de um relatório detalhado das circunstâncias e das medidas corretivas adotadas.

6.34.6.3. A CONTRATADA deve planejar e gerenciar suas atividades logísticas de maneira eficiente para garantir que todos os materiais e equipamentos necessários estejam disponíveis nos locais de trabalho conforme o cronograma acordado. Este planejamento inclui a previsão de possíveis imprevistos e a adoção de medidas preventivas para minimizar qualquer impacto no cumprimento dos prazos estabelecidos.

6.34.6.4. Para garantir a transparência e o controle de custos, a CONTRATADA deverá fornecer, quando solicitado, relatórios detalhados dos serviços de transporte realizados, incluindo registros de horários, rotas e equipamentos utilizados.

6.34.7. Caso seja necessária a comprovação da qualidade de componentes e peças, a CONTRATADA, a pedido da CONTRATANTE, realizará os ensaios e as verificações que se fizerem necessárias.

6.34.8. Caso sejam identificados materiais com data de validade expirada, a CONTRATADA será obrigada a providenciar a substituição imediata dos mesmos, sem qualquer custo adicional para o CONTRATANTE. A substituição deverá ser realizada com materiais novos, dentro do prazo de validade, e em conformidade com as especificações técnicas originalmente estabelecidas no contrato.

6.34.9. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem dos materiais e peças ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando a qualidade dos materiais e peças empregados nos serviços.

6.34.10. Os custos de ensaios, verificações e testes de similaridade, de recebimento ou quaisquer outros deverão ter sido considerados na composição e

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

formação do preço total, visto não ser cabível qualquer reivindicação de ressarcimento adicional pela CONTRATADA.

6.34.11. O recebimento, conferência e controle dos materiais que foram usados durante o serviço, nas dependências das Escolas Estaduais, serão efetuados pela FISCALIZAÇÃO, para fins de atestação da fatura e pagamento por medição.

6.34.12. A CONTRATADA deverá utilizar e disponibilizar acesso à FISCALIZAÇÃO de um Sistema de Gestão de Manutenção moderno e eficiente, que atenda aos seguintes requisitos:

6.34.12.1. Registro de Informações:

6.34.12.1.1. Detalhamento de todos os serviços realizados, incluindo descrição técnica das atividades executadas.

6.34.12.1.2. Registro das datas e horários de início e término de cada manutenção.

6.34.12.2. Informações sobre a Equipe Envolvida:

6.34.12.2.1. Identificação das funções dos profissionais envolvidas em cada atividade, incluindo suas qualificações.

6.34.12.3. Agendamento de Manutenções:

6.34.12.3.1. Funcionalidade para o agendamento de futuras manutenções preventivas e corretivas, com notificação automática para as partes envolvidas.

6.34.12.3.2. Histórico de manutenções realizadas e planejadas, facilitando o acompanhamento e a programação das atividades.

6.34.12.4. Gestão de Materiais e Equipamentos:

6.34.12.4.1. Controle do uso de materiais e equipamentos utilizados em cada serviço.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

6.34.12.4.2. Registro de entrada e saída de materiais, bem como inventário atualizado.

6.34.12.5. Relatórios Gerenciais:

6.34.12.5.1. Emissão de relatórios detalhados sobre as atividades realizadas, desempenho da equipe, consumo de materiais, e outras informações relevantes para a gestão.

6.34.12.5.2. Relatórios customizáveis conforme as necessidades da FISCALIZAÇÃO e da CONTRATADA.

6.34.12.6. Acesso e Usabilidade:

6.34.12.6.1. Sistema com interface amigável e acessível, permitindo fácil navegação e utilização tanto para a CONTRATADA quanto para a FISCALIZAÇÃO.

6.34.12.6.2. Acesso remoto ao sistema, possibilitando monitoramento e gestão das atividades em tempo real, de qualquer localidade.

6.34.12.7. Segurança da Informação:

6.34.12.7.1. Garantia de confidencialidade e integridade dos dados registrados no sistema.

6.34.12.7.2. Implementação de medidas de segurança para proteger as informações contra acessos não autorizados e perdas de dados.

6.34.12.8. Treinamento e Suporte:

6.34.12.8.1. Treinamento adequado para os usuários do sistema, garantindo que todos compreendam e saibam utilizar suas funcionalidades.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

6.34.12.8.2. Suporte técnico contínuo para resolução de problemas e dúvidas relacionadas ao uso do sistema.

#### INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 6.35. Os quantitativos foram definidos com base no levantamento das necessidades anuais das unidades administrativas e educacionais, considerando dados históricos, padrões de uso e condições dos imóveis. O Estudo Técnico Preliminar anexo detalha as demandas previstas para cada tipo de serviço, buscando assegurar que os valores reflitam o uso eficiente e econômico dos recursos públicos.
- 6.36. A apresentação da proposta com o maior desconto deve observar um percentual de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI), adotando como referência um valor máximo de 29,57%.
- 6.37. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 6.37.1. Serão abrangidos na contratação aqueles serviços cujas definições encontram-se esposados na OT-IBRAOP 02/2009, quais sejam:
- 6.37.1.1. Adaptar: transformar instalação, equipamento ou dispositivo para uso diferente daquele originalmente proposto. Quando se tratar de alterar visando adaptar obras, este conceito será designado de reforma.
- 6.37.1.2. Consertar: colocar em bom estado de uso ou funcionamento o objeto danificado; corrigir defeito ou falha.
- 6.37.1.3. Conservar: conjunto de operações visando preservar ou manter em bom estado, fazer durar, guardar adequadamente, permanecer ou continuar nas condições de conforto e segurança previsto no projeto.
- 6.37.1.4. Demolir: ato de pôr abaixo, desmanchar, destruir ou desfazer obra ou suas partes.
- 6.37.1.5. Instalar: atividade de colocar ou dispor convenientemente peças, equipamentos, acessórios ou sistemas, em determinada obra ou serviço.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 6.37.1.6. Manter: preservar aparelhos, máquinas, equipamentos e obras em bom estado de operação, assegurando sua plena funcionalidade.
- 6.37.1.7. Montar: arranjar e dispor ordenadamente peças ou mecanismos, de modo a compor um todo a funcionar. Se a montagem for do todo, deve ser considerada fabricação.
- 6.37.1.8. Operar: fazer funcionar obras, equipamentos ou mecanismos para produzir certos efeitos ou produtos.
- 6.37.1.9. Reparar: fazer que a peça, ou parte dela, retome suas características anteriores. Nas edificações define-se como um serviço em partes da mesma, diferenciando-se de recuperar.
- 6.37.1.10. Transportar: conduzir de um ponto a outro cargas cujas condições de manuseio ou segurança obriguem a adoção de técnicas ou conhecimentos de engenharia.
- 6.37.2. Os serviços de manutenção predial que compõem o objeto da licitação, incluindo mão de obra e materiais são os serviços típicos de manutenção predial:
- 6.37.2.1. Serviços em edificações: Manutenção, conservação e reparos de alvenaria das edificações, muros, telhados, estruturas em geral e outros; confecção de elementos diversos de concreto; abrir e reaterrar valas, limpeza pós obras; colocação (assentamento), manutenção, conservação e reparos de azulejos, cerâmicas e outros tipos de pisos e revestimentos; demolições e recuperação de paredes; raspagem de paredes para reparos de alvenaria e pintura; remoção de forro; remoção de divisórias (madeira, PVC, etc.); outros serviços de alvenaria que se façam necessários;
- 6.37.2.2. Serviços de carpintaria: Manutenção e recuperação de portas, janelas e esquadrias danificadas por cupim ou pelo tempo, conserto de

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

mesas, cadeiras e armários, conserto do madeiramento de telhados; fabricação, outros serviços de carpintaria que se façam necessários;

6.37.2.3. Serviços de pintura: Manutenção e recuperação de pintura das edificações (paredes internas, batentes, rodapés, esquadrias, portas, janelas, pisos, forros etc.), muros, muretas, portões e outros; raspagem de paredes e preparo para pintura (aplicação de massa e lixamento); qualquer tipo de pintura sobre alvenaria (com massa corrida ou concreto), madeira, ferro, estruturas metálicas, fibrocimento; outros serviços de pintura que se façam necessários;

6.37.2.4. Serviços de marcenaria: Manutenção, fabricação, e reparos de móveis em madeira, incluindo estantes, armários, mesas, cadeiras, portas e janelas; fabricação de peças e estruturas de madeira sob medida; instalação de rodapés, guarnições, painéis de madeira e outros; outros serviços de marcenaria que se façam necessários;

6.37.2.5. Serviços de serralheria: Manutenção de esquadrias de alumínio / ferro e acessórios (fechaduras, dobradiças, molas, cadeiras e afins); , colocação de quadros, trincos, porta cadeado e ferrolhos; serviços de pequeno porte de solda e conserto de mobiliário, outros serviços de serralheria que se façam necessários;

6.37.2.6. Serviços de instalações elétricas: Manutenção, montagem, conservação e reparos de instalações elétricas prediais; instalação, manutenção e conservação de subestações; instalação, manutenção e conservação de disjuntores, fios condutores, interruptores, tomadas, luminárias, reatores, lâmpadas, quadros gerais e de distribuição, circuitos de distribuição, caixas de passagem, eletrodutos, e outros serviços elétricos que se façam necessários, como instalação de novas tomadas e circuitos de baixa tensão, bem como apoio nas obras civis de pequeno porte, outros serviços elétricos que se façam necessários;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

6.37.2.7. Serviços de instalações hidrossanitárias: Manutenção e conservação dos banheiros, vestiários, e outros; remoção, montagem, manutenção e conservação dos sistemas hidráulicos que abastecem as edificações dos prédios; manutenção e conservação dos sistemas de águas pluviais, rede de esgoto sanitário, sistemas de irrigação e drenagem; instalação e reparos de encanamentos, caixas d'água e troca de louças, registros, torneiras, caixas de descarga, boias, ralos, sifões, elementos filtrantes de polipropileno e outros; reparos de rotina das redes de água; outros serviços hidráulicos que se façam necessários, bem como apoio nas obras civis de pequeno porte e limpeza periódica de calhas pluviais, outros serviços hidrossanitários que se façam necessários;

6.37.2.8. Serviços de instalações para rede dados, telefonia: Instalação, manutenção, conservação e reparos de redes de dados e telefonia; passagem e conectorização de cabos de rede; instalação e configuração de pontos de acesso, switches, roteadores e equipamentos de telecomunicações; identificação e correção de falhas em sistemas de comunicação; outros serviços relacionados à infraestrutura de dados e telefonia que se façam necessários, outros serviços de rede lógica que se façam necessários;

6.37.2.9. Serviços de chaveiro: Confecção de cópias de chaves para fechaduras e cadeados em geral; abertura de portas, armários, gavetas e cadeados utilizando chave micha; instalação e manutenção de molas hidráulicas para portas, seja de piso, média altura ou aérea;

6.37.2.10. Serviços Preliminares, inclusive demolições, outros serviços preliminares que se façam necessários;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 6.37.2.11. Serviços de Vidraçaria: manuseio, corte e instalação de vidros em esquadrias de portas, janelas e divisórias, outros serviços de vidraçaria que se façam necessários;
- 6.37.2.12. Serviços de Esquadrias: Instalação, manutenção e reparo de esquadrias metálicas, de madeira, PVC e outros materiais; ajuste e troca de componentes como dobradiças, fechaduras, trincos e vedantes; pintura e tratamento anticorrosivo das esquadrias; fabricação e instalação de portas, janelas e portões sob medida; outros serviços de esquadrias que se façam necessários;
- 6.37.2.13. Serviços de Divisórias: Instalação, manutenção e reparo de divisórias internas, incluindo painéis de madeira, vidro, PVC e outros materiais; ajuste e substituição de portas e acessórios de divisórias; montagem e desmontagem de divisórias móveis; instalação de forros acústicos e térmicos associados às divisórias; outros serviços de divisórias que se façam necessários;
- 6.37.2.14. Serviços de Sistema de Rede de incêndio: Instalação, manutenção e inspeção de sistemas de prevenção e combate a incêndio, incluindo extintores, hidrantes, sprinklers, mangueiras e alarmes de incêndio; verificação e recarga de extintores; teste e manutenção de bombas de incêndio e sistemas de detecção de fumaça; treinamento para uso de equipamentos de incêndio; outros serviços relacionados à rede de incêndio que se façam necessários;
- 6.37.2.15. Serviços de Sinalização: Instalação, manutenção e substituição de placas de sinalização de segurança, identificação e orientação; pintura e marcação de faixas de pedestres, áreas de estacionamento, setas e outros sinais no piso; instalação de sinalização luminosa e refletiva; adequação da sinalização às normas regulamentadoras; outros serviços de sinalização que se façam necessários;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 6.37.2.16. Serviços de Limpeza de Obra: Limpeza pós-obra incluindo remoção de entulhos, resíduos e materiais descartados; limpeza fina de pisos, paredes, vidros e demais superfícies; higienização de banheiros, cozinhas e áreas comuns; remoção de manchas de tinta, cimento e outros produtos usados na construção; outros serviços de limpeza necessários para a entrega da obra pronta para uso;
- 6.37.2.17. Serviços de Manutenção Preventiva: Serviços de caráter permanente, que obedecem a uma programação previamente estabelecida e aprovada pela fiscalização, cujas etapas são cumpridas obedecendo a uma periodicidade pré-determinada;
- 6.37.2.18. Serviços de Manutenção Corretiva: Serviços esporádicos, ausentes de programação previa, a serem executados em caráter eventual e/ou especial, de acordo com o surgimento de solicitações de serviços emitidas pela GEOBS - Gerência de Obras. Estas solicitações podem ser emitidas pelos empregados que necessitam dos serviços em seu setor de trabalho, ou pela fiscalização, quando perceber alguma necessidade em qualquer área da edificação;
- 6.37.2.19. Controle de cupins nas estruturas das escolas, seja com uso de madeiras tratadas ou com uso de inseticida para descupinização;
- 6.37.2.20. Controle de formigas nas áreas das escolas, quando estas estiverem causando danos estruturais;
- 6.37.2.21. Preparo do solo e adubação, com uso de adubos químicos e/ou orgânicos, para plantios de gramíneas e/ou leguminosas;
- 6.37.2.22. Controle de cupins nas estruturas das escolas, seja com uso de madeiras tratadas ou com uso de inseticida para descupinização;
- 6.37.2.23. Controle de formigas nas áreas das escolas, quando estas estiverem causando danos estruturais;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

6.37.2.24. Preparo do solo e adubação, com uso de adubos químicos e/ou orgânicos, para plantios de gramíneas e/ou leguminosas;

6.37.2.25. Plantio de gramíneas para proporcionar um aspecto visual agradável e contribuindo para o conforto térmico do ambiente escolar.

6.37.2.26. Outros serviços.

**6.37.3. Abrangência Geográfica:**

6.37.3.1. Os serviços de manutenção predial deverão ser realizados em todas as escolas estaduais, na sede da Secretaria de Estado da Educação, suas sedes regionais e demais prédios administrativos. A rede de educação da Paraíba está organizada em 16 gerências regionais, além da sede principal localizada na capital do estado. Este aspecto geográfico exige um planejamento logístico eficiente para garantir a cobertura de todas as áreas, incluindo regiões urbanas e rurais.

**6.37.4. Tipos de Serviços Demandados:**

6.37.4.1. Manutenção Corretiva: Reparos emergenciais e não programados que requerem intervenções imediatas para corrigir falhas e assegurar a funcionalidade das instalações.

6.37.4.2. Manutenção Preventiva: Atividades programadas e periódicas que visam prevenir falhas e prolongar a vida útil das instalações e equipamentos, incluindo inspeções regulares, limpeza, ajustes e substituições de componentes desgastados.

6.37.4.3. Manutenção Preditiva: Monitoramento contínuo das condições das edificações e equipamentos, utilizando técnicas que permitam prever e antecipar problemas antes que se tornem críticos.

**6.37.5. Diversidade de Infraestruturas:**

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

6.37.5.1. As edificações abrangem desde escolas de pequeno e médio porte, com estrutura simplificada, até grandes complexos educacionais e administrativos, com instalações complexas e diversos sistemas integrados (elétrico, hidráulico, de climatização, entre outros).

6.37.5.2. Incluem-se também áreas esportivas, bibliotecas, laboratórios, refeitórios e outros ambientes específicos que demandam cuidados e técnicas de manutenção particulares.

**6.37.6. Especificidades dos Materiais e Equipamentos:**

6.37.6.1. A empresa CONTRATADA deve fornecer todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços. Esses materiais e equipamentos devem atender aos padrões de qualidade exigidos pelas normas técnicas vigentes e ser adequados às necessidades específicas de cada tipo de intervenção (corretiva, preventiva e preditiva).

6.37.6.2. Deverão ser considerados materiais de reposição e equipamentos de uso contínuo, como ferramentas elétricas, escadas, sistemas de medição e controle, entre outros.

**6.37.7. Recursos Humanos Qualificados:**

6.37.7.1. A equipe técnica envolvida deve ser composta por profissionais qualificados, incluindo engenheiros civis, arquitetos, técnicos em edificações, eletricitas, encanadores, pedreiros e outros profissionais necessários para a execução dos serviços. Todos devem possuir as certificações e registros profissionais exigidos por suas respectivas áreas de atuação.

6.37.7.2. A coordenação e supervisão dos serviços devem ser realizadas por profissionais com experiência comprovada na gestão de obras e manutenção predial, assegurando a integração das diversas disciplinas envolvidas e a qualidade dos serviços prestados.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



**6.37.8. Normas e Regulamentações:**

6.37.8.1. A execução dos serviços deve estar em conformidade com todas as normas técnicas aplicáveis, incluindo as regulamentações de segurança do trabalho, acessibilidade, eficiência energética e sustentabilidade ambiental.

6.37.8.2. A empresa CONTRATADA deve assegurar o cumprimento das legislações vigentes, bem como dos padrões estabelecidos pela Secretaria de Estado da Educação e demais órgãos competentes.

6.38. Prevalece a garantia oferecida pelo fabricante caso o prazo seja superior.

6.39. Durante o período de garantia a CONTRATADA obrigará-se a substituir por produto tecnologicamente equivalente ou superior ou reparar, sem ônus, para a CONTRATANTE.

6.40. O objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou de sua correta utilização, que não mais exista no mercado, ou que estejam fora de linha de fabricação em razão de evolução tecnológica ou que, por qualquer outro motivo o fabricante não mais o produza, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do dia seguinte ao da notificação de inconformidade.

6.41. O término do atendimento ocorrerá no dia de conclusão do reparo e da disponibilidade do objeto em perfeito estado de uso nas instalações da CONTRATADA.

6.42. O pedido de substituição ou reparo do objeto, durante o período de garantia, poderá ser formalizado pelo e-mail: obras@see.pb.gov.br

6.43. A CONTRATADA deverá apresentar junto com a documentação exigida, o termo de garantia do serviço entregue.

**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

6.44. Na Administração local estão incluídos gastos com pessoal técnico, administrativo e de apoio, compreendendo o supervisor, o engenheiro responsável técnico, os engenheiros setoriais, o mestre de obras, encarregados, técnico de produção, apontador,

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

almojarife, motorista, porteiro, equipe de escritório, vigias e serventes de canteiro, mecânicos de manutenção, equipes de topografia e de medicina e segurança do trabalho etc., bem como os equipamentos de proteção individual e coletiva de toda a obra, as ferramentas manuais, a alimentação e o transporte de todos os funcionários e o controle tecnológico de qualidade dos materiais e da obra.

- 6.44.1. Diversos fatores podem afetar a formação de custos da administração local, como: tipo de obra, valor da obra, localização, prazo de execução, entre outros.
- 6.45. O percentual a ser aplicado sobre cada orçamento ou ordem de serviço deve ser variável, considerando todos os fatores mencionados no subitem 5.27 e demais aplicáveis.
- 6.46. A planilha que apresenta a incidência da administração local deve ser acompanhada por uma memória de cálculo, indicando os insumos considerados para a composição do seu valor. Devem ser considerados exclusivamente os gastos citados no subitem 5.27, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 6.47. Deve ser estabelecido um critério objetivo para a medição e pagamento da administração local, com pagamentos proporcionais à execução financeira da obra. Não deve ser utilizado o critério de valor mensal fixo, a fim de evitar desembolsos indevidos em caso de atrasos ou prorrogações de prazo sem justificativa durante a execução do contrato.
- 6.48. Os valores dos quartis e o valor médio estabelecidos no Acórdão 2.622/2013/TCU/Plenário devem ser utilizados como parâmetros para a incidência de administração local, sempre buscando uma aproximação ao valor médio.
- 6.48.1. A adoção de faixas de valores estabelecidas entre os quartis referenciados no acórdão permite considerar os diversos fatores que podem influenciar a determinação dos custos. Excepcionalmente, um custo total de administração local

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

que se afasta significativamente da média pode ser considerado válido, desde que haja uma justificativa técnica devidamente fundamentada.

- 6.49. No caso da celebração de aditivos contratuais, considera-se que os custos da administração local possuem pouca ou nenhuma correlação direta com as alterações de quantitativos de serviços dentro do limite legal de 25%, nem com a alteração de prazos de execução das obras.

**ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO (ART. 40, §1º, INCISO III, DA LEI Nº 14.133, DE 2021)**

- 6.50. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo **01 (um) ano**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme art. 618 do Código Civil Brasileiro.
- 6.51. A exigência de um prazo de garantia de um ano para os serviços de manutenção predial encontra amparo no art. 618 do Código Civil Brasileiro, que estabelece a responsabilidade do empreiteiro por eventuais defeitos ou vícios relacionados à solidez e à segurança da obra ou serviço prestado. Essa previsão legal reflete a importância de assegurar a qualidade técnica e a durabilidade dos serviços realizados, considerando que a manutenção predial desempenha papel crucial na preservação da estrutura física e na segurança dos usuários do imóvel.
- 6.52. No âmbito da administração pública, a Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos, reforça a necessidade de observar critérios de qualidade e durabilidade nos contratos firmados, especialmente aqueles relacionados a obras e serviços de engenharia. O prazo de garantia, ao vincular a responsabilidade do contratado à integridade do serviço prestado por um período significativo, busca proteger o interesse público e prevenir custos adicionais decorrentes de falhas ou vícios construtivos que poderiam comprometer a segurança ou gerar a necessidade de retrabalho.
- 6.53. Ademais, a manutenção predial, por sua natureza, pode envolver intervenções em instalações elétricas, hidráulicas, estruturais e outros componentes críticos do edifício.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Qualquer falha nesses serviços pode acarretar prejuízos graves à funcionalidade do imóvel e à segurança de seus usuários, além de aumentar os custos de reparação. O prazo de cinco anos permite que a administração pública tenha um período razoável para identificar e exigir a correção de eventuais problemas, promovendo maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

- 6.54. Portanto, a exigência do prazo de garantia de um ano não apenas encontra respaldo legal, como também está alinhada com os princípios de eficiência, economicidade e segurança, que devem nortear as contratações públicas. Trata-se de uma medida que contribui para garantir a qualidade dos serviços de manutenção predial, resguardando o interesse público e promovendo a sustentabilidade do investimento realizado.

#### **PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**

- 6.55. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

- 6.55.1. A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar todos os documentos técnicos desenvolvidos e/ou elaborados durante a execução do contrato. Estes documentos incluem, mas não se limitam a projetos executivos, orçamentos detalhados, pranchas técnicas, relatórios de progresso, laudos técnicos, registros fotográficos, diários de obra e quaisquer outros documentos pertinentes que possam contribuir para a continuidade dos trabalhos ou para futuras manutenções e avaliações.
- 6.55.2. Todo o conhecimento e expertise técnica adquiridos pela empresa CONTRATADA durante a vigência do contrato deverão ser integralmente compartilhados com a equipe técnica desta secretaria. Este compartilhamento deve ser realizado por meio de reuniões técnicas, workshops, e relatórios detalhados que expliquem as metodologias adotadas, soluções técnicas implementadas, dificuldades encontradas e as respectivas soluções, além de recomendações para melhorias futuras e boas práticas observadas durante a execução dos serviços.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

6.55.3. A empresa CONTRATADA deverá colaborar com a equipe técnica da secretaria para garantir uma transição suave e eficaz. Isso inclui a realização de sessões de treinamento, quando necessário, para capacitar os membros da equipe técnica na utilização e compreensão dos documentos e sistemas entregues.

6.55.4. A CONTRATADA deve assegurar que todos os dados e informações estejam organizados e arquivados de forma sistemática e de fácil acesso, utilizando padrões previamente acordados com a secretaria, para que possam ser facilmente consultados e utilizados pela equipe técnica em atividades futuras.

6.55.5. A CONTRATADA deverá fornecer um relatório final detalhado que resuma todas as atividades realizadas, resultados alcançados, lições aprendidas e quaisquer pendências que necessitem de acompanhamento posterior. Este relatório deverá ser submetido à aprovação da equipe técnica da secretaria e, uma vez aprovado, servirá como documento oficial de conclusão do contrato.

## 7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/03/2026 - 16:06hs e [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 31/03/2026 - 13:54hs.  
Documento Nº: 9330700.86662580-327 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.86662580-327>



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- 7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.6. Os gestores e fiscais de contrato designados deverão monitorar a execução das atividades contratadas, assegurando que sejam cumpridas dentro dos prazos e padrões estabelecidos. Para tanto, deverão ser formalmente capacitados, conforme as diretrizes previstas no Estudo Técnico Preliminar, e terão acesso a relatórios periódicos para subsidiar suas atividades de controle e avaliação.

#### **PREPOSTO**

- 7.7. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 7.8. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.
- 7.9. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **FISCALIZAÇÃO**

- 7.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 7.11. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);
- 7.12. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);
- 7.13. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);
- 7.14. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV);
- 7.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V);
- 7.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).
- 7.17. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 7.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

#### **GESTOR DO CONTRATO**

- 7.19. O gestor do contrato irá coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, Art. 23, IV).
- 7.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, Art. 23, II).
- 7.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, Art. 21, III).
- 7.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).
- 7.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X).

7.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Serão incluídas nas medições apenas os serviços por demanda aprovados pela FISCALIZAÇÃO naquele período. Assim, serviços por demanda que forem finalizados pela CONTRATADA no final do mês, de forma a não permitir tempo hábil para aprovação da FISCALIZAÇÃO, serão medidas apenas no período seguinte. Ou seja, o que conta para fins de medição é a data da aprovação do fiscal.

8.1.1. É obrigação da CONTRATADA comprovar a execução dos serviços por meio de fotos ou outro tipo de comprovação inequívoco. A falta de comprovação pode ensejar a recusa no pagamento daquele serviço, caso não seja aprovado pela FISCALIZAÇÃO.

8.2. Para cada OS haverá um orçamento vinculado. O orçamento deverá conter o número da OS a que se refere, descrição dos serviços, item da tabela SINAPI a que se refere, quantidade unitária, quantidade total, valor unitário, valor total, o prazo da execução dos serviços, previsão das datas de início e término da prestação dos serviços, custo total dos serviços, fiscal responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços.

8.3. A Secretaria de Estado da Educação poderá recusar o orçamento, pedir sua revisão ou aceitá-lo parcialmente, comprometendo-se a Contratada a executar ou fornecer o que for aprovado.

8.4. A avaliação da execução do objeto utilizará outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação de serviços.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

8.4.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

8.4.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.4.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou

8.4.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.5.1.1. Mensalmente, após a execução dos serviços no mês anterior, a Contratada apresentará todas as "OS", para o processamento e devido pagamento pelo órgão licitante.

8.5.1.2. A Contratada será avaliada quanto à qualidade dos serviços realizados. Os Gestores das edificações mantidas registrarão, periodicamente, a desconformidade dos serviços, da seguinte forma:

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	
EXECUTORA:	LOCAL:
EDIFICAÇÃO MANUTENIDA:	
GESTOR SOLICITANTE:	FONE:

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

GESTOR DO CONTRATO:	
FISCAL:	
VALORAÇÃO DA QUALIDADE DOS REPAROS	Período analisado: ---/---/2024 A ---/---/2024
	CONCEITO
Na edificação	( )
No telhado/coberta	( )
De marcenaria	( )
De serralheiro/soldador	( )
Nas esquadrias/vidros	( )
Em gesso	( )
De pintura	( )
Nas instalações elétricas	( )
Nas instalações hidráulicas	( )
Nas instalações sanitárias	( )
De chaves e fechaduras	( )
Nas inst. e proteção contra incêndio	( )
Outro	( )

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/03/2026 - 16:06hs e [SEE104725] [SENHA] LUCAS  
FERNANDES AGUIAR em 31/03/2026 - 13:54hs.  
Documento Nº: 9330700.86662580-327 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.86662580-327>



SEEPRC202541462V02





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

Discrimine:	
Administração e Gerenciamento das (OS) Ordem de Serviço	( )
Atendimento das OS Tipo 1/Emergencial e Tipo 2/Urgente, dentro dos prazos.	( )
Atendimento das demais OS, nos prazos estabelecidos.	( )
Ferramental e Material disponíveis, em todos os atendimentos.	( )
Equipamentos e acessórios adequados para os serviços.	( )
Qualificação dos empregados que realizaram os serviços.	( )
Postura profissional dos empregados.	( )
Atendimento e atenção do Preposto da EXECUTORA.	( )
Atendimento e atenção do Supervisor/Fiscal do Contrato.	( )
Organização e Limpeza pós-reparo pelos empregados.	( )

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/03/2026 - 16:06hs e [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 31/03/2026 - 13:54hs.  
Documento Nº: 9330700.86662580-327 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.86662580-327>



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

TOTAL DE PONTOS PERDIDOS		
PONTOS	CONCEITO	OBSERVAÇÃO
-0,50	Péssimo (P)	Quando não for possível analisar determinado item este não será avaliado. Deve-se registrar: N/A (Não se Aplica, por não existir) ou N/S (Não Solicitado/Não necessário)
-0,25	Regular (R)	
-0,00	Bom (B)	

8.6. Os resultados dessa avaliação servirão para aplicação de sanções, a juízo do órgão licitante.

8.7. O órgão licitante, por meio dos FISCAIS, acompanhará e processará todas as avaliações dos Gestores das edificações trimestralmente, com vistas a melhorar o desempenho da EXECUTORA e a qualidade dos serviços prestados.

8.8. Os serviços realizados que impliquem ônus extra para a Secretaria de Estado da Educação, e que não tenham sido autorizados e aprovados, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à Contratada qualquer alegação em contrário.

#### DO RECEBIMENTO

8.9. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

8.9.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 8.9.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 8.10. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez) dias**, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, Arts. 24, X, e 25, VII).
- 8.10.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 8.10.2. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, Art. 24, X).
- 8.10.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, Art. 25, VII)
- 8.10.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 8.10.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.10.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

- 8.10.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 8.10.8. A fiscalização não efetuará o atesto da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c Art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 8.10.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis.
- 8.10.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.11. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 8.12. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 8.12.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, Art. 23, VIII);

- 8.12.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 8.12.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 8.12.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 8.12.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 8.13. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.14. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 8.15. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

#### LIQUIDAÇÃO

8.16. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do Art. 6º, §2º, da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

8.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;
- g) Se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012;
- h) O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

8.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE;

8.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

#### SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 8.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar – CAFIL/PB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 8.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 8.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.23. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **PRAZO DE PAGAMENTO**

- 8.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **dez dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



SEPRC202541462V02





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 8.26. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INCC de correção monetária.

#### **FORMA DE PAGAMENTO**

- 8.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 8.29.2. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012;
- 8.29.3. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.
- 8.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **REAJUSTE**

- 8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA**

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**.

### **REGIME DE EXECUÇÃO**

- 9.2. O regime de execução do contrato será **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

#### CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

- 9.3. Para o objeto sujeito ao regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO** o critério de aceitabilidade de preços será a análise técnica do valor unitário estimado para a contratação.
- 9.4. Todos os licitantes deverão apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha tanto o **PREÇO GLOBAL**, quanto os **QUANTITATIVOS** e os **PREÇOS UNITÁRIOS**, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, constante no ANEXO VII, para efeito de **AVALIAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE** de acordo com art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021.
- 9.5. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

#### EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação técnica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- 9.6. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 9.6.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.7. Apresentação de declaração formal de disponibilidade imediata de equipamentos, materiais e equipe técnica especializada, conforme modelo disponibilizado no Anexo V deste Termo de Referência.
- 9.7.1. Ao subscrever a referida declaração, o licitante atesta, sob as penas da lei, que dispõe dos meios necessários para o cumprimento integral das obrigações contratuais, assumindo o compromisso de manter a disponibilidade dos recursos

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

declarados durante toda a execução contratual, em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

- 9.7.2. A verificação do cumprimento da obrigação será realizada pela fiscalização contratual designada, podendo a ausência dos recursos declarados ensejar a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, além da eventual rescisão contratual por inexecução parcial ou total do objeto.
- 9.8. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade.
- 9.9. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.10. Apresentação do(s) profissional(is) indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, acompanhado(s) das respectivas Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT), expedida(s) pelo CREA/CAU do Estado em que foi realizado o serviço.
- 9.10.1. Para fins de habilitação, admite-se a indicação do(s) referido(s) profissional(is), independentemente de vínculo prévio com a empresa licitante, devendo a comprovação do vínculo profissional com a empresa vencedora ocorrer apenas como condição para a assinatura do contrato.
- 9.11. Comprovação de que o quadro permanente da empresa possui profissional(is) detentor(es) de Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, acompanhado(s) das respectivas CAT, expedida(s), podendo essa comprovação ser realizada, no caso da empresa vencedora, no momento da formalização contratual.
- 9.11.1. Para o Engenheiro Civil: Experiência comprovada em projetos e execução de obras civis, especialmente na área de manutenção predial. Inclui atividades como reparos estruturais, coberturas, impermeabilização, pintura, reformas de

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

instalações, adequações de acessibilidade, e melhorias em sistemas hidráulicos. Conhecimento profundo em normas e regulamentos de construção civil aplicáveis a edificações educacionais e administrativas, assegurando conformidade com as exigências legais e de segurança.

9.11.2. Para o Engenheiro Agrônomo:

9.11.2.1. A exigência de engenheiro agrônomo como responsável técnico justifica-se pela necessidade de incorporar à execução contratual uma perspectiva técnica especializada voltada à sustentabilidade ambiental no contexto da manutenção predial. Ainda que o objeto não envolva diretamente a execução de serviços em áreas verdes, é essencial que o planejamento e a supervisão das atividades considerem aspectos como:

9.11.2.1.1. a gestão ambiental do entorno predial;

9.11.2.1.2. o manejo adequado do solo e da água (ex. prevenção de erosões, drenagem eficiente, retenção de água de chuva);

9.11.2.1.3. a orientação técnica para eventual arborização futura, controle de espécies invasoras e recuperação ambiental de espaços degradados;

9.11.2.1.4. a implementação de medidas que promovam a resiliência ambiental e a adaptação às mudanças climáticas no ambiente construído.

9.11.2.2. A presença desse profissional contribui para o atendimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente no que tange às metas de cidades sustentáveis e ação contra a mudança global do clima. A adoção dessa medida promove a eficiência e a inovação nas contratações públicas

9.12. Para o Engenheiro Eletricista:

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

9.12.1. Compete ao Engenheiro Eletricista, devidamente registrado no CREA, nos termos do Decreto nº 23.569/1933 e da Resolução nº 218/1973 do CONFEA, o desempenho das atividades de estudo, manutenção de instalações elétricas de baixa tensão e manutenção em subestações aéreas. Entre suas atribuições destacam-se a garantia e conformidade com normas técnicas e de segurança, em especial a NR-10, a fiscalização da execução dos serviços de instalações elétricas prediais e de infraestrutura.

9.13. Para o Engenheiro Mecânico

9.13.1. Compete ao Engenheiro Mecânico, devidamente registrado no CREA, nos termos do Decreto nº 23.569/1933 e da Resolução nº 218/1973 do CONFEA, a avaliação da central de gás (GLP) e plataforma elevatória.

9.14. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.15. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.15.1. A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância, a seguir elencadas:

ITEM	SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE
A)	QUANTIDADES DE ESCOLAS MANUTENIDAS	UN	70
B)	APLICAÇÃO MANUAL DE PINTURA COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS	M <sup>2</sup>	70.963,91

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900







**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

C)	CABO DE COBRE ISOLADO PVC RÍGIDO UNIPOLAR SEÇÃO 10MM <sup>2</sup> EMBUTIDO	M	3.409,50
D)	ALAMBRADO ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, COM COSTURA, DIN 2440, DIÂMETRO 2, COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 14 BWG E MALHA QUADRADA 5X5 CM	M <sup>2</sup>	11.110,40
E)	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM <sup>2</sup> , ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	12.896,00
F)	ESTRUTURA DE AÇO PARA COBERTURA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	KG	80.344,00
G)	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA TIPO CANAL, 1º QUALIDADE - R1	M <sup>2</sup>	9.211,28
H)	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE HORIZONTAL COM ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA, TRAÇO 1:3, E= 3MM. AF_06/2018	M <sup>2</sup>	1.108,44
I)	REVISÃO DE PONTO DE TOMADA SIMPLES COM REPOSIÇÃO DE TOMADA COM FIAÇÃO.	UN	1.500,00
J)	CONTROLE DE FOMIGAS COM FORNECIMENTO E APLICAÇÃO MECANIZADA DE MATERIAL FORMICIDA.	M <sup>2</sup>	2841,18
K)	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM <sup>2</sup> , ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015 9.	M	10.576,80
L)	QUILOMETRAGEM PERCORRIDA P/ ATENDIMENTO DE ORDENS DE SERVIÇO.	KM	11.000,00

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/03/2026 - 16:06hs e [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 31/03/2026 - 13:54hs.  
Documento Nº: 9330700.86662580-327 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.86662580-327>



SEEPRC202541462V02





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

M)	TRATAMENTO DE TRINCAS/FISSURAS EM SUPERFÍCIE DE CONCRETO	M <sup>2</sup>	6.156,00
----	--	----------------	----------

9.15.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.15.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.15.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.15.5. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

9.16. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.16.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.16.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.16.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- 9.16.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.16.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.16.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 9.16.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

#### **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O custo estimado total da contratação está definido no Anexo I deste Termo de Referência.
- 10.1.1. Os quantitativos dos itens previstos no Anexo I e na planilha de Estimativa do Valor da Contratação disponibilizada pela CONTRATANTE para a licitação são apenas estimativos e não caracterizam compromisso de execução de todo quantitativo listado.
- 10.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

#### 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

**I) Gestão/Unidade: 22101;**

**II) Fonte de Recursos: 500;**

**III) Programa de Trabalho:**

**22101.12.122.5046.4194.0000287.33903900.1.500.1001.0;**

**IV) Elemento de Despesa: 33903900**

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### 12. ANEXOS

12.1. Anexo I – Tabela com itens a serem licitados e o valor estimado da contratação;

12.2. Anexo II - Modelo de declaração de vistoria prévia;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

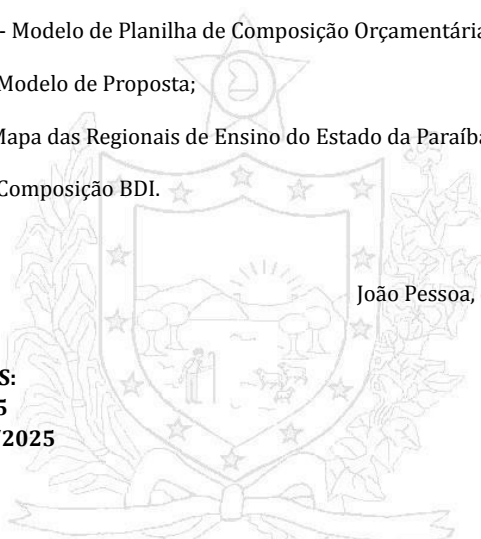
- 12.3. Anexo III - Modelo de declaração de renúncia de vistoria prévia;
- 12.4. Anexo IV - Endereços das unidades escolares;
- 12.5. Anexo V - Modelo de declaração de disponibilidade de equipamentos, materiais e equipe técnica especializada ;
- 12.6. Anexo VI - Modelo de Relatório de Vistoria Técnica;
- 12.7. Anexo VII - Modelo de Planilha de Medição;
- 12.8. Anexo VIII - Modelo de Planilha de Composição Orçamentária;
- 12.9. Anexo IX - Modelo de Proposta;
- 12.10. Anexo X - Mapa das Regionais de Ensino do Estado da Paraíba;
- 12.11. Anexo XI - Composição BDI.

João Pessoa, data da assinatura digital.

**HISTÓRICO DE VERSÕES:**

**Criado em: 14/01/2025**

**Modificado em: 04/12/2025**



**LUCAS FERNANDES AGUIAR**

Gerente de Obras | Engenheiro Civil  
Matrícula 191.872-9

**Aprovado por:**

**JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO**

Secretário de Estado da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/03/2026 - 16:06hs e [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 31/03/2026 - 13:54hs.  
Documento Nº: 9330700.86662580-327 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.86662580-327>

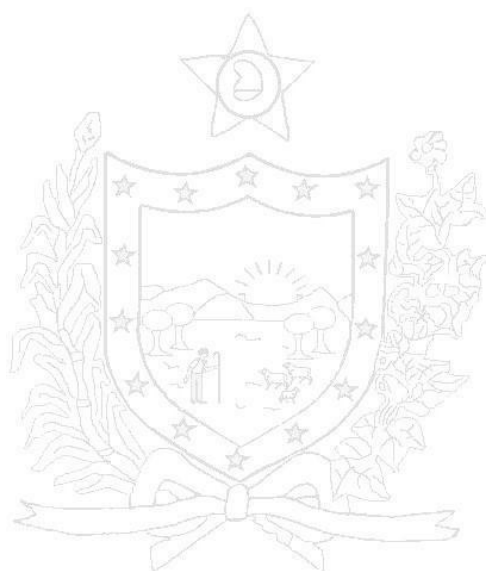


SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/03/2026 - 16:06hs e [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 31/03/2026 - 13:54hs.  
Documento Nº: 9330700.86662580-327 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.86662580-327>



SEEPRC202541462V02



## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:19.000.000156.2025

### 1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde	%
1	126500	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou Corretiva, com fornecimento de material das Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 3ª, 4ª e 5ª, 6ª e 15ª GRE.	Un	1670	9,000
2	126498	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou Corretiva, com fornecimento de material nas Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 1ª, 2ª, 12ª, 14ª E 16ª GRE.	Un	1880	9,000
3	126502	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou corretiva, com fornecimento de material nas Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRE.	Un	1215	9,000

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$73.159.522,800

## ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

**Secretaria de Estado da Educação**

**Gerência de Obras - GEOBS**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de engenharia de manutenção predial sob demanda, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada, destinados às escolas estaduais, sede da Secretaria de Estado da Educação, suas sedes regionais e demais prédios administrativos, nos termos das condições, exigências e da tabela constante no ANEXO I deste termo de referência.

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, sito à rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Complemento: \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, declara o abaixo:

- 1) Declaramos que, por meio de profissional habilitado, tomamos conhecimento de todas as informações, elementos instrutores e das condições locais das edificações relacionadas no Termo de Referência, para o cumprimento das obrigações;
- 2) Declaramos que, se vencedores destas, nos responsabilizamos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições de execução dos trabalhos.
- 3) Declaramos que, durante o processo de vistoria prévia nas edificações \_\_\_\_\_ esta empresa estava acompanhada do servidor \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do profissional legalmente habilitado e indicado pela licitante

Nome:



SEEPRC202501458V01



CREA e/ou CAU N.º

---

Assinatura do Gestor Escolar que acompanhou a visita

Nome:

Matrícula:

João Pessoa, PB, data da assinatura eletrônica.

(Obs. Entregar DECLARAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA juntamente com a documentação de Habilitação preenchida e assinado com cópia autenticada da procuração se for o caso).



**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA DE VISTORIA PRÉVIA**

(EMITIR EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Eu \_\_\_\_\_, no CPF: \_\_\_\_\_, responsável legal da empresa:  
\_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_, Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e  
E-mail: \_\_\_\_\_.

Declaro que esta Empresa renuncia à Vistoria Prévia das edificações, bem como, de suas instalações para a prestação dos serviços constantes do objeto do Termo de Referência, e que o quadro técnico da empresa tomou conhecimento das reais condições de execução dos serviços, bem como coletaram informações de todos os dados e elementos necessários à perfeita elaboração da proposta comercial, responsabilizando-se por manter as garantias que vinculam nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

João Pessoa/PB, data de assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal ou procurador legalmente constituído da empresa

RG (Carteira de Identidade):

Órgão Expedidor:

(Obs. Entregar com a documentação de Habilitação preenchida e assinado com cópia autenticada da procuração se for o caso).



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 17/07/2025 - 10:01hs.  
Documento Nº: 6802172.67544697-3477 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6802172.67544697-3477>



SEEPRC202501458V01

ANEXO IV - LOCALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS

ITEM	COD INEP	NOME	GERÊNCIA REGIONAL	MUNICÍPIO	LOGRADOURO	NÚMERO	BAIRRO	CEP
1	25092332	EEEF PROFESSORA DAGMAR MENDONCA LIMEIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. DOMINGOS JOSÉ DA PAIXÃO	1465	MUCUMAGRO	58066100
2	25092839	CEEBA SESQUICENTENARIO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA MANOEL FRANCA	S/N	CONJUNTO PEDRO GONDIM	58031160
3	25092871	CENTRO PROFIS DEP ANTONIO CABRAL	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA AVELINA DOS SANTOS	S/N	VALENTINA DE FIGUEIREDO	58064550
4	25092898	EDEM PROFESSOR GERALDO LAFAYETTE BEZERRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FELINTO DE ARRUDA ESCOLÁSTICO	S/N	CRISTO REDENTOR	58070380
5	25093622	EEEF FRANCISCO CAMPOS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA BOURGUEVILLE	S/N	ANATÓLIA	58052080
6	25093827	EEEF CLAUDINA MANGUEIRA DE MOURA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R. CARTEIRO FRANCISCO INÁCIO DO REGO FILHO	43	ALTO DO MATEUS	58090570
7	25093835	ECI LUIJ RAMALHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. COMERCIANTE ALFREDO FERREIRA DA ROCHA	S/N	MANGABEIRA I	58055540
8	25093843	ECIT CONEGO FRANCISCO GOMES DE LIMA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA DEPUTADO PETRONIO FIGUEIREDO	SN	ERNESTO GEISEL	58075410
9	25093851	ECI LILIOSA PAIVA LEITE	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. DOM BOSCO	S/N	CRISTO REDENTOR	58070470
10	25093860	ECIT RAUL MACHADO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA CARNEIRO DE CAMPOS	S/N	ILHA DO BISPO	58011440
11	25093878	EDEM CON LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JANDUI DANTAS DO NASCIMENTO	S/N	MANGABEIRA I	58056140
12	25093886	ECIT FRANCISCA ASCENSÃO CUNHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA BANCÁRIO LUIZ GONZAGA GOMES SILVA FILHO	700	BANCARIOS	58051700
13	25093894	ECIT PROFESSOR PEDRO AUGUSTO PORTO CAMINHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ANÚBIO LINS FALCÃO	S/N	JACUARIBE	58015480
14	25093916	ECIT PROFESSOR RAUL CORDULA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA JUAREZ TÁVORA	0	TORRE	58040020
15	25093932	ECIT DAURA SANTIAGO RANGEL	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA BENÍCIO DE OLIVEIRA LIMA	S/N	JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	58073030
16	25093959	ECIT PROFESSORA OLIVINA OLÍVIA CARNEIRO DA CUNHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA DUARTE DA SILVEIRA	450	CENTRO	58013280
17	25093967	EDEM PROFESSOR MARIA BRONZEADO MACHADO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ADAUTO DANTAS	S/N	MANGABEIRA II	58057620
18	25093975	ECI NICODEMOS NEVES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	PRAÇA DOUTOR LAURO WANDERLEY	50	CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS	58087460
19	25094025	ECI TENENTE LUCENA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA MARIA ESTER BEZERRA MESQUITA	300	DOS IPÊS	58028700
20	25094033	ECIT MANOEL LISBOA DE MOURA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ANTÔNIO CLAUDINO LEAL	S/N	COSTA E SILVA	58081010
21	25094041	EDEM PROFESSORA ARGENTINA PEREIRA GOMES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA CAMILO DE HOLANDA	SN	CENTRO	58013360
22	25094050	ECIT LUIZ GONZAGA DE ALBUQUERQUE BURITY	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL	440	TAMBIA	58020540
23	25094084	CRIA CAPITULINA SATYRO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA VALDA CRUZ CORDEIRO	SN	JOAO AGRIPINO	58034050
24	25094106	ECI LUIZIA SIMOES BARTOLLINI	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA RADIALISTA GERALDO CAMPOS	S/N	JARDIM PLANALTO	58080600
25	25094114	ECIT ALICE CARNEIRO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. SAPÉ	S/N	MANAÍRA	58038381
26	25094122	CPM-ESTUDANTE REBECA CRISTINA ALVES SIMÕES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA MARIA ALVES DA SILVA	S/N	MANGABEIRA VII	58058400
27	25094130	ECIT HORÁCIO DE ALMEIDA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA DURVAL COUTINHO	S/N	ALTO DO MATEUS	58090260
28	25094173	EEEFM PADRE MIGUELINHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA DA FRATERNIDADE	S/N	CRISTO REDENTOR	58070310
29	25094181	ECIT PAPA PAULO VI	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. JOSE TAVARES	S/N	CRUZ DAS ARMAS	58085730
30	25094190	ECIT JOÃO GOULART	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA CÔNEGO FRANCISCO LIMA	S/N	CASTELO BRANCO III	58050690
31	25094203	ECIT DOM JOSE MARIA PIRES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA DAS ROSAS	S/N	B. DAS INDÚSTRIAS	58083332
32	25094211	ECIT JOSÉ DO PATROCÍNIO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ANTÔNIO CORREIA DA COSTA	S/N	FUNCIONÁRIOS	58078590
33	25094254	EEEF PADRE CICERO ROMAO BATISTA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOSÉ BETÂNIO	S/N	MANDACARU	58027587
34	25094262	EEEFM PROFESSOR JOAO JOSE DA COSTA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA BARÃO DE MAMANGUAPE	199	TORRE	58040330
35	25094297	EEEF AZORCERIZ PIRES FERREIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ISABEL MEDEIROS CORREIA	SN	MANDACARU	58027653
36	25094319	EEEF PADRE JOAO FELIX	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PORTO DO CAPIM	SN	VARADOURO	58010570
37	25094327	EEEF ALMIRANTE TAMANDARÉ	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA COMANDANTE MATOS CARDOSO	SN	CASTELO BRANCO	58050120
38	25094351	EEEF ANTONIO PESSOA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA: BEAUREPAIRE ROHAN	149	CENTRO	58010000
39	25094360	EEEF BORGES DA FONSECA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. CORONEL CALIXTO, SN	S/N	MANGABEIRA VIII	58055000
40	25094378	EEEF CASTRO PINTO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. CRUZ DAS ARMAS	1096	CRUZ DAS ARMAS	58085000
41	25094408	EEEFM DESEMBARGADOR BOTO DE MENEZES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSORA RITA MIRANDA	318	13 DE MAIO	58025280
42	25094416	EEEF DESEMBARGADOR BRAZ BARACUHY	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ESCRITOR GILBERTO AMADO	S/N	CASTELO BRANCO II	58050500
43	25094432	EEEFM DOMINGOS JOSE DA PAIXAO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. DOMINGOS JOSÉ DA PAIXÃO	0	MUCUMAGRO	58066100
44	25094440	EEEFM DOUTOR JOAO NAVARRO FILHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSORA MARIA ALEXANDRINA DE OLIVEIRA LIMA	35	VALENTINA FIGUEIREDO	58064375
45	25094459	EDEM DOUTOR OTAVIO NOVAIS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA SANTOS STANISLAU	1255	NOVAIS	58088540
46	25094475	EEEF EPITACIO PESSOA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA MONSENHOR WALFREDO LEAL	S/N	TAMBIA	58020540
47	25094513	EEEF FREI MARTINHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA DESEMBARGADOR NOVAIS	S/N	CRUZ DAS ARMAS	58085450
48	25094530	EEEF HENRIQUE DIAS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA CARLOS BORROMEU RIBEIRO	S/N	ALTO DO MATEUS	58090280
49	25094556	EEEF ISABEL MARIA DAS NEVES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. JOÃO MACHADO	484	CENTRO	58013520



SEEPRC202501458V01



50	25094599	EEEF JOSE VIEIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ABDIAS GOMES DE ALMEIDA	S/N	TAMBAUZINHO	58042100
51	25094629	EEEFM PROFESSORA MARIA GENY DE SOUSA TIMOTEO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. MONSENHOR WALFREDO LEAL	551	TAMBIÁ	58020540
52	25094637	ECIT MONSENHOR PEDRO ANÍSIO BEZERRA DANTAS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA GIL FURTADO	S/N	IPES	58030206
53	25094653	EEEM PROFESSOR ORLANDO CAVALCANTI GOMES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PRESIDENTE NEREU RAMOS	5N	CRISTO REDENTOR	58070440
54	25094661	ECI PEDRO LINS VIEIRA DE MELO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA	130	MANGABEIRA I	58055440
55	25094670	EEEF PADRE AZEVEDO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. VASCO DA GAMA	909	JAGUARIBE	58015180
56	25094688	ECIT PADRE HILDON BANDEIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. CAETANO FILGUEIRAS	S/N	TORRE	58040390
57	25094696	ECI PADRE IBIAPINA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOÃO DE BRITO LIMA MOURA	478	MANDACARU	58027070
58	25094718	EEEF PROFESSORA ADELIA DE FRANCA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOÃO RAIMUNDO DE LUCENA	S/N	VALENTINA DE FIGUEIREDO	58063620
59	25094726	ECI PROFESSOR CELESTIN MALZAC	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSORA MARIA ZENAIDE BRASILINO	0	VALENTINA DE FIGUEIREDO	58063320
60	25094734	EEEF PROFESSORA MARIA DE FATIMA SOUTO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOSE GOMES DE SOUSA	S/N	MANGABEIRA I	58055420
61	25094742	EEEFM PROFESSORA MARIA JACY COSTA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA: DRAUZIO FERRER	77	MANGABEIRA II	58057360
62	25094750	ECIT PROFESSOR OLÍVIO PINTO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ULISSES ALVES PEQUENO	S/N	VALENTINA DE FIGUEIREDO	58064580
63	25094777	EEEM PROFESSORA DEBORA DUARTE	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ADRISSIO MOTA DE SOUZA	34	FUNCIONÁRIOS II	58078030
64	25094793	EEEM SANTOS DUMONT	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA DAS INDUSTRIAS	S/N	BAIRRO DAS INDUSTRIAS	58083050
65	25095005	EEEF GUSTAVO CAPANEMA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ADÃO VIANA DA ROSA	S/N	GROTÃO	58079846
66	25095013	EEEM PROFESSORA ANTONIA RANGEL DE FARIAS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R. JULIA FREIRE	S/N	TORRE	58040040
67	25095021	EEEM GONCALVES DIAS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA HUMBERTO PAIVA DE CARVALHO	S/N	CRISTO REDENTOR	58070330
68	25095056	ECIT PREFEITO OSWALDO PESSOA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSOR JOSE HOLMES	S/N	ERNANI SATIRO	58080400
69	25095080	EEEFM PADRE ROMA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA PROFESSOR EMÍLIO DE ARAÚJO CHAVES	120	ALTIPLANO	58046150
70	25095153	EEEF PROFESSORA RITA DE MIRANDA HENRIQUES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FRANCISCO PORFÍRIO RIBEIRO	S/N	MANGABEIRA IV	58057100
71	25096702	ECIT MARIA DO CARMO DE MIRANDA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JOÃO LUIZ RIBEIRO DE MORAIS	279	CENTRO	58013230
72	25097091	EEEFM AUDIOCOMUNICACAO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FRANCISCA MOURA	S/N	JD. TREZE DE MAIO	58025650
73	25097725	INSTITUTO DE EDUCACAO DA PARAIBA (IEP)	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. CAMILO DE HOLANDA	S/N	CENTRO	58013360
74	25098357	LICEU PARAIBANO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA GETULIO VARGAS	S/N	CENTRO	58013240
75	25101516	EEEF DOMENICA ANDREA MAGLIANO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	SÍTIO MUMBABA	S/N	DISTRITO INDUSTRIAL	58082800
76	25104071	NUCLEO DE EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO MEDIO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	S/N	CASTELO BRANCO	58051900
77	25104330	ECIS ALMIRANTE SALDANHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AV. SANTA BARBARA	S/N	JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA	58052580
78	25106830	EEEE ANA PAULA RIBEIRO BARBOSA LIRA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA JUIZ OVÍDIO GOUVEIA	604	PEDRO GONDIM	58031030
79	25114425	EEEF GOVERNADOR ANTONIO MARIZ	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA TONY CÁSSIO RODRIGUES ESTRELA	S/N	FUNCIONÁRIOS III	58079090
80	25114484	ECIT JOÃO ROBERTO BORGES DE SOUZA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA OSÓRIO MILANEZ FILHO	5N	MANGABEIRA	58056280
81	25114506	EEEM PROFESSOR JOSE BAPTISTA DE MELLO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ADMINISTRADOR MANOEL ÂNGELO DE OLIVEIRA	S/N	MANGABEIRA VII	58058200
82	25114905	ECI MILTON CAMPOS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R. SEVERINA MARIA VASCONCELOS DE CARVALHO	S/N	CUIÁ	58077156
83	25115049	ECI PROFESSOR PAULO FREIRE	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA MARLI DO NASCIMENTO SOUZA	57	JOÃO PAULO II	58076117
84	25123696	EEEM BENEDITA TARGINO MARANHÃO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA CARPINTEIRO JOÃO JOSÉ SEABRA	S/N	PENHA	58047050
85	25124277	ECIT SEVERINO DIAS DE OLIVEIRA - MESTRE SIVUCA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R-FLORES DE IRIS	85	MANGABEIRA VIII	58059744
86	25126180	ECIT LINDUARTE NORONHA	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA ANTÔNIO FERNANDES	S/N	GRAMAME	58069325
87	25128337	ECIT JOÃO PEREIRA GOMES FILHO	01ª GRE	JOÃO PESSOA	AVENIDA HILTON SOUTO MAIOR	5N	PORTAL DO SOL	58055018
88	25129309	EEEFM GRACILIANO RAMOS	01ª GRE	JOÃO PESSOA	R. CEL. BENEVENUTO GONÇALVES DA COSTA	S/N	MANGABEIRA	58056020
89	25133667	ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE ARTE, TECNOLOGIA E ECONOMIA CRIATIVA POETA JUCA PONTES	01ª GRE	JOÃO PESSOA	RUA FRANCISCO LONDRES	69	VARADOURO	58010150
90	25066374	ECIT AGENOR CLEMENTE DOS SANTOS	02ª GRE	ALAGOINHA	RUA MOURA FILHO	S/N	CENTRO	58390000
91	25066668	EEEM RODRIGUES DE CARVALHO	02ª GRE	ARAÇAGI	RUA PROFESSORA MARIA DO CARMO	2	CENTRO	58270000
92	25066676	ECI FRANCISCO PESSOA DE BRITO	02ª GRE	ARAÇAGI	AVENIDA OLÍVIO MAROJA S/N ARAÇAGI - PB	S/N	SÃO SEBASTIÃO	58270000
93	25054767	EEEFM ANESIO DEODONIO MORENO	02ª GRE	ARARA	RUA HERMES LIRA	154	CENTRO	58396000
94	25054783	ECI MONSENHOR JOSÉ PAULINO	02ª GRE	ARARA	RUA SENADOR RUY CARNEIRO	30	CENTRO	58396000
95	25050975	ECIT BENJAMIN MARANHÃO	02ª GRE	ARARUNA	RUA: LUIZ TARGINO MOREIRA	300	CENTRO	58233000
96	25050917	EEEM TARGINO PEREIRA	02ª GRE	ARARUNA	PRAÇA JOÃO PESSOA	150	CENTRO	58233000
97	25064126	EEEFM CARLOTA BARREIRA	02ª GRE	AREIA	PRAÇA MONSENHOR RUY BARREIRA VIEIRA	S/N	CENTRO	58397000
98	25064134	ECIT MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	02ª GRE	AREIA	PRAÇA MINISTRO JOSÉ AMÉRICO	321	CENTRO	58397000
99	25064142	EEEFM ALVARO MACHADO	02ª GRE	AREIA	RUA FLORIANO PEIXOTO	0	CENTRO	58397000
100	25064169	EEEF MONSENHOR JOAO COUTINHO	02ª GRE	AREIA	RUA MANOEL DA SILVA	374	PEDRO PERAZZO	58397000
101	25064894	ECIT JOSÉ ROCHA SOBRINHO	02ª GRE	BANANEIRAS	AVENIDA GOVERNADOR PEDRO MORENO GONDIM	0	CONJUNTO MAJOR AUGUSTO BEZERRA	58220000
102	25065025	EEEM PROFESSOR PEDRO A DE ALMEIDA	02ª GRE	BANANEIRAS	AVENIDA ALJÍSIO BARBOSA	0	SÍTIO BURACO	58220000
103	25130200	ESCOLA DOS SONHOS	02ª GRE	BANANEIRAS	SÍTIO MONTE CARMELO	S/N	ZONA RURAL	58220000
104	25067133	ECIT ENGENHEIRA MARCIA GUEDES ALCOFORADO DE CARVALHO	02ª GRE	BELÉM	RUA 1ª DE MAIO	220	CENTRO	58255000
105	25067141	EEEFM FELINTO ELIZIO	02ª GRE	BELÉM	RUA SOLON DE LUCENA	100	CENTRO	58255000
106	25065513	ECIT EFIGÊNIO LEITE	02ª GRE	BORBOREMA	AVENIDA SENADOR HUMBERTO LUCENA	5N	CENTRO	58394000
107	25059610	EEEF PERILO DE OLIVEIRA	02ª GRE	CACIMBA DE DENTRO	PRAÇA PERILO DE OLIVEIRA	40	CENTRO	58230000
108	25059629	ECI HUMBERTO LUCENA	02ª GRE	CACIMBA DE DENTRO	RUA MANOEL OLEGÁRIO DA SILVA	S/N	SANTO ANTÔNIO	58230000



SEEPR C202501458V01



109	25122908	EEEM PEDRO TARGINO DA COSTA MOREIRA	02ª GRE	CACIMBA DE DENTRO	RUA JOSÉ AMÉRICO	S/N	CONJUNTO LÚCIA BRAGA	58230000
110	25067460	ECIT PROFESSORA MARIA GERTRUDES DE CARVALHO NEVES	02ª GRE	CAICARA	RUA ANTONEN NAVARRO	SN	CENTRO	58253000
111	25110780	ECI PROFESSORA BEATRIZ MARIA DE ABREU	02ª GRE	CASSERENGUE	RUA: PROJETADA	0	CENTRO	58238000
112	25067869	ECI ODILON NELSON DANTAS	02ª GRE	CUTEGI	RUA JOSÉ MARINHO DE LUCENA	20	SANTO ANTONIO	58208000
113	25060058	ECI GOVERNADOR CLOVIS BEZERRA CAVALCANTI	02ª GRE	DONA INÊS	RUA PROFESSOR ODILON MATIAS DE ARAÚJO	156	CENTRO	58228000
114	25068075	ECI SAGRADO CORACAO DE JESUS	02ª GRE	DUAS ESTRADAS	RUA NOVA	S/N	CENTRO	58265000
115	25068083	EEEF FRANCISCO COSTA	02ª GRE	DUAS ESTRADAS	RUA COSTA FILHO	140	CENTRO	58265000
116	25068628	ECIT MONSENHOR EMILIANO DE CRISTO	02ª GRE	GUARABIRA	RUA JOÃO LORDÃO	125	NORDESTE LL	58200000
117	25068636	ECI JOSÉ SOARES DE CARVALHO	02ª GRE	GUARABIRA	RUA: HENRIQUE PACIFICO	45	PRIMAVERA	58200000
118	25068644	EEEFM ANTENOR NAVARRO	02ª GRE	GUARABIRA	RUA PREFEITO MANOEL LORDÃO	161	CENTRO	58200000
119	25068660	EEEF DEPUTADO GUSTAVO AMORIM DA COSTA	02ª GRE	GUARABIRA	RUA OSÉAS AMARAL	133	CORDEIRO	58200000
120	25068695	EEEF DESEMBARGADOR PEDRO BANDEIRA	02ª GRE	GUARABIRA	RUA: CORONEL JOSÉ MAURÍCIO DA COSTA	S/N	CONJ. ASSIS CHATEAUBRIAND	58200000
121	25068709	EEEM JOHN KENNEDY	02ª GRE	GUARABIRA	RUA JOHN KENNEDY	515	NOVO	58200000
122	25068717	EEEF ABDON MIRANDA	02ª GRE	GUARABIRA	FAZENDA SÃO JOSÉ DO MIRANDA	SN*	ZONA RURAL	58200000
123	25068725	EEEM PROFESSOR EDGARDO JULIO	02ª GRE	GUARABIRA	RUA HERMENEGILDO CUNHA	S/N	NORDESTE II	58200000
124	25068733	EEEFM JOAO FRANCELINO DA SILVA	02ª GRE	GUARABIRA	RUA VIRGILIO DOS PRAZERES	210	MUTIRÃO	58200000
125	25130161	ECIT GUARABIRA DOM MARCELO PINTO CARVALHEIRA	02ª GRE	GUARABIRA	RODOVIA PB-073, KM 24	S/N	DISTRITO INDUSTRIAL PB-073	58200000
126	25069357	ECIT IVAN BICHARA SOBREIRA	02ª GRE	LAGOA DE DENTRO	RUA 7 DE SETEMBRO	9	CENTRO	58250000
127	25069373	EEEFM GETULIO VARGAS	02ª GRE	LAGOA DE DENTRO	RUA DO COMÉRCIO	55	CENTRO	58250000
128	25067737	ECI PREFEITO JOSÉ ANTONIO NEVES	02ª GRE	LOGRADOURO	RUA: FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA	21	CENTRO	58254000
129	25069675	ECIT MAJOR ANTONIO DE AQUINO	02ª GRE	MULUNGU	ESTRADA DE ACESSO À ALAGOINHA	SN	CENTRO	58354000
130	25069683	EEEFM JARDILINA CRUZ PEREIRA	02ª GRE	MULUNGU	FAZENDA CACHOEIRINHA	SN	ZONA RURAL	58354000
131	25069721	EEEF D AMARO BELTRAO	02ª GRE	MULUNGU	RUA: MONTE ALEGRE	23	CENTRO	58354000
132	25065726	ECI ANTONIETA CORREIA DE MENEZES	02ª GRE	PILÕES	RUA LUIZ GREGORIO DA SILVA	0	CENTRO	58393000
133	25065742	EEEFM DOM SANTINO COUTINHO	02ª GRE	PILÕES	RUA NORBERTO BARACUHY	269	CENTRO	58393000
134	25070088	ECI SILVIO PORTO	02ª GRE	PILÓZINHOS	RUA MANOEL ALVES DE SOUZA	309	CENTRO	58210000
135	25070290	EEEFM MONSENHOR WALFREDO LEAL	02ª GRE	PIRIPITUBA	RUA: PROFESSOR ANTÔNIO FLORENTINO	S/N	CENTRO	58213000
136	25070312	ECI AUGUSTO DE ALMEIDA	02ª GRE	PIRIPITUBA	RUA SOLON DE LUCENA	387	CENTRO	58213000
137	25058991	ECI PEDRO RIBEIRO DE LIMA	02ª GRE	RIACHÃO	VENÂNCIO TOMAZ DE AQUINO	S/N	CENTRO	58235000
138	25070576	ECIT MARIA JOSE MIRANDA BURITY	02ª GRE	SERRA DA RAIZ	RUA: MAJOR COSTA	S/N	CENTRO	58260000
139	25070584	EEEF PADRE EMIDIO FERNANDES	02ª GRE	SERRA DA RAIZ	LARGO DA MATRIZ	76	CENTRO	58260000
140	25066013	ECI ANTÔNIO BENTO	02ª GRE	SERRARIA	RUA ADALGISA CAVALCANTE	328	CENTRO	58395000
141	25068342	ECI JOÃO DE FREITAS MOUZINHO	02ª GRE	SERTÃOZINHO	RUA JOÃO DE FREITAS MOUZINHO	SN	CENTRO	58268000
142	25070304	EEEF BELMIRA ARRUDA ALCOFORADO	02ª GRE	SERTÃOZINHO	RUA NOVA DESCOBERTA	SN	CENTRO	58268000
143	25060376	ECIT ALFREDO PESSOA DE LIMA	02ª GRE	SOLÂNEA	RUA LUIZ FERREIRA DE MELO	S/N	CENTRO	58225000
144	25060384	EEEFM CELSO CIRNE	02ª GRE	SOLÂNEA	PRAÇA 26 DE NOVEMBRO	S/N	CENTRO	58225000
145	25060392	EEEF PADRE GERALDO DA S PINTO	02ª GRE	SOLÂNEA	RUA JOÃO MARCELINO PEREIRA	91	CENTRO	58225000
146	25060406	EEEM ARLINDO RAMALHO	02ª GRE	SOLÂNEA	RUA CELSO CIRNE	488	CENTRO	58225000
147	25060996	ECI DOUTOR TERCILIO TEIXEIRA DA CRUZ	02ª GRE	TACIMA	RUA: 31 DE MARÇO	582	CENTRO	58240000
148	25061003	EEEFM PEDRO TARGINO	02ª GRE	TACIMA	PRAÇA PEDRO TARGINO	255	CENTRO	58240000
149	25062638	EEEFM PADRE HILDON BANDEIRA	03ª GRE	ALAGOA GRANDE	RUA PRESIDENTE JOAO PESSOA	1485	CENTRO	58388000
150	25062670	EEEF DEMONSTRACAO ALAGOA GRANDE	03ª GRE	ALAGOA GRANDE	RUA CÔNEGO FIRMINO CAVALCANTE	959	CENTRO	58388000
151	25062816	ECIT OSWALDO TRIGUEIRO DE ALBUQUERQUE MELO	03ª GRE	ALAGOA GRANDE	RUA RUI BARBOSA	S/N	CENTRO	58388000
152	25063340	ECIT MONSENHOR JOSÉ BORGES DE CARVALHO	03ª GRE	ALAGOA NOVA	RUA MARIA LIMA MARACAJÁ	85	CENTRO	58125000
153	25063421	EEEFM PROFESSOR CARDOSO	03ª GRE	ALAGOA NOVA	AVENIDA SAO SEBASTIAO	266	CENTRO	58125000
154	25152823	ECI EUCLIDES MOUZINHO DOS SANTOS	03ª GRE	ALGODÃO DE JANDAÍRA	RUA PROJETADA	S/N	CONJUNTO NOVO	58399000
155	25061402	ECI PREFEITO FRANCISCO APOLINÁRIO SILVA	03ª GRE	AREIAL	FRANCISCO SEBASTIÃO PEREIRA	78	CENTRO	58140000
156	25075918	ECI TEODÓSIO DE OLIVEIRA LEDO	03ª GRE	BOA VISTA	RUA PREFEITO SEVERINO CABRAL	230	CENTRO	58123000
157	25070703	EEEFM CAIC JOSÉ JOFILLY	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOSÉ MARQUES FERREIRA	100	MALVINAS	58432545
158	25071394	ECI MONSENHOR SALES	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA VEREADOR ANTONIO ALVES PIMENTEL	317	CENTRO	58446000
159	25071939	ECI AUDIOCOMUNICAÇÃO DE CAMPINA GRANDE DEMÓSTENES CUNHA LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PROFESSORA EUTÉCIA VITAL RIBEIRO	S/N	CATOLÉ	58410205
160	25072005	EEEFM ADEMAR VELOSO SILVEIRA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOÃO VIRGOLINO DE ARAÚJO	1043	BODOCONGÓ	58430385
161	25072013	ECIT PROFESSOR RAUL CÔRDULA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA GÁBIO JOSÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO	SN	CRUZEIRO	58415565
162	25072021	EEEFM SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	AV. ELPÍDIO DE ALMEIDA	25	CATOLÉ	58410215
163	25072030	ECIT NENZINHA CUNHA LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA FERNANDES VIEIRA	S/N	JOSÉ PINHEIRO	58407490
164	25072056	EEEFM POETA CARLOS DRUMOND DE ANDRADE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA CAICO	S/N	BODOCONGÓ III	58433140
165	25072064	EEEFM MARIA AUGUSTA LUCENA BRITO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	R - PEDRO ACÁCIO GALVÃO	SN	SÍTIO LUCAS	58430991
166	25072080	EEEFM NINA ALVES DE LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA FRANCISCO ROSA DE FARIAS	S/N	MONTE SANTO	58400710
167	25072099	ECI ASSIS CHATEAUBRIAND	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	AVENIDA TAVARES	2500	SANTO ANTONIO	58406175



SEEPR C202501458V01



168	25072102	ECI DEPUTADO ÁLVARO GAUDENCIO DE QUEIROZ	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA DOS JUCÁS	S/N	MALVINAS	58432599
169	25072110	ECI FÉLIX ARAÚJO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	SEVERINO PIMENTEL	S/N	LIBERDADE	58414150
170	25072129	EEEFM SAO SEBASTIAO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ESTELITA CRUZ	307	ALTO BRANCO	58401470
171	25072137	ECIT PROFESSOR ANÉSIO LEÃO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA XV DE NOVENBRO	S/N	PALMEIRA	58401075
172	25072145	EEEFM DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA DAS PITOMBEIRAS	SN	MALVINAS	58432791
173	25072153	ECIT SEVERINO CABRAL	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOAQUIM AMORIM JUNIOR	S/N	BODOCONGÓ	58430200
174	25072161	EEEF NOSSA SENHORA DO ROSARIO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA NILO PECANHA	250	PRATA	58400515
175	25072196	EEEF ANTONIO VICENTE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA SILVA JARDIM	1196	JOSÉ PINHEIRO	58407333
176	25072200	EEEF AUGUSTO DOS ANJOS	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PARAIBA	240	LIBERDADE	58410066
177	25072218	EEEFM CLEMENTINO PROCOPIO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA: FELIPE CAMARÃO	168	SÃO JOSÉ	58400366
178	25072226	EEEF DE APLICACAO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOÃO LELIS	S/N	CATOLÉ	58410185
179	25072234	EEEFM MONTE SANTO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA DIOGO DA COSTA	305	MONTE SANTO	58400733
180	25072242	EEEFM JOSE PINHEIRO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOANA D'ARC FERREIRA DE ARRUDA	937	JOSÉ PINHEIRO	58407382
181	25072277	ECI MONTE CARMELO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PROFESSOR CARLOS FRANCISCO MEDEIROS DE ALMEIDA	S/N	BELA VISTA	58428700
182	25072285	EEEFM MURILO BRAGA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA SANTA FILOMENA	S/N	LIBERDADE	58414020
183	25072293	EEEFM NOSSA SENHORA APARECIDA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ROSA MARIA BANDEIRA DA SILVA	S/N	MUTIRÃO	58436108
184	25072307	EECI SOLON DE LUCENA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PREFEITO ERNANI LAURITZEN	S/N	CENTRO	58400133
185	25072315	EEEF SANTO ANTONIO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA FRANCISCO ANTÔNIO DO NASCIMENTO	1078	CASTELO BRANCO	58406180
186	25072340	EEEFM ESCRITOR ALCEU DO AMOROSO LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA LÍDIA BATISTA MARQUES	0	MALVINAS	58432677
187	25072374	EEEF MARIA EMILIA OLIVEIRA DE ALMEIDA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA DR. FRANCISCO BRASILEIRO	S/N	PRESIDENTE MÉDICI	58417455
188	25072404	EEEFM RUBENS DUTRA SEGUNDO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ARQUIMEDES SOUTO MAIOR II	S/N	CATOLÉ DE BOA VISTA	58444000
189	25072412	ECI VIRGINIUS DA GAMA E MELO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA PENEDO	SN	MALVINAS	58433146
190	25072420	ECIT DOUTOR ELPIDIO DE ALMEIDA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	R DUQUE DE CAXIAS	235	PRATA	58400506
191	25072439	ECI HORTENCIO SOUSA RIBEIRO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	OTACILIO NEPOMUCENO	S/N	CATOLÉ	58410160
192	25072692	EEEM PADRE EMIDIO VIANA CORREIA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	AVENIDA PREFEITO SEVERINO BEZERRA CABRAL	S/N	CATOLÉ	58410185
193	25076400	EEEM PROFESSOR ANTONIO OLIVEIRA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ALBERTO SANTOS	S/N	SANTA ROSA	58416690
194	25076582	ECI IRMÃ JOAQUINA SAMPAIO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	BR 203 KM 8 PRAÇA DO AMOR	SN	SERROTAÓ	58436740
195	25076590	ECI JOSÉ MIGUEL LEÃO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JOÃO MIGUEL LEÃO	S/N	SÃO JOSÉ DA MATA	58441000
196	25114034	EEEF DOM HELDER CAMARA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA LICIONEIA MARIA DA CONCEIÇÃO	125	SANTA ROSA	58417020
197	25114433	EEEFM SENADOR HUMBERTO LUCENA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA MARCELINO PEREIRA DA COSTA	S/N	NOVO CRUZEIRO	58415483
198	25114808	ECI PROFESSOR ITAN PEREIRA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA LUIZ MOTTA	S/N	BODOCONGÓ	58430710
199	25117459	ECIT PREFEITO WILLIAMS DE SOUSA ARRUDA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA BRUXELAS	S/N	CUITÉ	58404864
200	25117688	ECIT IRMÃ STEFANIE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	HENRIQUE NOBREGA	S/N	TRÊS IRMÃS	58400002
201	25117858	EEEFM REITOR EDVALDO DO Ó	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	ISOLDA BARROS TORQUATO	S/N	BODOCONGÓ	58430290
202	25117866	EEEFM POETISA VICENTINA FIGUEIREDO VITAL DO REGO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA: SÃO RAFAEL	S/N	JEREMIAS	58404072
203	25120670	EEEFM MAJOR VENEZIANO VITAL DO REGO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA: MARIA CÂNDIDA DA SILVA S/N	0	ACÁCIO FIGUEIREDO	58421295
204	25123998	EEEFM WALNYZA BORBOREMA CUNHA LIMA	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA ANTÔNIO CHAGAS DE ARAÚJO	S/N	ZONA RURAL, SÍTIO ESTREITO	58449000
205	25129317	EEEFM PAULO FREIRE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	ALÇA SUDOESTE	S/N	SERROTAÓ	58436220
206	25130331	ECIT PROFESSOR BRAÚLIO MAIA JÚNIOR	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA TRANQUILINO COELHO LEMOS	SN	DINAMERICA	58432300
207	25151401	EEEM ANTÔNIO GUEDES DE ANDRADE	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA SEVERINO DA COSTA	200	CATOLÉ DE ZÉ FERREIRA	58418030
208	25152815	EEEM ISABEL RODRIGUES DE MELO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA SERGIO ANTÔNIO DE MENEZES	SN	GALANTE	58446000
209	25251945	EEEFM ZULEIDE CAVALCANTE PORTO	03ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA JORNALISTA CARLOS CASTELO BRANCO	0	NOVA BRÁSILIA	58406498
210	25061720	ECIT MONSENHOR JOSÉ DA SILVA COUTINHO	03ª GRE	ESPERANÇA	RUA - JOSE JOAQUIM DO NASCIMENTO	S/N	CENTRO	58135000
211	25061739	EEEFM IRINEU JOFFILY	03ª GRE	ESPERANÇA	JUVINIANO SOBREIRA	125	CENTRO	58135000
212	25077759	ECIT FRANCISCA MARTINIANO DA ROCHA	03ª GRE	LAGOA SECA	LUCAS DA ROCHA	297	CENTRO	58117000
213	25078135	ECI MARIA ZECA DE SOUZA	03ª GRE	MASSARANDUBA	RUA VEREADOR ADERBAL GOMES DA SILVA	S/N	CENTRO	58120000
214	25078143	EEEFM EVERALDO AGRA	03ª GRE	MASSARANDUBA	AVENIDA BRÁSILIA, BR 230	7558	SANTA TEREZINHA	58120000
215	25063359	EEEFM DESEMBARGADOR ARTHUR VIRGINIO DE MOURA	03ª GRE	MATINHAS	AV. MONS. JOSÉ BORGES DE CARVALHO	S/N	CENTRO	58128000
216	25063405	ECIT POETA MÁRIO VIEIRA DA SILVA	03ª GRE	MATINHAS	ST. CAMARÁ	S/N	ZONA RURAL	58128000
217	25062069	ECI MARIA JOSÉ DE SOUZA	03ª GRE	MONTADAS	RUA JOSÉ VERÍSSIMO DE SOUZA	197	CENTRO	58145000
218	25120859	ECI PROFESSOR MARIA JOSE COSTA DE ALBUQUERQUE	03ª GRE	OLIVEDOS	RUA RONDINELLE GUIMARAES COUTO	SN	CENTRO	58160000
219	25057146	ECIT ANTONIO GALDINO FILHO	03ª GRE	POCINHOS	RUA - JOSE JOAQUIM DO NASCIMENTO	S/N	IVO BENICIO	58150000
220	25078550	ECIT PLÍNIO LEMOS	03ª GRE	PUXINANÁ	RUA: COSTA E SILVA	S/N	CENTRO	58115000
221	25078569	EEEM SEVERIANO PEDRO DO NASCIMENTO	03ª GRE	PUXINANÁ	POVOADO DE JENIPAPO	S/N	ZONA RURAL	58115000
222	25078577	EEEM CONEGO ANTONIO GALDINO	03ª GRE	PUXINANÁ	AVENIDA 28 DE JANEIRO	S/N	CENTRO	58115000
223	25057820	ECIT JOSÉ BRONZEADO SOBRINHO	03ª GRE	REMÍCIO	AV. JOAQUIM CAVALCANTE DE MORAIS	S/N	CENTRO	58398000
224	25057839	EEEFM DOUTOR CUNHA LIMA	03ª GRE	REMÍCIO	RUA IDELFONSO JARDELINO DA COSTA, 75	75	CENTRO	58398000
225	25062220	ECI MONSENHOR JOSÉ BORGES	03ª GRE	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	RUA LAURA DONATO DE ARAÚJO	S/N	CENTRO	58119000
226	25062239	EEEF ELIDIO SOBREIRA	03ª GRE	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	RUA JOSÉ RODRIGUES COURA	21	CENTRO	58119000



SEEPR C202501458V01



227	25080016	ECIT DOM ADAUTO	03ª GRE	SERRA REDONDA	AV MIGUEL VERÍSSIMO DA SILVA	0	CONJ. ANTONIO MARIZ II	58385000
228	25058304	ECIT DOUTOR TRAJANO NOBREGA	03ª GRE	SOLEDADE	JOSE RUFINO DE CARVALHO	S/N	JARDIM CRUZEIRO	58155000
229	25058371	EEEM PADRE JOSÉ ANTÔNIO MARIA IBIAPINA	03ª GRE	SOLEDADE	RUA: JOSÉ CHAGAS DE BRITO	2	CENTRO	58155000
230	25118579	ECI PREFEITO SEVERINO PEREIRA GOMES	04ª GRE	BARAÚNA	RUA MANOEL RODRIGUES	79	JARDIM PLANALTO	58188000
231	25055046	ECIT JOSE LUIZ NETO	04ª GRE	BARRA DE SANTA ROSA	RUA PREFEITO JOAO INACIO DA SILVA	170	CENTRO	58170000
232	25040820	ECIT IOLANDA TEREZA CHAVES LIMA	04ª GRE	CUBATI	RUA VALDEMIER DE SOUSA SOUTO	SN	CENTRO	58167000
233	25055836	ECI ORLANDO VENANCIO DOS SANTOS	04ª GRE	CUITÉ	RUA 15 DE NOVEMBRO	S/N	CENTRO	58175000
234	25055852	EEEFM ANDRE VIDAL DE NEGREIROS	04ª GRE	CUITÉ	CAETANO DANTAS CORREA	222	CENTRO	58175000
235	25127659	ECI PEDRO HENRIQUE DA SILVA	04ª GRE	CUITÉ	SÍTIO SERRA DO BOMBACADINHO	SN	ZONA RURAL	58175000
236	25129279	ECIT JORNALISTA JOSE ITAMAR DA ROCHA CÂNDIDO	04ª GRE	CUITÉ	BR 104 KM 06		ZONA RURAL	58175000
237	25123203	ECIT FRANCISCO MARQUES DE MELO	04ª GRE	DAMIÃO	RUA ROMILDO FERNANDES DE OLIVEIRA	S/N	TAMBOR	58173000
238	25041185	ECI PREFEITO AGUIÃO DANTAS	04ª GRE	FREI MARTINHO	RUA: PROFESSOR LUIZ PINHEIRO	271	CENTRO	58195000
239	25056620	ECIT JOSÉ ROLDERICK DE OLIVEIRA	04ª GRE	NOVA FLORESTA	RUA DAMIÃO PEDRO DE LIMA, S/N, NOVA FLORESTA - PB	0	SILVESTRE GARCIA	58178000
240	25042351	ECI ANTÔNIO COELHO DANTAS	04ª GRE	NOVA PALMEIRA	RUA: JORGE MENDONÇA	200	CENTRO	58184000
241	25042661	ECI GRACILIANO FONTINI LORDAO	04ª GRE	PEDRA LAVRADA	RUA: PROFESSOR FRANCISCO FERREIRA	13	CENTRO	58180000
242	25153200	EEEM MATILDES DE MELO BURITI	04ª GRE	PEDRA LAVRADA	DIST CUMARU	0	ZONA RURAL	58180000
243	25043269	EEEM SEVERINO GREGORIO DANTAS	04ª GRE	PICUI	RUA JOSE MARIA DA COSTA LIMA	0	ZONA RURAL	58187000
244	25043277	ECIT PROFESSOR LORDÃO	04ª GRE	PICUI	RUA PROJETADA	S/N	CENECISTA	58187000
245	25115723	EEEM FELIPE TIAGO GOMES	04ª GRE	PICUI	RUA ANIBAL DA CUNHA MACEDO	30	MONTE SANTO	58187000
246	25043870	EEEF INACIO CLAUDINO	04ª GRE	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	RUA MANOEL CORDEIRO	50	CENTRO	58158000
247	25043897	ECIT CICERO DOS ANJOS	04ª GRE	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	RUA ALZIRA XAVIER DAS NEVES	S/N	CENTRO	58158000
248	25056581	ECI JOSE VITORINO DE MEDEIROS	04ª GRE	SOSSÊGO	RUA ELIEZER FRANCISCO DOS SANTOS	1447	CENTRO	58177000
249	25049640	ECI DE AMPARO	05ª GRE	AMPARO	RUA VEREADOR CICERO SOARES	62	CENTRO	58548000
250	25044362	ECIT PEDRO BEZERRA FILHO	05ª GRE	CAMALÁU	RUA ANTONIO GALDINO CHAVES	23	CENTRO	58530000
251	25054490	ECI CEL SERVELIANO DE FARIAS CASTRO	05ª GRE	CARAÚBAS	RUA EXPEDICIONÁRIO LUÍS TENÓRIO LEÃO	574	CENTRO	58595000
252	25044788	ECIT MANOEL ALVES CAMPOS	05ª GRE	CONGO	RUA SENADOR RUI CARNEIRO	S/N	CENTRO	58535000
253	25049372	ECI MANOEL HONORATO SOBRINHO	05ª GRE	COIXILHA	RUA PROJETADA	S/N	CENTRO	58588000
254	25053728	ECIT JUAREZ MARACAJÁ	05ª GRE	GURJÃO	RUA:ALFREDO TEIXEIRA DE FREITAS	281	PEDREGAL	58670000
255	25045059	ECIT JOÃO LELYS	05ª GRE	LIVRAMENTO	RUA PRESIDENTE JOAO PESSOA	54	CENTRO	58690000
256	25045377	ECIT JOSÉ LEITE DE SOUZA	05ª GRE	MONTEIRO	RUA WAGNER AUGUSTO BEZERRA JAPYASSU	426	CENTRO	58500000
257	25045466	EEEM BENTO TENÓRIO DE SOUSA	05ª GRE	MONTEIRO	SÍTIO SANTA CATARINA	SN	ZONA RURAL	58500000
258	25045555	EEEFM MIGUEL SANTA CRUZ	05ª GRE	MONTEIRO	RUA GETÚLIO VARGAS	61	CENTRO	58500000
259	25115359	EEEM JOÃO DE OLIVEIRA CHAVES	05ª GRE	MONTEIRO	RUA SIZENANDO RAFAEL	665	ALTO BELA VISTA	58500000
260	25046764	ECI NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	05ª GRE	OURO VELHO	RUA JOSÉ CASSIANO	SN	CENTRO	58560000
261	25047469	ECI JAIRO AIRES CALIÛTE	05ª GRE	PARARI	RUA TERTULINO AIRES DE QUEIROZ	S/N	CENTRO	58575000
262	25046950	ECIT FRANCISCO DE ASSIS GONZAGA	05ª GRE	PRATA	AVENIDA ANANIANO RAMOS GALVÃO	196	CENTRO	58550000
263	25054023	ECIT PROFª NEIR ALVES PORTO	05ª GRE	SANTO ANDRÉ	RUA EULÁLIA DE MEDEIROS PORTO	S/N	CENTRO	58675000
264	25054155	EEEF SEVERINO MEDEIROS RAMOS	05ª GRE	SÃO JOÃO DO CARIRI	RUA VICENTE MECIADO	S/N	ZONA RURAL	58590000
265	25054180	ECIT JORNALISTA JOSÉ LEAL RAMOS	05ª GRE	SÃO JOÃO DO CARIRI	ALTO DO CRUZEIRO	S/N	CENTRO	58590000
266	25047116	ECI MÁRIO OLIVEIRA CHAVES	05ª GRE	SÃO JOÃO DO TIGRE	RUA ANANIAS HONORIO DE SOUSA	45	CENTRO	58520000
267	25047450	ECI BARTOLOMEU MARACAJÁ	05ª GRE	SÃO JOSÉ DOS CORDEIROS	RUA: EULÁMPIA SOUZA E SILVA	95	CENTRO	58570000
268	25048350	ECI MALAQUIAS BATISTA FEITOSA	05ª GRE	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	AVENIDA VICENTE PEDRO	0	CENTRO	58510000
269	25048775	EEEFM MARIA BALBINA PEREIRA	05ª GRE	SERRA BRANCA	AVENIDA MARIA BALBINA PEREIRA	1	CENTRO	58580000
270	25048848	EEEF VASCONCELOS BRANDÃO	05ª GRE	SERRA BRANCA	AVENIDA: DEPUTADO ÁLVARO GAUDÊNCIO	54	CENTRO	58580000
271	25048880	EEEM SENADOR JOSÉ GAUDÊNCIO	05ª GRE	SERRA BRANCA	RUA BOAVENTURA CAVALCANTE NETO	79	CENTRO	58580000
272	25130110	ECIT INACIO ANTONINO	05ª GRE	SERRA BRANCA	PB 200	0	SÍTIO LAGOINHA	58580000
273	25049496	ECIT JOSÉ GONÇALVES DE QUEIROZ	05ª GRE	SUMÉ	RUA PROFESSORA GUIOMAR COELHO	201	PEDREGAL	58540000
274	25048368	ECI PROFª MARIA CELESTE DO NASCIMENTO	05ª GRE	ZABELÊ	RUA JOÃO MIZAEI DE MEDEIROS	S/N	CENTRO	58515000
275	25020374	EEEFM CLOVIS SATIRO	06ª GRE	AREIA DE BARAÚNAS	RUA PEDRO LINO	490	CENTRO	58732000
276	25050427	EECI JOAO ROGERIO DIAS TOLEDO	06ª GRE	ASSUNÇÃO	RUA CÂNDIDO PEREIRA BRITO	S/N	CONJUNTO HABITACIONAL JOSE DE ASSIS PIMENTA	58685000
277	25019813	ESCOLA CIDADÁ INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ALDO SATIRO XAVIER	06ª GRE	CACIMBA DE AREIA	RUA GILVAN SOARES	SN	CENTRO	58730000
278	25033794	ECIT ESTADUAL PEDRO TERTO DA CUNHA	06ª GRE	CACIMBAS	RUA FERNANDES FERREIRA	S/N	CENTRO	58698000
279	25024175	ECIT INACIO DA CATINGUEIRA	06ª GRE	CATINGUEIRA	RUA TENENTE NICOLAU LOPES	S/N	CENTRO	58715000
280	25033786	ECI GERTRUDES LEITE	06ª GRE	DESTERRO	JULIA DE GOIS S/N	SN	SÃO CRISTÓVÃO	58695000
281	25033816	EEEF SILVEIRA DANTAS	06ª GRE	DESTERRO	PRAÇA NOSSA SENHORA DO DESTERRO	25	CENTRO	58695000
282	25025368	ECIT DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO PROFª MARGARIDA REMIGIO LOUREIRO	06ª GRE	EMAS	AV. DR. JOSÉ CELINO FILHO	107	CENTRO	58763000
283	25041525	ECIT DEPUTADO GENIVAL MATIAS	06ª GRE	JUAZEIRINHO	RUA PROFESSORA JOSEFA NETA FREIRE	180	CENTRO	58660000
284	25110358	EEEFM DEPUTADO PEDRO PASCOAL DE OLIVEIRA	06ª GRE	JUAZEIRINHO	LUIZ PEDRO DE ARAÚJO	70	ARNALDO LAFAYETE	58660000
285	25038478	ECIT EZEQUIEL FERNANDES	06ª GRE	JUNCO DO SERIDÓ	RUA ALCINDO LEITE	490	CENTRO	58640000



SEEPR C202501458V01





286	25020102	EEEFM FRANCISCO ROMANO DA SILVA	06º GRE	MÃE D'ÁGUA	RUA SÃO SEBASTIÃO	5	CENTRO	58740000
287	25014692	ECIT DOUTOR ANTONIO FERNANDES MEDEIROS	06º GRE	MALTA	RUA: CEL. ANTÔNIO DE ASSIS FERREIRA	S/N	CENTRO	58713000
288	25037781	E. C. L. ANTONIO MOACIR DANTAS CAVALCANTI	06º GRE	MATURÉIA	AVENIDA JOSÉ JERÔNIMO DA SILVA	282	CENTRO	58737000
289	25020366	EEEM CONEGO MACHADO	06º GRE	PASSAGEM	RUA PROJETADA 4	S/N	CENTRO	58734000
290	25020854	ECI DOUTOR DIONÍSIO DA COSTA	06º GRE	PATOS	RUA FRANCISCO PONTES	S/N	SALGADINHO	58706520
291	25020889	EEEFM LUCIA WANDERLEY DE FREITAS	06º GRE	PATOS	RUA VEREADOR JOSÉ CAETANO FILHO	36	DISTRITO SANTA GERTRUDES	58709000
292	25020900	EEEFM ANTONIA ARAUJO	06º GRE	PATOS	RUA PROJETADA	S/N	BIVAR OLINTO	58701600
293	25020927	ECI AUZENIR LACERDA	06º GRE	PATOS	RUA: LUIZ JOSÉ	S/N	JARDIM LACERDA	58704030
294	25020935	ECI ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO MONSENHOR MANOEL VIEIRA	06º GRE	PATOS	PRAÇA EDVALDO MOTTA	SN	CENTRO	58700590
295	25020960	EEEF CORIOLANO DE MEDEIROS	06º GRE	PATOS	PEREGRINO DE ARAÚJO	S/N	SANTO ANTONIO	58701010
296	25020978	EEEF PROFA MARIA NUNES	06º GRE	PATOS	RUA LUIZ JOSÉ	0	BELO HORIZONTE	58704310
297	25020986	EEEF RIO BRANCO	06º GRE	PATOS	AV. FLORIANO PEIXOTO	S/N	JARDIM CALIFORNIA	58700300
298	25021427	ENE D EXPEDITO E DE OLIVEIRA	06º GRE	PATOS	RUA PAULO LEITE	SN	LIBERDADE	58703130
299	25103563	EEEFM PROFESSOR JOSE GOMES ALVES	06º GRE	PATOS	DONATO LOCIO	S/N	JATOBÁ	58707380
300	25130153	ECIT LYNALDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	06º GRE	PATOS	RUA MANOEL MOTA	NULL	MUTIRÃO	58707430
301	25022059	EEEFM HERCULANO PEREIRA	06º GRE	QUIXABA	MANOEL CANDEIA	S/N	CENTRO	58733000
302	25038796	EEEM FENELON NOBREGA	06º GRE	SALGADINHO	RUA JOSÉ MACIEL DE SOUZA	56	CENTRO	58650000
303	25039032	ECITE PADRE JERONIMO LAUWEN	06º GRE	SANTA LUZIA	RUA DOM QUINTINO	S/N	SÃO JOSÉ	58600000
304	25039075	EEEFM ARLINDO BENTO DE MORAIS	06º GRE	SANTA LUZIA	RUA ANTONIO MOISÉS	264	SÃO JOSÉ	58600000
305	25039083	ECI EEF COELHO LISBOA	06º GRE	SANTA LUZIA	AVENIDA JOSÉ AMÉRICO	S/N	CENTRO	58600000
306	25022296	EEEFM PROFESSOR JOAO NOBERTO	06º GRE	SANTA TERESINHA	RUA EPTÁCIO RODRIGUES	360	CENTRO	58720000
307	25022652	EEEFM JOSE AMERICO DE ALMEIDA	06º GRE	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	RUA CAPITÃO CAZUZA SÁTIRO	134	CENTRO	58723000
308	25023187	ECI EEM MARIA DE LOURDES MEIRA	06º GRE	SÃO JOSÉ DO BONFIM	RUA JAMIL NÓBREGA	NULL	CONJUNTO EDVALDO MOTA	58725000
309	25039504	EEEFM OLAVO BILAC	06º GRE	SÃO JOSÉ DO SABUGI	RUA SEVERINO ARNALDO	325	CENTRO	58610000
310	25039997	EEEFM NAPOLEAO ABDON DA NOBREGA	06º GRE	SÃO MAMEDE	MINISTRO JOAO AGRIPINO	175	CENTRO	58625000
311	25040014	ESCOLA CIDADÁ INTEGRAL TÉCNICA ESTADUAL SERÁFICO NÓBREGA	06º GRE	SÃO MAMEDE	RUA JOSÉ PEQUENO DE OLIVEIRA	91	CENTRO	58625000
312	25050435	EECT MELQUIADES VILAR	06º GRE	TAPEROÁ	RUA ISMENIA MACHADO	38	SANTO ANTÔNIO	58680000
313	25050486	EEEFM FELIX DALTRO	06º GRE	TAPEROÁ	PRAÇA JOAO PESSOA	200	CENTRO	58680000
314	25037803	ECIT SEBASTIAO GUEDES DA SILVA	06º GRE	TEIXEIRA	RUA CÔNEGO SERRÃO	21	CENTRO	58735000
315	25037846	EEEFM DR MANOEL DANTAS	06º GRE	TEIXEIRA	RUA DR. MANOEL DANTAS	20	CENTRO	58735000
316	25123297	ECI MARIA LIDIA RANGEL	06º GRE	TENÓRIO	RUA ANATIVA MOTA DE AZEVEDO	S.N.	BELA VISTA	58665000
317	25040600	ECIEEM ODILON DE FIGUEIREDO	06º GRE	VÁRZEA	RUA FRANCISCO DAS CHAGAS BRITO	97	CENTRO	58620000
318	25023489	ECI EEM AGENOR MENDES PEDROSA	07º GRE	AGUIAR	RUA JOÃO PAULO SOBRINHO	S/N	EVANDRO CABRAL	58778000
319	25027573	ECI EEM JOÃO CAVALCANTE SULA	07º GRE	BOA VENTURA	RUA PADRE LUIZ GOMES	30	CENTRO	58993000
320	25027930	ECITE MAESTRO JOSE SIQUEIRA	07º GRE	CONCEIÇÃO	RUA PADRE PANOEL OTAVIANO	190	CENTRO	58970000
321	25027999	EEEF CALUIA LEITE	07º GRE	CONCEIÇÃO	RUA: PREFEITO JOÃO FAUSTO	S/N	SÃO GERALDO	58970000
322	25028022	EEEF JOSE LEITE	07º GRE	CONCEIÇÃO	AVENIDA GOVERNADOR WILSON LEITE BRAGA	140	CENTRO	58970000
323	25028065	EEEF NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	07º GRE	CONCEIÇÃO	AVENIDA VICE PREFEITO MARTINHO FURTADO DE LACERDA	S/N	NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	58970000
324	25024523	EEEF MINISTRO CARLOS LUIZ DE ARAUJO	07º GRE	COREMAS	RUA RAIMUNDO LUIZ	360	POMBALZINHO	58770000
325	25024558	ECIT NOBEL VITA	07º GRE	COREMAS	RUA BENILDO FAUSTINO DA SILVA	88	ANTONIO CLEMENTINO DE SOUSA	58770000
326	25029576	ECIEEM CORONEL ZUZA LACERDA	07º GRE	CURRAL VELHO	RUA: COSMO ALVES BARBOSA	120	CENTRO	58990000
327	25029789	ECIT PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ	07º GRE	DIAMANTE	RUA VEREADOR AMÉRICO PEREIRA GOMES	696	CENTRO	58994000
328	25029797	EEEF JOANA ABILIO PEGADO	07º GRE	DIAMANTE	RUA ANTÔNIO VICENTE	57	CENTRO	58994000
329	25030108	EEEF DR ERNESTO DE SOUSA DINIZ	07º GRE	DIAMANTE	RUA DO COMERCIO	S/N	CENTRO	58994000
330	25030116	ECIEEM PADRE MANOEL OTAVIANO	07º GRE	IBIARA	RUA SANTA MARIA	1000	IBIARINHA	58980000
331	25030175	EEEF FRANCA LEITE	07º GRE	IBIARA	RUA OSÓRIO PINTO RAMALHO	430	CENTRO	58980000
332	25023896	ECI JOSELITA BRASILEIRO	07º GRE	IGARACY	RUA PADRE MANOEL OTAVIANO	0	CENTRO	58775000
333	25030566	EEEM ADALGISA TEODULO DA FONSEÇA	07º GRE	ITAPORANGA	RUA JOÃO SILVINO DA FONSEÇA	S/N	CENTRO	58780000
334	25030698	EEEF SIMEÃO LEAL	07º GRE	ITAPORANGA	PRAÇA DEP BALDUÍNO DE CARVALHO	32	CENTRO	58780000
335	25031155	ECI FRANCELINO DE ALENCAR NEVES	07º GRE	ITAPORANGA	RUA: JOÃO SILVINO DA FONSECA	310	XIQUE - XIQUE	58780000
336	25130269	ECIT ITAPORANGA	07º GRE	ITAPORANGA	JOÃO SILVINO DA FONSECA	SN	JOÃO SILVINO DA FONSECA	58780000
337	25025635	ECIT JOAO LEITE NETO	07º GRE	NOVA OLINDA	RUA JÓ DE SOUSA	SN	CENTRO	58798000
338	25025813	EEEF CONEGO MANOEL OTAVIANO	07º GRE	OLHO D'ÁGUA	RUA MANOEL DE ALMEIDA COSTA	70	CENTRO	58760000
339	25025830	ECI EEM ANTÔNIO AVELINO DE ALMEIDA	07º GRE	OLHO D'ÁGUA	RUA JOAQUIM AVELINO PEREIRA	0	CENTRO	58760000
340	25031481	ECI EEM JOÃO DE SOUSA PRIMO	07º GRE	PEDRA BRANCA	AV. JOSÉ TEOTÔNIO DOS SANTOS	0	CENTRO	58790000
341	25026402	EEEF ADEMAR LEITE	07º GRE	PIANCÓ	RUA CORONEL JOÃO LEITE	26	CENTRO	58765000
342	25027026	ESCOLA CIDADÁ INTEGRAL E TECNICA ESTADUAL SANTO ANTONIO	07º GRE	PIANCÓ	RUA NICOLAU LOUREIRO	63	CENTRO	58765000
343	25028103	ESCOLA CIDADÁ INTEGRAL ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO ENÉAS LEITE	07º GRE	SANTA INÊS	RUA MANOEL PEREIRA CAMPOS	86	CENTRO	58978000
344	25031783	ECIT EEFM PRESIDENTE KENEDY	07º GRE	SANTANA DE MANGUEIRA	TRAVESSA ELISA FERREIRA LIMA.	0	CENTRO	58985000



SEEPRC202501458V01



345	25027190	ECI EEM DOUTOR FELIZARDO LEITE	07ª GRE	SANTANA DOS GARROTES	RUA MANOEL BATISTA	52	CENTRO	58795000
346	25032518	EEEFM OTAVIANO L DA SILVA	07ª GRE	SÃO JOSÉ DE CAIANA	RUA JOSÉ PEREIRA LIMA	S/N	CENTRO	58784000
347	25032968	EEEFM PROF JOSEFA JUSTINO GOMES	07ª GRE	SERRA GRANDE	AV. PREF IVO PINTO RAMALHO	580	BELA VISTA	58955000
348	25000047	ECI NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	08ª GRE	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	RUA JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA FORTE	411	CENTRO	58895000
349	25000055	EEEFM AMÉRICO MAIA	08ª GRE	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	RUA: JOÃO AGRIPINO	331	CENTRO	58895000
350	25000349	ECIT PADRE ARISTIDES	08ª GRE	BOM SUCESSO	RUA FRANCISCO GONÇALVES DE ALMEIDA	S/N	CENTRO	58887000
351	25000373	EEEM DOUTOR JOSÉ PAZ DE LIMA	08ª GRE	BOM SUCESSO	RUA ANTONIO ALMINO	17	CENTRO	58887000
352	25000640	ECIT PROFESSOR JOSÉ OLÍMPIO MAIA	08ª GRE	BREJO DO CRUZ	RUA: HORÁCIO PIMENTA	225	CENTRO	58890000
353	25000659	EEEM ANTONIO GOMES	08ª GRE	BREJO DO CRUZ	RUA: ANGELINA MARIZ	50	CENTRO	58890000
354	25001477	ECI PROFESSORA DIVA GUEDES DE ARAUJO	08ª GRE	BREJO DOS SANTOS	RUA APOLONIO PEREIRA DE SOUSA	150	CENTRO	58880000
355	25001825	EEEM ESC AGROTECNICA DO CAJUEIRO CAMPUS IV - UEPB	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	SITIO CAJUEIRO	S/N		58884000
356	25001833	ECIT OBDUJIA DANTAS	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	AVENIDA VENÂNCIO NEIVA	804	CENTRO	58884000
357	25001868	EEEF JOAQUIM VALDEVINO DE LIMA	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	SITIO CAJAZEIRINHA	S/N	ZONA RURAL	58884972
358	25001876	EEEF JOSÉ DE SÁ CAVALCANTE	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	SITIO CATOLÉ DE BAIXO	S/N	ZONA RURAL	58884000
359	25001906	ECI JOÃO SUASSUNA	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	PRACA PREFEITO JOSE SERGIO MAIA	70	CENTRO	58884000
360	25001914	EEEF SERGINA LAURA DANTAS	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	RUA DR. ANTONIO FERREIRA	155	CORRENTE	58884000
361	25002376	EEEF FABIO MARIZ MAIA	08ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	DISTRITO CORONEL MAIA	S/N	ZONA RURAL	58884000
362	25002422	ECI FRANCISCO MAIA	08ª GRE	JERICÓ	RUA JOSÉ MESQUITA	112	CENTRO	58830000
363	25003038	EEEFM MONSENHOR VALERIANO PEREIRA	08ª GRE	LAGOA	TRAVESSA SIMPLICIO ROQUE	2	CENTRO	58835000
364	25003054	ECI FREI BRUNO	08ª GRE	LAGOA	RUA PADRE ARISTIDES	0	CENTRO	58835000
365	25002457	ECI JOSÉ SERAFIM DE LIMA	08ª GRE	MATO GROSSO	RUA ANTONIO SERAFIM DE LIMA	16	CENTRO	58832000
366	25003410	ECIT DANIEL CARNEIRO	08ª GRE	RIACHO DOS CAVALOS	RUA DR. ANTONIO CARNEIRO	60	CENTRO	58870000
367	25003844	EEEM JOAO SILVEIRA GUIMARAES	08ª GRE	SÃO BENTO	RUA SÃO JUDAS TADEU	53	SÃO JOSÉ	58865000
368	25129287	ECIT DE SÃO BENTO	08ª GRE	SÃO BENTO	AV. PREFEITO PEDRO EULAMPIO DA SILVA	S/N	SÃO BENTINHO	58865000
369	25001302	ECI OLIVIA SARAIVA MAIA	08ª GRE	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	RUA CÔNEGO SANDOVAL	124	CENTRO	58893000
370	25012193	EEEFM NELSON BATISTA ALVES	09ª GRE	BERNARDINO BATISTA	RUA JOSÉ ESTRELA ABRANTES	245	CENTRO	58922000
371	25006029	EEEFM PROF JOAQUIM UMBELINO	09ª GRE	BOM JESUS	RUA 05 DE NOVEMBRO	1	ASA BRANCA	58930000
372	25006223	ECIT MONSENHOR MORAIS	09ª GRE	BONITO DE SANTA FÉ	RUA AFRIGIO PEREIRA DA SILVA	1	ALTO DA BOA VISTA	58960000
373	25006231	EEEF JOAQUIM NABUCO	09ª GRE	BONITO DE SANTA FÉ	RUA PREFEITO JOSÉ FERREIRA CAJU	204	CENTRO	58960000
374	25007092	ECI EEFM PROFESSOR ADALBERTO DE SOUSA OLIVEIRA	09ª GRE	CACHOEIRA DOS ÍNDIOS	RUA SERGIO MOREIRA	45	CENTRO	58935000
375	25007718	EEEFM PROF MANOEL MANGUEIRA LIMA	09ª GRE	CAJAZEIRAS	RUA JOSE LEITE DE OLIVEIRA	215	POR DO SOL	58900000
376	25007726	ECI PROFESSOR CRISPIM COELHO	09ª GRE	CAJAZEIRAS	AV. PEDRO MORENO GONDIM	0	CENTRO	58900000
377	25007742	EEEF DOM MOISES COELHO	09ª GRE	CAJAZEIRAS	RUA PADRE JOSE TOMAZ	387	CENTRO	58900000
378	25007785	ECIT CRISTIANO CARTAXO	09ª GRE	CAJAZEIRAS	AV. JÚLIO MARQUES DO NASCIMENTO	915	JARDIM OÁSIS	58900000
379	25007840	E.E.E.F. MONSENHOR JOAO MILANES	09ª GRE	CAJAZEIRAS	PRACA DOM ADAUTO	S/N	CENTRO	58900000
380	25007904	EEEFM MONS CONSTANTINO VIEIRA	09ª GRE	CAJAZEIRAS	RUA PADRE ROLIM	457	CENTRO	58900000
381	25008951	ESC PROFISSIONAL MONTE CARMELO	09ª GRE	CAJAZEIRAS	RUA VICENTE BEZERRA	1	ESPERANÇA	58900000
382	25129295	ECIT PROFESSORA NICÉIA CLAUDINO PINHEIRO	09ª GRE	CAJAZEIRAS	RODOVIA GOVERNADOR ANTÔNIO MARIZ - BR 230 KM 506,	0	CAPOEIRAS SUL	58900000
383	25129325	EEEFM ARIANO VILAR SUASSUNA	09ª GRE	CAJAZEIRAS	SITIO ZÉ DIAS	S/N	ZONA RURAL	58900000
384	25009192	ECI EEM JOEL PEREIRA DA SILVA	09ª GRE	CARRAPATEIRA	RUA JOÃO BEZERRA S/N	0	CENTRO	58945000
385	25009214	EEEIF DE AVE MARIA	09ª GRE	CARRAPATEIRA	SITIO AVE MARIA	S/N	RURAL	58945000
386	25012932	ESCOLA ESTADUAL CIDADÂ INTEGRAL SÃO JOSÉ OPERÁRIO	09ª GRE	JOCA CLAUDINO	RUA PROJETADA S/N	1	CENTRO	58928000
387	25009559	ECIEEFM BONIFÁCIO SARAIVA DE MOURA	09ª GRE	MONTE HOREBE	RUA PROJETADA	S/N	CENTRO	58950000
388	25012940	ECI EEM JOSE NILSON SANTIAGO	09ª GRE	POCO DANTAS	RUA ODILON FRANCISCO DE OLIVEIRA	S/N	CENTRO	58933000
389	25005995	ECI EEFM PROFESSORA FRANCISCA FONSECA MATIAS	09ª GRE	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	AV. FREI DAMIÃO	0	BAIRRO DAS POPULARES	58908000
390	25009923	EEEFM PROF JOSE BENTO	09ª GRE	SANTA HELENA	RUA JOSIAS FRANCISCO DINIZ	208	CENTRO	58925000
391	25009931	ECI ELAINE SOARES BRASILEIRO	09ª GRE	SANTA HELENA	RUA JOANA FERREIRA DE SOUSA	272	CENTRO	58925000
392	25004875	EEEFM MINISTRO JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA	09ª GRE	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	RUA VIDAL DE NEGREIROS	134	CENTRO	58910000
393	25004883	ECIT CORONEL JACOB GUILHERME FRANTZ	09ª GRE	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	RUA PADRE JOAQUIM CIRILO DE SÁ	95	CENTRO	58910000
394	25004999	EEEF DE BANDARRA	09ª GRE	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	DISTRITO DE BANDARRA	0	ZONA RURAL	58910000
395	25010565	ECIT PREFEITO JOAQUIM LACERDA LEITE	09ª GRE	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	RAIMUNDO ALES	125	SANTO ANTONIO	58940000
396	25011669	E EST DE CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO SÃO JOSE	09ª GRE	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	RUA EXPEDITO RODRIGUES DE HOLANDA	146	CENTRO	58940000
397	25012185	EEEF ANTONIO FRANCISCO DUARTE	09ª GRE	TRIUNFO	AV. JOSE DUARTE DE SA	89	CENTRO	58920000
398	25012207	ECI EEM BERNARDINO JOSE BATISTA	09ª GRE	TRIUNFO	TABELÃO ANTONIO LISBOA LISBOA	S/N	BELA VISTA	58920000
399	25012916	ECIT DOUTOR JOSE DUARTE FILHO	09ª GRE	UIRAÚNA	RUA FRANCISCO LEÃO VELOSO	448	CENTRO	58915000
400	25012924	EEEFM JOVELINA GOMES	09ª GRE	UIRAÚNA	RUA JOAO PESSOA	88	SÃO JOSÉ	58915000
401	25012959	EEEF ERNANI SATIRO	09ª GRE	UIRAÚNA	RUA BRASILIANO VIEIRA	34	ALTO BELA VISTA	58915000
402	25012967	EEEF MONS CONSTANTINO VIEIRA	09ª GRE	UIRAÚNA	DISTRITO DE QUIXABA DE CIMA	S/N	DISTRITO DE QUIXABA	58915000
403	25018094	ECIT DOUTOR JOSE GADELHA	10ª GRE	APARECIDA	RUA JOÃO AMANCIO PIRES	95	CENTRO	58823000



SEEPR C202501458V01



404	25014412	ECI NESTORINA ABRANTES	10ª GRE	LASTRO	RUA PEDRO ABRANTES FERREIRA	278	CENTRO	58820000
405	25019538	ECIT ESTADUAL DOUTOR SILVA MARIZ	10ª GRE	MARIZÓPOLIS	RUA BELARMINO RUFINO DE CARVALHO	22	CENTRO	58819000
406	25014951	ECI FRANCISCO AUGUSTO CAMPOS	10ª GRE	NAZAREZINHO	RUA HERCULANO VIEIRA	S/N	FRANCISCO MENDES CAMPOS	58817000
407	25014960	EEEF MANOEL MENDES	10ª GRE	NAZAREZINHO	RUA JOAO LUIZ	S/N	CENTRO	58817000
408	25017071	EEEF PROFESSOR NESTOR ANTUNES	10ª GRE	SANTA CRUZ	RUA JOSÉ VITAL DE OLIVEIRA	61	CENTRO	58824000
409	25017080	ECIT VALDEMIRO WANDERLEY DE OLIVEIRA	10ª GRE	SANTA CRUZ	CONJUNTO MAURICIO GOMES	S/N	SÃO FRANCISCO	58824000
410	25019597	ECI DORIVAL SILVEIRA	10ª GRE	SÃO FRANCISCO	RUA FRANCISCO ANTONIO DA SILVEIRA	110	CENTRO	58818000
411	25017438	ECI ANTONIO GREGORIO DE LACERDA	10ª GRE	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	RUA ANTONIO GREGORIO DE LACERDA	S/N	SANHAUÁ	58815000
412	25018060	EEEFM IZIDRA PACIFICO DE ARAUJO	10ª GRE	SOUSA	NÚCLEO HABITACIONAL I	1	SÃO GONÇALO	58814000
413	25018078	EEEFM ANDRE GADELHA	10ª GRE	SOUSA	RUA VEREADOR JOSÉ FRANCISCO VIEIRA DE FIGUEIREDO	88	AREIAS	58801455
414	25018124	EEEF BATISTA LEITE	10ª GRE	SOUSA	RUA LUIS PEREIRA DA SILVA	22	CENTRO	58800040
415	25018132	EEEF BENTO FREIRE	10ª GRE	SOUSA	RUA JOAQUIM PINTO NETO	2	ESTAÇÃO	58807275
416	25018140	EEEFM CELSO MARIZ	10ª GRE	SOUSA	ARY FERNANDES DE ARAGÃO	S/N	JARDIM SORRILÂNDIA III	58805535
417	25018183	EEEFM ESTEVAM MARINHO	10ª GRE	SOUSA	RUA ALTO DO CATETE	0	CENTRO	58814000
418	25018191	EEEFM FRANCISCO CICERO SOBRINHO	10ª GRE	SOUSA	NÚCLEO HABITACIONAL III	S/N	SÃO GONÇALO	58814600
419	25018221	EEEFM CONEGO JOAO CARTAXO ROLIM	10ª GRE	SOUSA	RUA DORIVAL DA NÓBREGA ASSIS	S/N	ALTO DO CRUZEIRO	58806250
420	25018256	EEEF DE DEMONSTRACAO DE SOUSA	10ª GRE	SOUSA	RUA JOSÉ DE PAIVA GADELHA	141	GATO PRETO	58802085
421	25018264	EEEF JAIME MEIRA FONTES	10ª GRE	SOUSA	RUA RAIMUNDO MARQUES BRAGA ROLIM FILHO	22	DOUTOR ZEZÉ	58804450
422	25018272	EEEFM PROFESSORA DIONE DINIZ OLIVEIRA DIAS	10ª GRE	SOUSA	NÚCLEO HABITACIONAL II	S/N	ÁREA RURAL	58814500
423	25018280	ECIT MESTRE JULIO SARMENTO	10ª GRE	SOUSA	RUA JOSÉ DE PAIVA GADELHA	125	GATO PRETO	58802085
424	25018582	ENE JOSE DE PAIVA GADELHA	10ª GRE	SOUSA	RUA JOSÉ DE PAIVA GADELHA	127	GATO PRETO	58802085
425	25018639	EEEFM DOUTOR THOMAZ PIRES	10ª GRE	SOUSA	RUA RAIMUNDO PEREIRA DE OLIVEIRA	S/N	JARDIM SORRILÂNDIA I	58805150
426	25019228	EEEFM ANTONIO TEODORO NETO	10ª GRE	SOUSA	RUA VEREADOR JOSÉ GONÇALVES FORMIGA	S/N	SANTARÉM	58808470
427	25130242	ECIT ESTADUAL CHIQUINHO CARTAXO	10ª GRE	SOUSA	RUA LEOPOLDO JOSÉ DE MELO	S/N	JARDINS	58802370
428	25130846	EEEF RENE ALVES RAMALHO	10ª GRE	SOUSA	ASSENTAMENTO NOVA VIDA I	0	ZONA RURAL	58814000
429	25019740	ECI MARIA MOREIRA PINTO	10ª GRE	VIEIRÓPOLIS	RUA AGRIPINO FERNANDES DAS CHAGAS	S/N	CENTRO	58822000
430	25126342	EEEF ANTONIA MARIA ANUNCIACAO DONA DONINHA	10ª GRE	VIEIRÓPOLIS	DISTRITO DE CAMPO ALEGRE	S/N	ZONA RURAL	58822000
431	25033204	ECI EEM JOSE NOMINANDO	11ª GRE	ÁGUA BRANCA	RUA JOSÉ PEDRO FIRMINO	41	CENTRO	58748000
432	25034200	ECIT MARIA DO SOCORRO RAMALHO QUIRINO	11ª GRE	IMACULADA	RUA DELMIRO DANTAS	S/N	CENTRO	58745000
433	25034219	EEEFM SANTA CATARINA	11ª GRE	IMACULADA	RUA PROFESSOR HENRIQUE ANTÔNIO DA SILVA	S/N	RURAL	58745000
434	25034227	EEEF DELMIRO DANTAS	11ª GRE	IMACULADA	RUA DELMIRO DANTAS	S/N	CENTRO	58745000
435	25034820	EEEFM AMERICA FLORENTINO	11ª GRE	JURU	AV. CAPITÃO DALMO TEIXEIRA	626	CENTRO	58750000
436	25034839	ECIT ARLINDA PESSOA DA SILVA	11ª GRE	JURU	AVENIDA DALMO TEIXEIRA SETOR SERRA BRANCA	S/N	SERRA BRANCA	58750000
437	25035444	EEEF PROFESSORA ANTONIA DINIZ MAIA	11ª GRE	MANÁIRA	PRAÇA JOAQUIM SIMÃO	6	CENTRO	58995000
438	25036017	ECL EEFM. MONSENHOR SEBASTIAO RABELO	11ª GRE	MANÁIRA	RUA PROJETADA	S/N	POPULARES	58995000
439	25036297	EEEF PROFESSORA IRACEMA MARQUES DE LIMA	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	RUA SOLON DE LUCENA	55	CENTRO	58755000
440	25036300	EEEFM GAMA E MELO	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	AVENIDA PRESIDENTE JOÃO PESSOA	460	CENTRO	58755000
441	25036335	ECIT NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	RUA PSICÓLOGA SIMONE PEREIRA	36	CONJUNTO ALOYSIO PEREIRA	58755000
442	25036343	EEEFM MINISTRO ALCIDES VIEIRA CARNEIRO	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	PRAÇA DR JOSE NOMINANDO DINIZ	52	CENTRO	58755000
443	25037129	E.E.E.F MARÇAL LIMA NETO	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	POVOADO VÁRZEA	1	RURAL	58755000
444	25037137	EEEFM DEP NOMINANDO MUNIZ DINIZ	11ª GRE	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	RUA DA BOA VISTA	S/N	CENTRO	58758000
445	25037226	ECI ADRIANO FEITOSA	11ª GRE	TAVARES	RUA SEVERINO CARLOS DE ANDRADE	489	CENTRO	58753000
446	25037234	EEEFM POVOADO SILVESTRE	11ª GRE	TAVARES	POVOADO SILVESTRE	S/N	CENTRO	58753000
447	25080261	ECI MANOEL AVELINO PAIVA	12ª GRE	CALDAS BRANDÃO	RUA SENADOR RUI CARNEIRO	0	CAJÁ	58350000
448	25080270	EEEFM DE CALDAS BRANDÃO	12ª GRE	CALDAS BRANDÃO	RUA: MANOEL DANTAS	157	CENTRO	58350000
449	25080407	ECI JOÃO RIBEIRO	12ª GRE	GURINHÉM	RUA HUMBERTO LUCENA	S/N	CENTRO	58356000
450	25080849	ECIT LUIS GONZAGA BURITY	12ª GRE	INGÁ	RUA DUQUE DE CAXIAS	54	BOA ESPERANÇA	58380000
451	25080881	EEEM PROFESSOR RANGEL	12ª GRE	INGÁ	RUA PRESIDENTE JOÃO PESSOA	39	CENTRO	58380000
452	25081403	ECIT DE ITABAIANA DOUTOR ANTÔNIO BATISTA SANTIAGO	12ª GRE	ITABAIANA	AVENIDA PREFEITO ANTONIO BATISTA SANTIAGO	416	CENTRO	58360000
453	25081411	EEEF PROFESSORA ODETE MENDES N OLIVEIRA	12ª GRE	ITABAIANA	RUA LUIZ QUIRINO DO NASCIMENTO	51	CAMPO GRANDE	58360000
454	25081454	EEEFM JOÃO FAGUNDES DE OLIVEIRA	12ª GRE	ITABAIANA	RUA ALTO PROFESSOR MACIEL	S/N	CENTRO	58360000
455	25081888	ECI JOSÉ RODRIGUES DE ALTAIDE	12ª GRE	ITATUBA	RUA ANTÔNIA DE ANDRADE CAVALCANTE	0	CENTRO	58378000
456	25082272	ECI DOM ADAUTO	12ª GRE	JUAREZ TÁVORA	RUA ADALBERTO PEREIRA DE MELO	18	CENTRO	58387000
457	25088785	ECIT TEONAS DA CUNHA CAVALCANTI	12ª GRE	JURIPIRANGA	RUA SENADOR RUI CARNEIRO	122	CENTRO	58330000
458	25088793	EEEFM DEMÉTRIO TOLEDO	12ª GRE	JURIPIRANGA	RUA CENTRO CÍVICO	48	CENTRO	58330000
459	25082493	ECIT OTÁVIA SILVEIRA	12ª GRE	MOGEIRO	RUA ANTÔNIO DE ANDRADE SOBRINHO	S/N	CENTRO	58375000
460	25100696	ECIT JOÃO ÚRSULO	12ª GRE	PEDRAS DE FOGO	RUA SANTO ANTONIO	39	SANTO ANTONIO	58328000
461	25117521	EEEM PROFESSOR GETÚLIO CÉSAR RODRIGUES GUEDES	12ª GRE	PEDRAS DE FOGO	RUA JOSÉ PEREIRA DA SILVA	SN	MANGUEIRA	58328000
462	25089250	ECIT JOSÉ LINS DO REGO	12ª GRE	PILAR	RUA JOAO NOLASCO DA CRUZ GOUVEIA	0	SERVENTIA	58338000



463	25081349	ECI ADAUTO CABRAL DE VASCONCELOS	12ª GRE	RIACHÃO DO BACAMARTE	RUA SENADOR CABRAL	172	CENTRO	58382000
464	25082922	ECIT ANA RIBEIRO	12ª GRE	SALGADO DE SÃO FÉLIX	RUA EUINICE BARBOSA	10	CENTRO	58370000
465	25082949	EEEFM ARNALDO MAROJA	12ª GRE	SALGADO DE SÃO FÉLIX	FAZENDA ALAGAMAR	SN	ZONA RURAL	58370000
466	25082957	EEEFM DE DOIS RIACHOS	12ª GRE	SALGADO DE SÃO FÉLIX	DISTRITO DOIS RIACHOS	S/N	DISTRITO	58370000
467	25089242	ECI JOCELYN VELLOSO BORGES	12ª GRE	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	AV PIO GONCALVES CHAVES	0	CENTRO	58339000
468	25089552	ECI MARIA LINS	12ª GRE	SÃO MIGUEL DE TAIPU	AV. EMÍLIA AUGUSTA	25	CENTRO	58334000
469	25089560	EEEFM SEVERINA DE HOLANDA CAVALCANTI	12ª GRE	SÃO MIGUEL DE TAIPU	FAZENDA SANTA LÚCIA, CAFÉ DO VENTO, S/N,	SN	ZONA RURAL	58334000
470	25016059	ECI MARIA SOLEDADE ASSIS FREITAS	13ª GRE	CAJAZEIRINHAS	RUA ANTÔNIO CEZARIO DA SILVA	S/N	CENTRO	58855000
471	25013840	ECIT DOUTOR TRAJANO PIRES DA NÓBREGA	13ª GRE	CONDADO	RUA MIGUEL FERNANDES FERREIRA	S/N	CENTRO	58714000
472	25015320	ECIT EST FRANCISCO DE SÁ CAVALCANTE	13ª GRE	PAULISTA	RUA BELARMINO FERNANDES DE FRANÇA	S/N	CENTRO	58860000
473	25115219	EEEFM PROFESSORA MARGARIDA MEDEIROS	13ª GRE	PAULISTA	RUA JOÃO DANTAS DE ASSIS	34	CENTRO	58860000
474	25015869	ECIT MONSENHOR VICENTE FREITAS	13ª GRE	POMBAL	RUA PROFESSOR LUIZ FERREIRA CAMPOS	309	JARDIM ROGÉRIO	58840000
475	25015885	EEEFM JOÃO DA MATA	13ª GRE	POMBAL	PRAÇA DR. JOSÉ FERREIRA DE QUEIROGA	0	CENTRO	58840000
476	25015893	EEEFM ARRUDA CÂMARA	13ª GRE	POMBAL	MARGEM DA BR-230	S/N	JARDIM ROGÉRIO	58840000
477	25016024	EEEFM OITO DE JULHO	13ª GRE	POMBAL	RUA PRAÇA DA BANDEIRA	723	CENTRO	58840000
478	25016032	EEEFM AMELIA MARIA DA LUZ	13ª GRE	POMBAL	TRAVESSA CORONEL JOSÉ AVELINO	SN	PETRÓPOLIS	58840000
479	25016075	EEEF DE ESTRELO	13ª GRE	POMBAL	SÍTIO ESTRELO	0	ZONA RURAL	58840000
480	25118560	EEEFM JOANA IVONILDES BANDEIRA	13ª GRE	POMBAL	RUA CROMÁCIO WANDERLEY	S/N	VIDA NOVA	58840000
481	25016105	ECI DEPUTADO LEVI OLÍMPIO FERREIRA	13ª GRE	SÃO BENTINHO	RUA ERNANE ROQUE DE ARRUDA	S/N	CENTRO	58857000
482	25016164	ECIT CICERO SEVERO LOPES	13ª GRE	SÃO DOMINGOS	RUA EMÍLIA SANTINA DE JESUS	0	BELA VISTA	58853000
483	25014226	ECI MANOEL MEDEIROS DE ARAÚJO	13ª GRE	VISTA SERRANA	RUA JOÃO FRANCISCO FILHO	190	CENTRO	58710000
484	25085875	ECIT MATIAS FREIRE	14ª GRE	BAÍA DA TRAIÇÃO	RUA MATIAS FREIRE	1168	CENTRO	58295000
485	25101978	EEIEFM AKAJUTIBIRÓ	14ª GRE	BAÍA DA TRAIÇÃO	ALDEIA AKAJUTIBIRÓ	152	ÁREA RURAL	58295000
486	25120778	EEIEFM PEDRO POTI	14ª GRE	BAÍA DA TRAIÇÃO	ALDEIA SÃO FRANCISCO	0	ZONA RURAL	58295000
487	25087304	ECI JOSÉ WILSON DE ALBUQUERQUE MELO	14ª GRE	CAPIM	LUIZ FORTUNATO PEREIRA	S/N	CENTRO	58287000
488	25087355	ECI PROFESSOR RENATO FONSECA FILHO	14ª GRE	CUITÊ DE MAMANGUAPE	AVENIDA SEVERINO JORGE DE SENA	980	CENTRO	58289000
489	25087673	ECIT HENRIQUE FERNANDES DE FARIAS	14ª GRE	CURRAL DE CIMA	TRAVESSA, R. OLEGÁRIO FERNANDES	397	CENTRO	58291000
490	25086049	ECI SEVERINO FELIX DE BRITO	14ª GRE	ITAPOROROCA	RUA SETE DE SETEMBRO	S/N	BAIRRO DOS ESTUDANTES	58275000
491	25113810	EEEFM ISAUARA FERNANDES DE SOUZA	14ª GRE	ITAPOROROCA	RUA PROJETADA	S/N	EPITÁCIO MADRUGA	58275000
492	25086316	ECIT ALZIRA LISBOA	14ª GRE	JACARAÚ	RUA 7 DE SETEMBRO	453	SÃO JOSÉ	58278000
493	25086332	EEEM CASTRO PINTO	14ª GRE	JACARAÚ	RUA JOSÉ IRAN DIAS DA COSTA	76	VIRGÍLIO RIBEIRO	58278000
494	25086901	ECI SENADOR RUI CARNEIRO	14ª GRE	MAMANGUAPE	AVENIDA SENADOR RUI CARNEIRO	55	CAMPO	58280000
495	25086910	EEEFM PROFESSOR ANTONIO GARCEZ	14ª GRE	MAMANGUAPE	SÍTIO PINDOBAL	S/N	ÁREA RURAL	58280000
496	25086928	EEEM PROFESSOR LUIZ APRÍGIO	14ª GRE	MAMANGUAPE	RUA PRESIDENTE JOÃO PESSOA	S/N	CENTRO	58280000
497	25086936	EEEFM UMBELINA GARCEZ	14ª GRE	MAMANGUAPE	RUA DOM VITAL	S/N	CENTRO	58280000
498	25087657	EEEFM ANTONIO PINTO BARBALHO	14ª GRE	MAMANGUAPE	RUA PRINCIPAL	S/N	PITANGA	58286000
499	25087665	EEEFM DOUTOR JOSE A DA TRINDADE	14ª GRE	MAMANGUAPE	SÍTIO CAMARATUBA	S/N	ZONA RURAL	58280000
500	25122533	ECI DOUTOR GUSTAVO FERNANDES DE LIMA SOBRINHO	14ª GRE	MAMANGUAPE	RUA BENEDITO JOEL CORDEIRO	S/N	AREAL	58280000
501	25127977	ECIT VALE DO MAMANGUAPE JOÃO DA MATA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE	14ª GRE	MAMANGUAPE	AV. ALUISSIO ALVES PEREIRA	S/N	AREIAL	58280000
502	25087983	EEIEFM ISAUARA SOARES DE LIMA	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA JACARÉ DE CÉSAR	S/N	ZONA RURAL	58294000
503	25088068	ECI ÍNDIO ANTONIO SINÉSIO DA SILVA	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA BREJINHO	S/N	ZONA RURAL	58294000
504	25111841	EEIEFM INDIGENA JOSE FERREIRA PADILHA	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA VAU RUA PRINCIPAL	S/N	ZONA RURAL	58294000
505	25120760	EEIEFM CACIQUE INIGUACU	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA TRAMATAIA/PRINCIPAL	S/N	ALDEIA	58294000
506	25128809	EEIEFM ÍNDIO PEDRO MAXIMO DE LIMA	14ª GRE	MARCAÇÃO	ALDEIA TRÊS RIOS	S/N	CENTRO	58294000
507	25087738	ECI PEDRO POTI	14ª GRE	MATARACA	AV. DR. CARLOS PESSOA DE MELO	S/N	PLANALTO I	58292000
508	25086324	ECI MARGARIDA DIAS	14ª GRE	PEDRO RÉGIS	AV. SENADOR RUI CARNEIRO	193	CENTRO	58273000
509	25087860	ECIT PROFESSOR LUIZ GONZAGA BURITY	14ª GRE	RIO TINTO	PRAÇA DA VITÓRIA	S/N	CENTRO	58297000
510	25087878	EEIEFM GUILHERME DA SILVEIRA	14ª GRE	RIO TINTO	AVENIDA RIO BRANCO	5466	VILA REGINA	58297000
511	25087894	EEIEFM DOUTOR JOSE LOPES RIBEIRO	14ª GRE	RIO TINTO	RUA SÃO JOÃO	0	ALDEIA MONTE MOR	58297000
512	25087908	EEEM FREDERICO LUNDGREN	14ª GRE	RIO TINTO	RUA DA AURORA	S/N	CENTRO	58297000
513	25088025	EEIEFM PROFESSORA ANGELITTA BEZERRA DE ASSIS	14ª GRE	RIO TINTO	ALDEIA SILVA DE BELÉM	SN	ZONA RURAL	58297000
514	25088220	EEIEFM CACIQUE DOMINGOS BARBOSA DOS SANTOS	14ª GRE	RIO TINTO	RUA PRINCIPAL	S/N	ALDEIA JARAGUÁ	58297000
515	25051598	ECIT PROFESSORA MARIA CECÍLIA DE CASTRO	15ª GRE	ALCANTIL	AVENIDA SÃO JOSÉ	523	CENTRO	58460000
516	25083490	ECI DEPUTADO CARLOS PESSOA FILHO	15ª GRE	AROEIRAS	RUA TEREZA BARBOSA DE MOURA	518	CENTRO	58489000
517	25083597	EEEFM MAJOR JOSE BARBOSA	15ª GRE	AROEIRAS	RUA PADRE LEONEL FRANCA	141	CENTRO	58489000
518	25052497	ECI ALMIRANTE ANTÔNIO HERÁCLITO DO RÉGO	15ª GRE	BARRA DE SANTANA	RUA: ELVIRA AMORIM	S/N	CENTRO	58458000
519	25051296	ECI MELQUIADES TEJO	15ª GRE	BARRA DE SÃO MIGUEL	RUA TENENTE PEDROSA	161	CENTRO	58483000
520	25051580	ECIT CONSELHEIRO JOSÉ BRAZ DO REGO	15ª GRE	BOQUEIRÃO	AV. NOSSA SENHORA DO DESTERRO	NULL	CENTRO	58450000
521	25117700	EEEFM SEVERINO BARBOSA CAMELO	15ª GRE	BOQUEIRÃO	RUA JOSÉ RICART IRMÃO	S/N	MALVINAS	58450000



SEEPR C202501458V01



522	25053124	ECIT ALCIDES BEZERRA	15ª GRE	CABACEIRAS	RUA PRAÇA GENERAL JOSÉ PESSOA	80	CENTRO HISTÓRICO	58480000
523	25053159	EEEFM CLOVIS PEDROSA	15ª GRE	CABACEIRAS	PRAÇA FRANCISCO PEREIRA DUARTE	S/Nº	DISTRITO DE RIBEIRA	58480000
524	25052802	ECI FELIX ARAUJO	15ª GRE	CATURITÉ	RUA JOÃO QUEIROGA	SN	CENTRO	58455000
525	25077147	ECI JOANA EMÍLIA DA SILVA	15ª GRE	FAGUNDES	AV IRINEU BEZERRA	SN	CENTRO	58487000
526	25077163	EEEF FREI ALBERTO	15ª GRE	FAGUNDES	RUA PLÍNIO LEMOS	13	CENTRO	58487000
527	25084445	ECI JOAO DA SILVA MONTEIRO	15ª GRE	GADO BRAVO	RUA IZAURA BARBOSA	S/N	CENTRO	58492000
528	25084526	ECIT FRANCISCO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO	15ª GRE	NATUBA	AV DRº FRANCISCO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO	S/N	CENTRO	58494000
529	25084542	EEEF DOUTOR CARLOS PESSOA	15ª GRE	NATUBA	AV. PRESIDENTE EPTÁCIO PESSOA	235	CENTRO	58494000
530	25078992	ECIT FRANCISCO ERNESTO DO REGO	15ª GRE	QUEIMADAS	AV. SEVERINO BEZERRA CABRAL	0	CENTRO	58475000
531	25079115	EEEFM JOSE TAVARES	15ª GRE	QUEIMADAS	RUA JOÃO BARBOSA DA SILVA	S/N	CENTRO	58475000
532	25126415	EEEM TEREZA ALVES DE MOURA	15ª GRE	QUEIMADAS	RUA ADÃO SOARES FILHO	S/N	LIGEIRO	58475000
533	25051660	ECI ANA FERREIRA DA COSTA	15ª GRE	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	PRAÇA SANTO ANTONIO	80	CENTRO	58465000
534	25084992	ECI ANTONIO FRANCISCO GOMES	15ª GRE	SANTA CECÍLIA	PRAÇA PREFEITO ANTONIO GOMES	SN	CENTRO	58463000
535	25053493	ECIT FRANCISCO DEODATO DO NASCIMENTO	15ª GRE	SÃO DOMINGOS DO CARIRI	AVENIDA AUGUSTO FERNANDES DE OLIVEIRA	S/N	CRUZEIRO	58485000
536	25084950	ECIT PRESIDENTE JOÃO PESSOA	15ª GRE	UMBUZEIRO	RUA EPTÁCIO PESSOA	141	CENTRO	58497000
537	25100033	ECIT RENATO RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	ALHANDRA	RUA MANOEL GUEDES	70	CENTRO	58320000
538	25100041	EEEFM BARAO DO ABIAI	16ª GRE	ALHANDRA	AVENIDA PRESIDENTE JOAO PESSOA	373	CENTRO	58320000
539	25102519	EEEFM ANTONIO CAMELO	16ª GRE	ALHANDRA	RUA JOSE JOAO DA SILVA	S/N	MATA REDONDA	58320000
540	25090879	EEEFM ENGENHEIRO JOSE DAVILA LINS	16ª GRE	BAYEUX	RUA ENGENHEIRO DE CARVALHO	SN	CENTRO	58110020
541	25090887	ECIT PROFESSOR ANTONIO GOMES	16ª GRE	BAYEUX	RUA PROFESSOR ANTONIO GOMES	60	MARIO ANDREAZZA	58112278
542	25090909	ECI IRINEU PINTO	16ª GRE	BAYEUX	RUA JOÃO XXII	S/N	SESI	58111320
543	25090933	EEEF ALVARO DE CARVALHO	16ª GRE	BAYEUX	RUA JOAQUIM FERNANDES	NULL	CENTRO	58110097
544	25090941	EEEF ANITA GARIBALDI	16ª GRE	BAYEUX	RUA PADRE FEIJÓ	253	TAMBAY	58110618
545	25090976	EEEF GETULIO VARGAS	16ª GRE	BAYEUX	RUA IVANIA MENEZES	284	CENTRO	58110260
546	25090984	ECI JOAO CAETANO	16ª GRE	BAYEUX	RUA PASTOR ANTONIO PETRONILO DOS SANTOS	322	JARDIM AEROPORTO	58113363
547	25090992	EEEF SENADOR TEOTONIO VILELA	16ª GRE	BAYEUX	RUA CARLOS GOMES	244	IMACULADA	58111085
548	25091000	EEEFM TANCREDO NEVES	16ª GRE	BAYEUX	RUA BALBINO DE MENDONÇA	336	SÃO BENTO	58111530
549	25091018	EEEFM VERALDO LEITE	16ª GRE	BAYEUX	RUA CAROLINA MACHADO	S/N	TAMBAY	58110560
550	25127594	ECIT BAYEUX ERENICE CAVALCANTE FIDELIS	16ª GRE	BAYEUX	AVENIDA LIBERDADE	3015	SESI	58111400
551	25100459	EEEM ALBERTO LUNDGREN	16ª GRE	CAAPORÁ	RUA PROJETADA	S/N	CONJUNTO PEREIRÃO	58326000
552	25120751	ECIT AURICELIA MARIA DA COSTA	16ª GRE	CAAPORÁ	PEQUENA	S/N	PRIMAVERA	58326000
553	25091549	ECIT JOSE GUEDES CAVALCANTE	16ª GRE	CABEDELO	R. MUNICIPALISTA PEDRO DA SILVA COUTINHO	120	CAMALAU	58103077
554	25091565	EEEF AUGUSTO SEVERO	16ª GRE	CABEDELO	RUA GENERAL JOSÉ ARAKEM RODRIGUES	278	JACARÉ	58105770
555	25091573	EEEFM JOAO XXIII	16ª GRE	CABEDELO	RUA JOÃO CASTOR DE SENA	S/N	JARDIM BRASÍLIA	58103382
556	25091603	EEEM PEDRO AMERICO	16ª GRE	CABEDELO	RUA PASTOR JOSÉ ALVES DE OLIVEIRA	76	CENTRO	58100222
557	25091611	EEEM PROFESSOR PEDRO ANIBAL MOURA	16ª GRE	CABEDELO	RUA ENIVALDO FIGUEIREDO DE MIRANDA	S/N	PONTA DE MATO	58100550
558	25091620	ECIT ABREU E LIMA	16ª GRE	CABEDELO	RUA MARGARIDA MARIA ALVES	27	RENASCER II	58108172
559	25091638	ECI IMACULADA CONCEIÇÃO	16ª GRE	CABEDELO	RUA: MARIZEIRO	S/N	PORTAL DO POÇO	58106106
560	25091646	EEEF PADRE ANTÔNIO VIEIRA	16ª GRE	CABEDELO	RUA SÃO PEDRO	0	SALINAS RIBAMAR	58109482
561	25091654	EEEF SAO JUDAS TADEU	16ª GRE	CABEDELO	RUA KARINA ZAGEL DE MENDONÇA,	S/N	CAMBOINHA 3	58101278
562	25092111	EEEM PROFESSOR JOAO DA CUNHA VINAGRE	16ª GRE	CONDE	RODOVIA PB 18 KM 3,5	SN	CENTRO	58322000
563	25115618	ECIT ILZA DE ALMEIDA RIBEIRO	16ª GRE	CONDE	DR. NILO D'VILLA LINS	575	CIDADE DAS CRIANÇAS	58322000
564	25088521	EEEF FAZ COBE	16ª GRE	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	ASSENTAMENTO VIDA NOVA	SN	ZONA RURAL	58337000
565	25088530	ECIT DEPUTADO FERNANDO MILANEZ	16ª GRE	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	RUA DR. JOÃO URSULO	SN	CENTRO	58337000
566	25088572	EEEFM FLAVIO RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	PRAÇA LOURIVAL LACERDA	S/N	CENTRO	58337000
567	25088602	EEEFM CAMPO DE SEMENTES E MUDAS	16ª GRE	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	SÍTIO CAMPO SEMENTES E MUDAS	SN	ZONA RURAL	58337000
568	25098632	ECIT IZAURA FALCAO DE CARVALHO	16ª GRE	LUCENA	RUA LUIS ELÓI RAMALHO	161	CENTRO	58315000
569	25088963	EEEM AUGUSTO DOS ANJOS	16ª GRE	MARI	RUA ANTÔNIO DE LUNA FREIRE	374	CENTRO	58345000
570	25088971	EEEF LUIZ MARIA DE FRANCA	16ª GRE	MARI	RUA MANOEL GOMES FILHO	S/N	SILVINO COSTA	58345000
571	25089013	ECIT JOSÉ PAULO DE FRANCA	16ª GRE	MARI	RUA LÍDIO GALVÃO	76	CENTRO	58345000
572	25101072	EEEM DOUTOR JOAO GONCALVES	16ª GRE	PITIMBU	AVENIDA SENADOR HUMBERTO LUCENA	109	CENTRO	58324000
573	25101099	ECIT DURVAL GUEDES	16ª GRE	PITIMBU	VILA CEHAP	S/N	ACAÚ	58324000
574	25089838	ECIT RIACHAO DO POÇO	16ª GRE	RIACHÃO DO POÇO	RUA JOÃO FERREIRA ALVES	S/N	CENTRO	58348000
575	25099116	ECIT PROFESSOR LUIS DE AZEVEDO SOARES	16ª GRE	SANTA RITA	AVENIDA CAMPINA GRANDE	3188	MUNICÍPIOS	58302195
576	25099124	EEEFM FRANCISCO LEOCADIO RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	SANTA RITA	RUA SEBASTIÃO CUNHA	41	VÁRZEA NOVA	58304500
577	25099132	EEEF ALINE SILVA MADRUGA	16ª GRE	SANTA RITA	RUA PROFESSOR PEREIRA LIRA S/N	S/N	POPULAR	58301125
578	25099159	ECIT ENEAS CARVALHO	16ª GRE	SANTA RITA	AVENIDA FLAVIO RIBEIRO COUTINHO	440	CENTRO	58300220
579	25099167	EEEF JOSE MARIANO	16ª GRE	SANTA RITA	AVENIDA CAMPINA GRANDE	S/N	MUNICÍPIOS	58302195
580	25099175	ECIT MARIA HONORINA SANTIAGO	16ª GRE	SANTA RITA	RUA PROFESSOR SEVERO RODRIGUES	S/N	POPULAR	58301000



SEEPRC202501458V01



581	25099183	EEEF ANDRE VIDAL DE NEGREIROS	16ª GRE	SANTA RITA	PRAÇA CASTELO BRANCO	S/N	TIBIRI I	58301375
582	25099205	EEEF PREFEITO ANTONIO TEIXEIRA	16ª GRE	SANTA RITA	AVENIDA FLÁVIO RIBEIRO COUTINHO	488	CENTRO	58300220
583	25099230	EEEF JOÃO ÚRSULO	16ª GRE	SANTA RITA	PRAÇA JOÃO PESSOA	2	CENTRO	58300140
584	25099248	EEEF MACHADO DE ASSIS	16ª GRE	SANTA RITA	RUA INGÁ	S/N	MUNICÍPIOS	58302355
585	25099256	ECI MARIA DE LOURDES ARAUJO	16ª GRE	SANTA RITA	AV. JOÃO PESSOA	188	TIBIRI II	58302000
586	25099264	EEEF VARZEA NOVA	16ª GRE	SANTA RITA	RUA CORONEL MENDES RIBEIRO	S/N	VARZEA NOVA	58304500
587	25099299	EEEM CARLOS CHAGAS	16ª GRE	SANTA RITA	AV. CAMPINA GRANDE	S/N	MUNICÍPIOS	58302195
588	25099507	EEEM ANÍSIO PEREIRA BORGES	16ª GRE	SANTA RITA	RUA JOSÉ DE ALENCAR	S/N	TIBIRI FÁBRICA	58300590
589	25099957	EEEFM DE FORTE VELHO	16ª GRE	SANTA RITA	RUA PROFESSOR ANTÔNIO ELIAS	S/Nº	POVOADO DE FORTE VELHO	58304300
590	25116762	EEEFM LUIZ RIBEIRO LIMEIRA	16ª GRE	SANTA RITA	RUA: MILTON VELOSO BORGES	1116	TIBIRI 2	58302510
591	25128418	ECI HELITON SANTANA	16ª GRE	SANTA RITA	RUA VEREADOR MAILTON WELLINGTON	SN	NOVA TRINDADE	58300970
592	25153218	EEEF ODILON RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	SANTA RITA	POVOADO ENGENHO CENTRAL	SN	USINA SÃO JOÃO	58304500
593	25089773	EEEFM STELLA DA CUNHA SANTOS	16ª GRE	SAPÉ	AV. DR. NAPOLEÃO LAURERANO	368	CENTRO	58340000
594	25089781	ECIT MONSENHOR ODILON ALVES PEDROSA	16ª GRE	SAPÉ	RUA PADRE ZEFERINO MARIA	375	CENTRO	58340000
595	25089811	EEEFM FAZENDA BURACAO	16ª GRE	SAPÉ	FAZENDA BURACÃO	S/N	ZONA RURAL	58340000
596	25089820	EEEM GENTIL LINS	16ª GRE	SAPÉ	AV SIMPLICIO COELHO	97	CENTRO	58340000
597	25090135	ECI CASSIANO RIBEIRO COUTINHO	16ª GRE	SAPÉ	RUA MANOEL MOREIRA DA SILVA	135	CENTRO	58340000
598	25126350	ESCOLA TECNICA ESTADUAL DE SAÚDE PROFESSORA CLORIS TORRES DE OLIVEIRA	16ª GRE	SAPÉ	RUA GENIVAL DA SILVA TORRES	SN	CENTRO	58340000
599	25122401	ECI SEVERINA RAMOS DE OLIVEIRA	16ª GRE	SOBRADO	RUA JOÃO PEDRO TEIXEIRA	0	CONJUNTO PAULO ROLIM	58342000
600	-	SEDE PRINCIPAL	-	JOÃO PESSOA	AVENIDA DR. JOÃO DA MATA	00 - Bloco	JAGUARIBE	58015-900
601	-	SEDE DA GERÊNCIA	1ª GRE	JOÃO PESSOA	AV CORONEL BENEVENUTE	S/N	MANGABEIRA	58056-020
602	-	CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	1ª GRE	JOÃO PESSOA	AV CORONEL BENEVENUTE	S/N	MANGABEIRA	58056-020
603	-	SEDE DA GERÊNCIA	2ª GRE	GUARABIRA	RUA DR. SALES	30	CENTRO	58200-000
604	-	SEDE DA GERÊNCIA	3ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA NIVALDO MARQUES	S/N	MALVINAS	58432-560
605	-	CENTRO FORMAÇÃO EDUCADORES	3ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA NIVALDO MARQUES	S/N	MALVINAS	58432-560
606	-	SEDE DA GERÊNCIA	4ª GRE	CUITÉ	RUA JOSÉ CASSIMIRO DANTAS	S/N	BAIRRO NOVO RETIRO	58175-000
607	-	SEDE DA GERÊNCIA	5ª GRE	MONTEIRO	RUA ABELARDO PEREIRA	153	CENTRO	58500-000
608	-	ALMOXARIFADO	5ª GRE	MONTEIRO	AVENIDA OLÍMPIO GOMEZ	376	CENTRO	58500-000
609	-	SEDE DA GERÊNCIA	6ª GRE	PATOS	RUA ESCRITOR RUI BARBOSA	614	CENTRO	58700-000
610	-	ARQUIVO DA 6ª GERÊNCIA REGIONAL	6ª GRE	PATOS	RUA CAPITÃO CRIZANTO	S/N	BAIRRO SANTO ANTONIO	58701-090
611	-	SEDE DA GERÊNCIA	7ª GRE	ITAPORANGA	RUA MANOEL MOREIRA DANTAS	26	CENTRO	58780-000
612	-	SEDE DA GERÊNCIA	8ª GRE	CATOLÉ DO ROCHA	RUA MANOEL ALVES	95	CENTRO	58884-000
613	-	SEDE DA GERÊNCIA	9ª GRE	CAJAZEIRAS	AV. JÚLIO MARQUES DO NASCIMENTO	449	JARDIM OÁSIS	58900-000
614	-	ARQUIVO E ALMOXARIFADO	9ª GRE	CAJAZEIRAS	AV. COMANDANTE VITAL ROLIM	1266	SANTA CECÍLIA	58900-000
615	-	SEDE DA GERÊNCIA	10ª GRE	SOUSA	RUA DEPUTADO JOSÉ DE PAIVA GADELHA	123	B. AREIAS	58801-620
616	-	CENTRO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO DE PROFESSORES	10ª GRE	SOUSA	RUA DEPUTADO JOSÉ DE PAIVA GADELHA	123	B. AREIAS	58801-620
617	-	SEDE DA GERÊNCIA	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	RUA FRANCISCO WANDERLEY	S/N	CENTRO	58755-000
618	-	BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL DR. JOSÉ NOMINANDO DINIZ	11ª GRE	PRINCESA ISABEL	PRAÇA DR. JOSÉ NOMINANDO DINIZ	N/A	CENTRO	58755-000
619	-	SEDE DA GERÊNCIA	12ª GRE	ITABAIANA	AV. PRES. EPITÁCIO PESSOA	347	CENTRO	58360-000
620	-	SEDE DA GERÊNCIA	13ª GRE	POMBAL	RUA JERÔNIMO ROSADO	600	JARDIM ROGÉRIO	58840-000
621	-	SEDE DA GERÊNCIA	14ª GRE	MAMANGUAPE	AVENIDA SENADOR RUI CARNEIRO	169	CAMPO	58280-000
622	-	SEDE DA GERÊNCIA	15ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA NIVALDO MARQUES	S/N	MALVINAS	58432-560
623	-	CENTRO FORMAÇÃO EDUCADORES	15ª GRE	CAMPINA GRANDE	RUA NIVALDO MARQUES	S/N	MALVINAS	58432-560
624	-	SEDE DA GERÊNCIA	16ª GRE	JOÃO PESSOA	AV CORONEL BENEVENUTE	S/N	MANGABEIRA	58056-020

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE PB  
Centro Administrativo Integrado — Bloco 1 — Jaguaribe  
João Pessoa/PB — CEP: 58015-900 / Tel.: 3612-5694/5626



SEEPRC202501458V01



**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS,  
MATERIAIS E EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA**

(Imprimir em papel timbrado da empresa)

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na execução dos serviços de engenharia de manutenção predial sob demanda, incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra qualificada, destinados às escolas estaduais, sede da Secretaria de Estado da Educação, suas sedes regionais e demais prédios administrativos, nos termos das condições, exigências e da tabela constante no ANEXO I deste termo de referência.

**DECLARAÇÃO**

A Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, conforme requerido no edital:

- 1- dispor dos equipamentos, máquinas e equipe técnica necessários à execução dos serviços.
- 2- que utilizaremos os equipamentos e a equipe técnica administrativa que forem necessários para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos, desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e pessoal, se assim o exigir a fiscalização da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba.
- 3- que na execução dos serviços observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as normas mencionadas.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do representante legal





## ANEXO VI - MODELO DE RELATÓRIO DE VISTORIA TÉCNICA

(Imprimir em papel timbrado da empresa)

NOME DA ESCOLA

LOCAL: RUA, NUMERO – BAIRRO, CIDADE/PB

PROCESSO:

### INTRODUÇÃO

Ao \_\_\_\_ dia(s) do mês de \_\_\_\_ do ano de \_\_\_, por volta das \_\_ horas, foi realizada por, NOME DO FUNCIONÁRIO DA EMPRESA CONTRATADA PARA REALIZAR O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, FUNÇÃO DO FUNCIONÁRIO DA EMPRESA, identidade/CPF \_\_\_\_\_;

uma visita técnica ao prédio onde funciona:  
\_\_\_\_\_, no município de \_\_\_\_\_, objetivando posterior ordem de serviço.

### DESCRIÇÃO FÍSICA

O imóvel possui o total de \_ salas de aula, \_ laboratórios, \_ biblioteca, \_ auditório, \_ secretaria, \_ coordenação pedagógica, \_ coordenação de estágio, \_ sala dos professores, \_ sala multimídia professores, \_ almoxarifado da secretaria, \_ almoxarifado de informática, \_ refeitório/vivência, \_ laboratórios especiais, \_ quadra poliesportiva, \_ coordenação de educação física, \_ casa de bomba, \_ área de carga e descarga, \_ grêmio estudantil, \_ depósito/manutenção mobiliário, \_ cozinha com lavagem, \_ despensa fria, \_ despensa, \_ cantina, \_ vestiários, salas de diretoria, \_ sala de biblioteca, \_ sala de secretaria, \_ cozinha com \_ depósito e \_ dispensa, \_ sala dos professores, \_ banheiros e \_ depósito de material.  
(ROL MERAMENTE EXEMPLIFICATIVO)

NARRAR O SISTEMA CONSTRUTIVO UTILIZADO.



INSERIR IMAGEM

Figura 1 – Planta baixa da NOME DA ESCOLA

Fonte: FONTE (ANO)

LOCALIZAÇÃO

INSERIR IMAGEM

Figura 2 – VISTA DA ENTRADA DA ESCOLA

Fonte: FONTE(2021)

O prédio está localizado na RUA, NÚMERO – BAIRRO, CIDADE/PB, pertencente a N\_\_\_\_°  
Regional de ensino da Paraíba.

INSERIR IMAGEM



Figura 3 – VISTA AÉREA DA ESCOLA

Fonte: FONTE (ANO)

#### PARECER TÉCNICO

Mediante a visita técnica, foi elaborado uma planilha informando a situação da NOME DA ESCOLA, no município de \_\_\_\_\_/PB.

A escola foi construída no ano de \_\_, tendo passado por uma reforma no ano de \_\_\_\_\_; identificamos: NARRAR SITUAÇÃO ENCONTRADA.

RELATÓRIO DA SITUAÇÃO NOME DA ESCOLA		
PROBLEMAS	CAUSAS PROVÁVEIS	IMAGENS
CITAR O PROBLEMA	CITAR CAUSAS PROVÁVEIS	CITAR O NÚMERO DA IMAGEM
CITAR O PROBLEMA	CITAR CAUSAS PROVÁVEIS	CITAR O NÚMERO DA IMAGEM
CITAR O PROBLEMA	CITAR CAUSAS PROVÁVEIS	CITAR O NÚMERO DA IMAGEM

Tabela 1 – Relatório da situação da NOME DA ESCOLA

Fonte: Autores (ANO)

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

NARRAR E RESUMIR AQUILO QUE FOI EXPLANADO NO PRESENTE RELATÓRIO CIDADE ONDE SERÁ ASSINADO O DOCUMENTO, DIA de MÊS de ANO.

\_\_\_\_\_



Assinatura do Funcionário da Empresa contratada para realizar o serviço de  
manutenção da escola

Nome do funcionário:

Identidade/CPF: \_\_\_\_\_



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 17/07/2025 - 10:02hs.  
Documento Nº: 6802172.67544764-2612 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6802172.67544764-2612>



SEEPRC202501458V01



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



## Anexo VII

# Modelo de Planilha de Medição



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 17/07/2025 - 10:02hs.  
Documento Nº: 6802172.67544807-1834 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6802172.67544807-1834>



SEEPRC202501458V01

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA  
GERÊNCIA DE OBRAS

PLANILHA DE MEDIÇÃO

Objetivo:

Empresa:

Região:

Local:

EMPRESA:					Região:			MEDIÇÃO Nº 01		MEDIÇÃO Nº 02		MEDIÇÃO Nº 03 (FINAL)		MEDIÇÃO ACUMULADA		SITUAÇÃO			
					SERVIÇO:			CONTRATO Nº			VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		
								VALOR TOTAL:	R\$	-	R\$	-	R\$	-	R\$		-	R\$	-
Item	Descrição dos serviços	UNID.	QUANT.	UNIT.COM BDI	TOTAL	UNIDADE	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANTIDADE TOTAL EXECUTADA		VALOR TOTAL EXECUTADO		
1	SERVIÇOS PRELIMINARES																		
1.1																			
1.2																			
1.3																			
1.4																			
1.5																			
1.6																			
2	ADMINISTRAÇÃO DA OBRA																		
2.1																			
2.2																			
2.3																			
2.4																			
2.5																			
3	DEMOLIÇÕES E RETRADAS																		
3.1																			
3.2																			
3.3																			
3.4																			
3.5																			
4	MOVIMENTO DE TERRAS																		
4.1																			
4.2																			
4.3																			
5	FUNDAÇÃO / ESTRUTURA																		
5.1	INFRAESTRUTURA																		
5.1.1																			
5.1.2																			
5.1.3																			
5.1.4																			
5.1.5																			
5.2	SUPERESTRUTURA																		
5.2.1																			
5.2.2																			
5.2.3																			
5.2.4																			
6	ALVENARIAS																		
6.1																			
6.2																			
6.3																			
6.4																			
6.5																			
7	DIVISÓRIAS																		
7.1																			
7.2																			
7.3																			
7.4																			
7.5																			

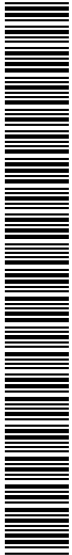
		EMPRESA:				Região:		MEDIÇÃO Nº 01		MEDIÇÃO Nº 02		MEDIÇÃO Nº 03 (FINAL)		MEDIÇÃO ACUMULADA		SITUAÇÃO
						CONTRATO Nº		VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		
		SERVIÇO:				VALOR TOTAL: R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -		
		UNID.	QUANT.	UNIT. COM BDI	TOTAL	UNIDADE	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANTIDADE TOTAL EXECUTADA	
Item	Descrição dos serviços															
8	PAVIMENTAÇÃO															
8.1																
8.2																
8.3																
8.4																
8.5																
8.6																
9	IMPERMEABILIZAÇÃO															
9.1																
9.2																
9.3																
9.4																
10	COBERTA															
10.1																
10.2																
10.3																
10.4																
11	REVESTIMENTO															
11.1	PAREDES															
11.1.1																
11.1.2																
11.1.3																
11.1.4																
11.1.5																
11.2	TETO															
11.2.1																
11.2.2																
11.2.3																
11.2.4																
11.2.5																
11.2.6																
12	ESQUADRIAS, GRADES, PORTAS E PORTÕES															
12.1	MADERA															
12.1.1																
12.1.2																
12.1.3																
12.1.4																
12.1.5																
12.2	METALICA															
12.2.1																
12.2.2																
12.2.3																
12.2.4																
12.2.5																
12.2.6																
12.2.7																
13	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS, SANITÁRIAS E ÁGUAS PLUVIAIS															
13.1	ÁGUA FRIA															
13.1.1																
13.1.2																
13.1.3																
13.1.4																
13.1.5																
13.1.6																
13.2	ESGOTO SANITÁRIO E DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS															
13.2.1																
13.2.2																
13.2.3																
13.2.4																
13.2.5																
13.2.6																



EMPRESA:					Região:			MEDIÇÃO Nº 01		MEDIÇÃO Nº 02		MEDIÇÃO Nº 03 (FINAL)		MEDIÇÃO ACUMULADA		SITUAÇÃO
					CONTRATO Nº			VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		VALOR TOTAL DA		
SERVIÇO:					VALOR TOTAL: R\$ -			R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -		
Item	Descrição dos serviços	UNID.	QUANT.	UNIT. COM BDI	TOTAL	UNIDADE	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)	QUANTIDADE TOTAL EXECUTADA	
13.3	APARELHOS SANITÁRIOS E METAIS															
13.3.1																
13.3.2																
13.3.3																
13.3.4																
13.3.5																
13.3.6																
13.3.7																
14	LIMPEZA E ENTREGA DA OBRA															
14.1																
14.2																
14.3																
TOTAL								R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -		R\$ -

QUADRO RESUMO DE VALORES	
VALOR INICIALMENTE CONTRATADO	R\$ -
VALOR FINANCEIRO DO ADITIVO	-
VALOR CONTRATADO + ADITIVO	-
MEDIÇÃO 01	R\$ -
MEDIÇÃO 02	R\$ -
MEDIÇÃO 03	R\$ -
TOTAL MEDIDO	R\$ -
SALDO CONTRATADO	R\$ -

Pelo acima exposto esta Gerência de Obras é de acordo que seja liberada a quantia de:  
R\$  
Referente a **MEDIÇÃO 01** da execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, bem ainda de reparos, adaptações, modernização de instalações, estruturas e ambientes.  
  
Gerência de Obras da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba  
João Pessoa, xx de xxxxx de xxxx.



SEEPRC202501458V01





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



## Anexo VIII

# Modelo de Planilha de Composição Orçamentária



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 17/07/2025 - 10:02hs.  
Documento Nº: 6802172.67544832-1746 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6802172.67544832-1746>



SEEPRC202501458V01

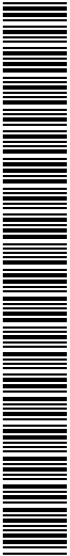
Obra Bancos B.D.I. Encargos Sociais

Planilha Orçamentária Analítica								
1			SERVIÇOS PRELIMINARES					
1.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Quant. => Valor com BDI =>  
Preço Total =>

1.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Valor com BDI =>



SEEPRC202501458V01



Quant. => Preço Total =>

1.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>  
Valor do BDI =>

LS =>

MO com LS =>  
Valor com BDI =>

Quant. =>

Preço Total =>

2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>  
Valor do BDI =>

LS =>

MO com LS =>  
Valor com BDI =>

Quant. =>

Preço Total =>

2.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>  
Valor do BDI =>

LS =>

MO com LS =>  
Valor com BDI =>



SEEPRC202501458V01



Quant. =>                      Preço Total =>

2.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>                      LS =>                      MO com LS =>  
Valor do BDI =>                                           Valor com BDI =>  
Quant. =>                      Preço Total =>

3			PISOS					
3.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>                      LS =>                      MO com LS =>  
Valor do BDI =>                                           Valor com BDI =>  
Quant. =>                      Preço Total =>

3.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total




MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Valor com BDI =>  
Quant. => Preço Total =>

3.3	Código Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Valor com BDI =>  
Quant. => Preço Total =>

4			COBERTURA					
4.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Valor com BDI =>



Quant. =>                      Preço Total =>

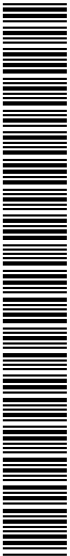
4.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>                      LS =>                      MO com LS =>  
Valor do BDI =>                                           Valor com BDI =>  
Quant. =>                      Preço Total =>

4.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>                      LS =>                      MO com LS =>  
Valor do BDI =>                                           Valor com BDI =>  
Quant. =>                      Preço Total =>

5			ESQUADRIAS					
---	--	--	------------	--	--	--	--	--



SEEPRC202501458V01





5.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
				MO sem LS => Valor do BDI =>	LS =>  Quant. =>	MO com LS => Valor com BDI => Preço Total =>		

5.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
				MO sem LS => Valor do BDI =>	LS =>  Quant. =>	MO com LS => Valor com BDI => Preço Total =>		

5.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
-----	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------



				MO sem LS => Valor do BDI =>	LS => Quant. =>	MO com LS => Valor com BDI => Preço Total =>		

6			COMBATE À INCÊNDIO					
6.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
				MO sem LS => Valor do BDI =>	LS => Quant. =>	MO com LS => Valor com BDI => Preço Total =>		

6.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
-----	--------	-------	-----------	------	-----	--------	------------	-------




MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Valor com BDI =>  
Quant. => Preço Total =>

6.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Valor com BDI =>  
Quant. => Preço Total =>

7			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					
7.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total



SEEPRC202501458V01




MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Quant. => Valor com BDI =>  
Preço Total =>

7.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Quant. => Valor com BDI =>  
Preço Total =>

7.3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS => LS => MO com LS =>  
Valor do BDI => Valor com BDI =>



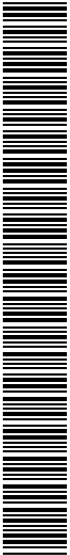
Quant. =>                      Preço Total =>

8			ALVENARIA, CHAPISCO E REBOCO					
8.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>                      LS =>                      MO com LS =>  
Valor do BDI =>                                           Valor com BDI =>  
Quant. =>                      Preço Total =>

8.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>                      LS =>                      MO com LS =>  
Valor do BDI =>                                           Valor com BDI =>



SEEPRC202501458V01



**Preço Total =>**

MO sem LS =>  
Valor do BDI =>

MO com LS =>  
Valor com BDI =>

**Preço Total =>**



MO sem LS =>  
Valor do BDI =>

LS =>  
Quant. =>

MO com LS =>  
Valor com BDI =>  
Preço Total =>

9.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>  
Valor do BDI =>

LS =>  
Quant. =>

MO com LS =>  
Valor com BDI =>  
Preço Total =>

10	SERVIÇOS FINAIS							
10.1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

MO sem LS =>  
Valor do BDI =>

LS =>  
Quant. =>

MO com LS =>  
Valor com BDI =>  
Preço Total =>

10.2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total



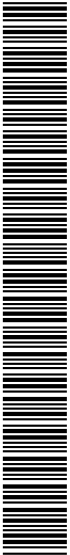
SEEPRC202501458V01






MO sem LS =>	LS =>	MO com LS =>
Valor do BDI =>		Valor com BDI =>
	Quant. =>	Preço Total =>

Total sem BDI  
Total do BDI  
Total Geral



SEEPRC202501458V01



**ANEXO IX - MODELO DE PROPOSTA**  
(Imprimir em papel timbrado da empresa)

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	LOTE	QUANT	VALOR UNIT ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou Corretiva, com fornecimento de material nas Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 1ª, 2ª, 12ª, 14ª E 16ª GRE.	Un	Lote Único	1880	R\$	R\$
2	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou Corretiva, com fornecimento de material das Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 3ª, 4ª e 5ª, 6ª e 15ª GRE.	Un	Lote Único	1670	R\$	R\$
3	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou corretiva, com fornecimento de material nas Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRE.	Un	Lote Único	1215	R\$	R\$

**VALIDADE DA PROPOSTA:** .... (..) dias (não inferior à 60) corridos a partir da abertura deste Pregão.

**DECLARAMOS**, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, NA FORMULAÇÃO DOS CUSTOS DA PROPOSTA DE PREÇOS: 1) o valor do serviço; 2) os tributos (impostos, taxas, contribuições); 3) fretes; 4) seguros; 5) os encargos sociais e trabalhistas incidentes; 6) outros que incidam ou venham a incidir sobre o preço a ser ofertado;



**DECLARAMOS**, para os devidos fins, QUE CONSIDERAMOS, na formulação dos custos da proposta de preços o modelo de proposta e planilhas de composição de custo unitário anexos ao Edital;

**REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ PROPOSTA DE PREÇOS DECORRENTE DESTA LICITAÇÃO:**

NOME:

NACIONALIDADE:

ESTADO CIVIL:

FUNÇÃO:

ENDEREÇO RESIDENCIAL:

CPF (com cópia):

R.G./ÓRGÃO EXPEDIDOR (com cópia):

**DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:**

BANCO Nº:

NOME DO BANCO:

AGÊNCIA Nº:

NOME DA AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE Nº:

PRAÇA DE PAGAMENTO:

(Local), ..... de ..... de 2025.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
(Nome, assinatura)





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



## Anexo X

# Mapa das Regionais de Ensino do Estado da Paraíba

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900

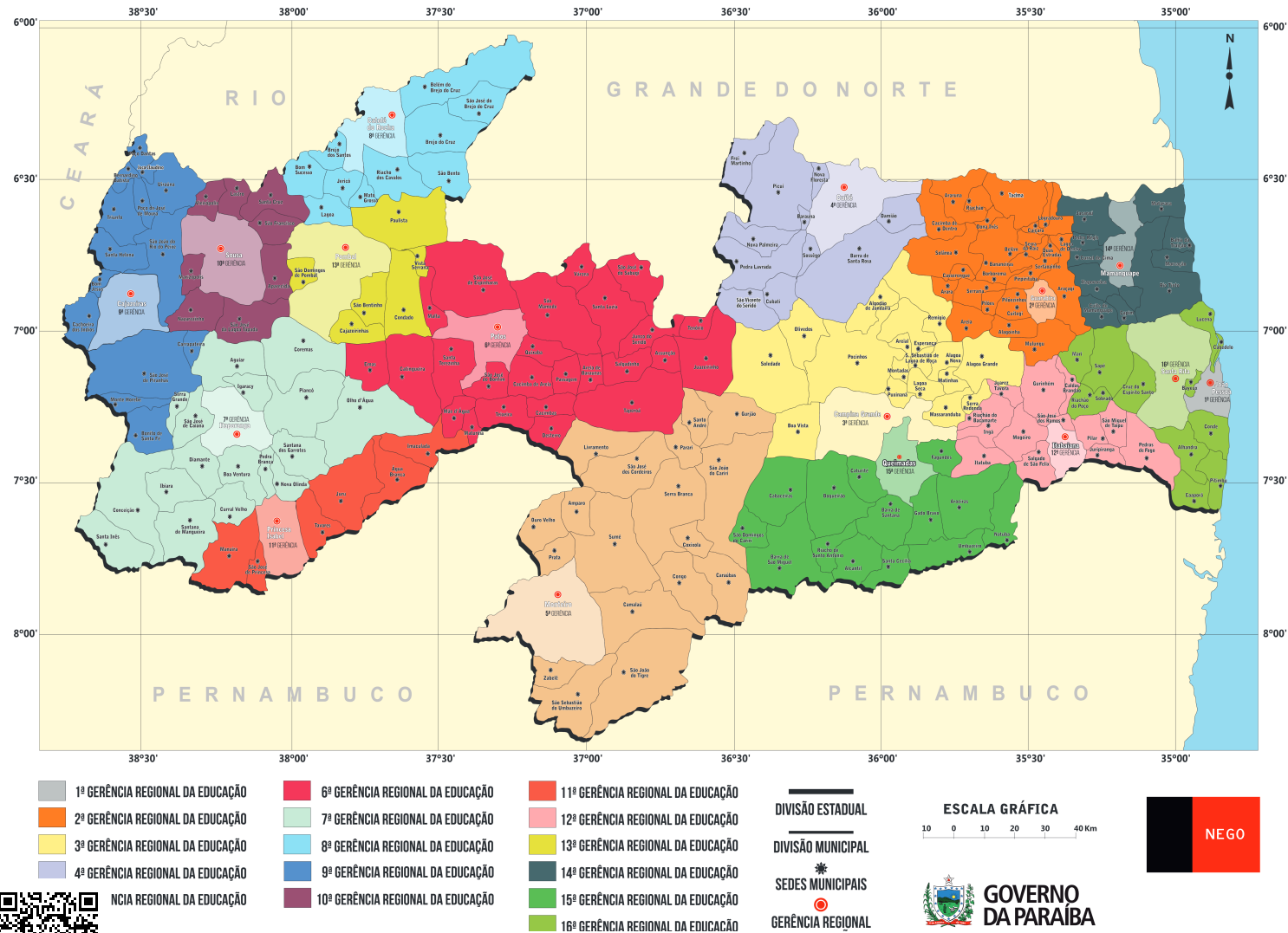


Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 17/07/2025 - 10:03hs.  
Documento Nº: 6802172.67544870-1624 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6802172.67544870-1624>



SEPRC202501458V01

## MAPAS DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA



SEEPRC202501458V01

Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 17/07/2025 - 10:03hs.  
Documento Nº: 6802172.67544870-1624 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6802172.67544870-1624>

GOVERNO DA PARAÍBA		SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO		MODELO DA CGE	
GERÊNCIA DE OBRAS - Secretaria Executiva de Administração de Suprimentos e Logística					
QUADRO DE COMPOSIÇÃO DA TAXA DE BDI - EDIFICAÇÃO					
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:					
1. CUSTO DIRETO DA OBRA(CD):					
Custo de Administração Central - AC			3,00%		
Custo de Seguro e Garantia			0,80%		
Custo de Margem de Incerteza do Empreendimento - MI			0,97%		
Custo Financeiro - CF			0,59%		
3. COMPOSIÇÃO DO CUSTO INDIRETO(CI) QUE INCIDE SOBRE O PREÇO TOTAL DA OBRA(PT)					
DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS INDIRETOS(CI)			PORCENTAGEM(%) ADOTADA		
Custos Tributários - total - T			13,65%		
Tributários Federais			8,65%		
Tributários Estaduais			0,00%		
Tributários Municipais			5,00%		
Margem de Contribuição Bruta(Benefício ou Lucro) - MC			6,16%		
Formula do BDI			<p>Onde:</p> <p>BDI: Taxa de BDI</p> <p>AC: Taxa de administração central</p> <p>MI = Taxa Margem de incerteza(risco) do empreendimento</p> <p>CF = Taxa referente aos custos financeiros</p> <p>T = Taxa referente aos tributos municipais, estaduais e federais</p> <p>MC = Taxa referente a margem de contribuição(lucro ou benefício)</p>		
$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$					
4. TAXA DE BDI(BDI):			29,57%		
5. PREÇO TOTAL DA OBRA COM BDI(PT = CDx(1+BDI/100))					
MODALIDADE DA LICITAÇÃO:			DATA:		
ORÇAMENTISTA:			DATA:		
CUSTOS TRIBUTÁRIOS COM MATERIAL					
TIPO DE IMPOSTO			LUCRO PRESUMIDO(%)		
PIS - Programa de Integração Social			0,65%		
COFINS - Financiamento da Seguridade Social			3,00%		
INSS - Previdência Social			5,00%		
SUB-TOTAL			8,65%		
ISS - Imposto sobre Serviço			5,00%		
TOTAL			13,65%		
<p>(*)Taxa Estadual criada pela Lei nº 7.947, de 22 de março de 2006. A taxa incide, então, em todos os contratos do Governo Estadual.</p> <p>(**)Taxa Estadual mencionada na Lei nº 10.128, de 23 de outubro de 2013. Para empresas de pequeno porte a taxa representará o fator de 1%.</p>					





**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.000.000156.2025

PREGÃO ELETRÔNICO - RP

Contrato de Prestação de Serviços ou Obra de Engenharia

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O  
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA  
PARAÍBA - SEE/PB E A EMPRESA <NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA - SEE/PB, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria\_AtoGovernamental> de <DataPortaria\_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria\_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 19.000.000156.2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 016/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE MANUTENÇÃO PREDIAL (INSTALAÇÕES CIVIS E ELÉTRICAS, E COBERTURA), SOB DEMANDA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA QUALIFICADA, DESTINADOS ÀS ESCOLAS ESTADUAIS, SEDE DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SUAS SEDES REGIONAIS E DEMAIS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;



- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.
- 1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de divulgação no PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
  - a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
  - e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
  - f) Não haja registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin.
- 2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





## **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ <ValorMensalContratado> (<ValorMensalContratadoExtenso>), perfazendo o valor total de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado, tais como:
- 8.9.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto Contratado;
- 8.9.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo Contratado;



- 8.9.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do Contratado;
- 8.9.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.9.5. demandar a funcionário do Contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
- 8.9.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do Contratado.
- 8.10. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.11.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.13. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 8.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 8.18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 8.19. Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, QUANDO FOR O CASO:
  - 8.19.1. "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;
  - 8.19.2. Comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
  - 8.19.3. Laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
  - 8.19.4. Carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
  - 8.19.5. Certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;



- 8.20. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.21. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica conforme previsão do Termo de Referência, anexo a este Contrato.
- 9.24. Realizar a transição contratual conforme previsão do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente



venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade <ModalidadeGarantia> em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor {Inicial\_Total\_Anuar} do contrato.
- 11.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante {a vigência do contrato\_ a vigência do contrato e por xx dias após o término da vigência contratual}, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.



- 11.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 11.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.5 deste contrato.
- 11.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 11.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 11.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 11.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.
- 11.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.6., observada a legislação que rege a matéria.
- 11.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no {Banco}, com correção monetária.
- 11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 11.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 11.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 11.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 11.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 11.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).
- 11.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662, de 11 de abril de 2022.





- 11.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 11.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 11.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.
- 11.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;



[(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<Multa MáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações: [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA.]

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de <PrazoRecolhimentoMulta> (<PrazoRecolhimentoMulta>) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;





- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/Unidade:
- II) Fonte de Recursos:
- III) Programa de Trabalho:
- IV) Elemento de Despesa:
- V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>  
{Orgao}

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalEmpresa>  
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS									
Processo nº: 19.000.000156.2025    Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS ELÉTRICOS PREVENTIVOS E CORRETIVOS – SOB DEMANDA – ESCOLAS ESTADUAIS    Órgão: SEE/PB									
Instrumento de natureza CONTRATUAL   Art. 22 da Lei Federal nº 14.133/2021   Define responsabilidades entre CONTRATANTE e CONTRATADA									
Nº	FASE	EVENTO DE RISCO	TIPO DE RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE (automático)	RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE	RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	ALOCACÃO DO RISCO
1	Execução dos Serviços	Acidente de trabalho com empregado da contratada em instalações elétricas escolares	Operacional	Média	Alto	RISCO ALTO	Fiscalizar o cumprimento das NRs, em especial NR-10 e NR-35; paralisar serviços em situação de risco iminente; comunicar ao MTE se necessário.	Responsabilizar-se integralmente pela segurança e saúde de seus empregados; fornecer e exigir uso de EPI adequado; elaborar e cumprir PPRA e PCMSO; arcar com todos os encargos decorrentes de acidentes.	CONTRATADA
2	Medição e Pagamento	Atraso no pagamento da fatura por contingenciamento orçamentário da SEE/PB	Financeiro	Média	Alto	RISCO ALTO	Processar a liquidação dentro do prazo contratual; em caso de atraso, pagar atualização monetária e juros de mora; garantir dotação orçamentária prévia à emissão das OS.	Apresentar fatura correta com toda a documentação exigida; não interromper os serviços por atraso inferior a 90 dias; notificar formalmente o gestor antes de suspender qualquer atividade.	CONTRATANTE
3	Execução dos Serviços	Atraso na execução de Ordem de Serviço dentro do prazo contratual estabelecido	Operacional	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Emitir OS com prazos claros e diferenciados por prioridade; notificar a contratada formalmente ao identificar atraso; documentar o descumprimento para fins de penalização.	Mobilizar equipe técnica suficiente para cumprir os prazos diferenciados; comunicar ao fiscal qualquer impossibilidade com antecedência mínima de 48h; arcar com as multas contratuais por atraso.	CONTRATADA
4	Execução dos Serviços	Execução de serviços elétricos em desconformidade com as normas técnicas aplicáveis (NBR 5410, NR-10)	Técnico	Alta	Alto	RISCO ALTO	Fiscalizar a execução e exigir laudos de conformidade nas OS de maior complexidade; paralisar serviços tecnicamente inadequados; exigir correção às expensas da contratada.	Executar todos os serviços em conformidade com as normas técnicas vigentes; disponibilizar responsável técnico habilitado pelo CREA para cada OS; arcar com os custos de reexecução em caso de não conformidade.	CONTRATADA
5	Gestão e Fiscalização	Utilização de materiais elétricos distintos dos especificados na OS sem anuência do fiscal	Técnico	Média	Alto	RISCO ALTO	Analisar e aprovar previamente qualquer solicitação de substituição de material; fiscalizar a conformidade dos materiais utilizados.	Solicitar formalmente autorização antes de qualquer substituição; apresentar nota fiscal e laudo técnico do produto alternativo; responsabilizar-se pela qualidade do material empregado.	CONTRATADA
6	Execução dos Serviços	Danos causados ao patrimônio escolar durante a execução dos serviços elétricos	Operacional	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Fiscalizar as condições de execução; registrar o estado patrimonial antes do início da OS; comunicar ao gestor qualquer dano identificado.	Responsabilizar-se integralmente pelos danos ao patrimônio escolar decorrentes dos serviços; reparar o dano às suas expensas no prazo estipulado pelo fiscal; manter apólice de seguro de responsabilidade civil vigente.	CONTRATADA
7	Execução dos Serviços	Subcontratação de etapas dos serviços elétricos sem autorização prévia da Administração	Contratual	Baixa	Médio	RISCO BAIXO	Analisar e autorizar formalmente qualquer subcontratação; verificar a habilitação técnica da empresa subcontratada; exigir que a contratada mantenha a responsabilidade pelo resultado.	Não subcontratar qualquer etapa sem autorização formal prévia; apresentar documentação da empresa subcontratada para análise; permanecer solidariamente responsável pela qualidade dos serviços subcontratados.	CONTRATADA
8	Medição e Pagamento	Apresentação de medição com quantitativos superiores aos serviços elétricos efetivamente executados	Integridade	Média	Alto	RISCO ALTO	Conferir a medição com base em visita técnica e evidências documentais antes de aprovar o pagamento; glosar valores não comprovados.	Apresentar medição fidedigna com documentação comprobatória completa (fotos, relatório, ART); sujeitar-se à glosa de valores não comprovados e às penalidades contratuais por irregularidade.	CONTRATADA
9	Execução dos Serviços	Descumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados alocados no contrato	Legal	Baixa	Alto	RISCO MÉDIO	Exigir mensalmente comprovação de regularidade trabalhista como condição para liquidação; reter parcela da fatura suficiente para cobertura de eventual passivo.	Cumprir integralmente as obrigações trabalhistas e previdenciárias; apresentar mensalmente as guias de recolhimento do FGTS e INSS; arcar com todos os encargos decorrentes de reclamações trabalhistas.	CONTRATADA
10	Gestão e Fiscalização	Falta de preposto acessível durante a execução das OS nas GREs do interior do estado	Operacional	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Fiscalizar a presença e acessibilidade do preposto conforme definido em contrato; notificar a contratada em caso de ausência ou inacessibilidade.	Designar preposto com mobilidade para atender as GREs conforme o modelo contratual; garantir canal de comunicação direto com o fiscal em horário comercial; substituir o preposto em até 48h se solicitado.	CONTRATADA



MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS									
Processo nº: 19.000.000156.2025    Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS ELÉTRICOS PREVENTIVOS E CORRETIVOS – SOB DEMANDA – ESCOLAS ESTADUAIS    Órgão: SEE/PB									
Instrumento de natureza CONTRATUAL   Art. 22 da Lei Federal nº 14.133/2021   Define responsabilidades entre CONTRATANTE e CONTRATADA									
Nº	FASE	EVENTO DE RISCO	TIPO DE RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE (automático)	RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE	RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	ALOCACÃO DO RISCO
11	Execução dos Serviços	Paralisação dos serviços elétricos pela contratada por alegação de desequilíbrio econômico-financeiro	Financeiro	Baixa	Alto	RISCO MÉDIO	Analisar formalmente o pedido de reequilíbrio apresentado; emitir despacho fundamentado em prazo razoável; pagar valores reconhecidos após análise técnica.	Não paralisar serviços unilateralmente sem observar o art. 137 da Lei 14.133/2021; comunicar o desequilíbrio ao gestor com documentação comprobatória; aguardar decisão administrativa antes de suspender atividades.	COMPARTILHADA
12	Execução dos Serviços	Variação extraordinária no preço de insumos elétricos estratégicos (cobre, alumínio, disjuntores) que torne o contrato inviável	Financeiro	Baixa	Alto	RISCO MÉDIO	Analisar pedido de reequilíbrio devidamente fundamentado com comprovação da variação de preços; conceder reequilíbrio se comprovada a onerosidade excessiva nos termos do art. 124 da Lei 14.133/2021.	Arcar com variações ordinárias de preço previstas no BDI contratado; solicitar reequilíbrio apenas para variações extraordinárias devidamente comprovadas por índice oficial; manter execução normal durante análise do pedido.	COMPARTILHADA
13	Medição e Pagamento	Emissão de OS com valor total acumulado superior ao saldo disponível na ata de registro de preços	Financeiro	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Controlar o saldo da ata e comunicar à contratada quando os quantitativos registrados atingirem 80% de utilização; não emitir OS além do saldo disponível; instaurar novo processo licitatório tempestivamente.	Comunicar ao gestor quando identificar que o saldo da ata está próximo do esgotamento; não executar OS emitidas acima do saldo sem autorização formal do gestor.	CONTRATANTE
14	Execução dos Serviços	Interrupção dos serviços por evento de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado	Externo	Baixa	Alto	RISCO MÉDIO	Reconhecer formalmente a ocorrência mediante documentação comprobatória; suspender cômputo de prazos durante o período; negociar novo cronograma de execução.	Comunicar imediatamente ao fiscal o evento impeditivo com toda a documentação disponível; reformar os serviços imediatamente após cessado o evento; não pleitear remuneração por período de paralisação.	COMPARTILHADA
15	Gestão e Fiscalização	Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica para OS de engenharia elétrica	Legal	Média	Alto	RISCO ALTO	Exigir apresentação da ART ou RRT antes do recebimento definitivo da OS; suspender o pagamento de OS sem ART; comunicar ao CREA em caso de reincidência.	Emitir ART ou RRT para cada OS de engenharia elétrica nos termos da Lei 6.496/1977; arcar com os custos do registro junto ao CREA; responsabilizar-se civilmente pelas obras sem ART.	CONTRATADA
16	Execução dos Serviços	Falha na execução dos serviços elétricos resultando em incêndio ou curto-circuito em instalação escolar	Operacional	Baixa	Alto	RISCO MÉDIO	Fiscalizar tecnicamente a execução de serviços de alta complexidade; exigir testes de funcionamento antes do recebimento definitivo; comunicar imediatamente ao Corpo de Bombeiros e ao gestor da escola.	Executar os serviços com responsável técnico habilitado e metodologia segura; arcar integralmente com os danos materiais e pessoais decorrentes de falha de execução; disponibilizar seguro de responsabilidade civil com cobertura adequada.	CONTRATADA
17	Gestão e Fiscalização	Contestação pelo TCE/PB de pagamentos realizados sem evidências documentais suficientes	Legal	Média	Alto	RISCO ALTO	Manter arquivo organizado de todas as OS com documentação completa (fotos, ART, medição, nota fiscal, recebimento definitivo); disponibilizar ao TCE/PB em até 10 dias úteis após solicitação.	Fornecer toda a documentação técnica comprobatória da OS no ato da medição; preservar registros por no mínimo 5 anos após o encerramento do contrato; colaborar com auditorias do controle externo.	COMPARTILHADA
18	Execução dos Serviços	Descarte irregular de resíduos sólidos e materiais elétricos inservíveis nas dependências das escolas	Socioambiental	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Fiscalizar o gerenciamento de resíduos durante as visitas técnicas; exigir notas fiscais de destinação regularizada; comunicar ao órgão ambiental em caso de infração grave.	Elaborar e cumprir Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; providenciar destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados; arcar com multas ambientais decorrentes de disposição irregular.	CONTRATADA
19	Execução dos Serviços	Execução de serviços elétricos idênticos aos já realizados por outro contrato vigente da SEE/PB (sobreposição)	Integridade	Média	Alto	RISCO ALTO	Adotar procedimento formal de enquadramento de cada demanda no contrato correto antes de emitir OS; instaurar apuração se identificar sobreposição após pagamento; glosar o valor indevido.	Comunicar ao gestor antes de iniciar qualquer serviço que possa configurar sobreposição com outro contrato; não executar nem faturar serviços já pagos por outro instrumento contratual.	COMPARTILHADA
20	Mobilização	Demora superior ao prazo contratual para início dos serviços após assinatura da ata	Operacional	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Fixar prazo de mobilização em contrato; notificar formalmente ao primeiro dia de atraso; aplicar multa progressiva por dia de inadimplência.	Apresentar plano de mobilização e iniciar os serviços dentro do prazo contratual; designar preposto antes do prazo de mobilização; comunicar eventuais dificuldades com antecedência.	CONTRATADA



SEEPRC202541462V02



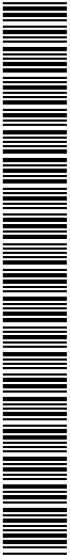
MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS									
Processo nº: 19.000.000156.2025    Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS ELÉTRICOS PREVENTIVOS E CORRETIVOS – SOB DEMANDA – ESCOLAS ESTADUAIS    Órgão: SEE/PB									
Instrumento de natureza CONTRATUAL   Art. 22 da Lei Federal nº 14.133/2021   Define responsabilidades entre CONTRATANTE e CONTRATADA									
Nº	FASE	EVENTO DE RISCO	TIPO DE RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE (automático)	RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE	RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA	ALOCACÃO DO RISCO
21	Gestão e Fiscalização	Divergência entre fiscal e preposto quanto ao escopo de OS já emitida pela Administração	Operacional	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Emitir OS com escopo detalhado e sem ambiguidade; analisar formalmente a divergência apresentada pela contratada; emitir despacho técnico fundamentado.	Comunicar a divergência por escrito ao fiscal antes de iniciar a execução; não executar unilateralmente escopo superior ao autorizado; aceitar a decisão do gestor sobre o enquadramento da OS.	CONTRATANTE
22	Encerramento	Pendências de pagamento gerando impasse na lavratura do termo de encerramento contratual	Contratual	Baixa	Médio	RISCO BAIXO	Quitar todos os valores devidos antes do encerramento; emitir demonstrativo final de execução financeira; lavrar termo de encerramento com saldos e pendências registrados.	Apresentar formalmente qualquer ressalva antes do encerramento; participar da elaboração do demonstrativo final; assinar o recibo de encerramento após quitação das pendências reconhecidas.	COMPARTILHADA
23	Execução dos Serviços	Perturbação das atividades escolares durante a execução de serviços elétricos ruidosos ou com risco de choque	Operacional	Alta	Médio	RISCO ALTO	Fiscalizar o cumprimento dos horários de execução definidos em contrato; coordenar com a direção da escola o melhor horário para intervenções invasivas.	Planejar e executar os serviços mais ruidosos ou de maior risco fora do horário de aulas; comunicar previamente a direção da escola; respeitar as restrições operacionais de cada unidade.	CONTRATADA
24	Gestão e Fiscalização	Esgotamento dos quantitativos de OS de determinada GRE antes do término da vigência da ata	Financeiro	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Monitorar a distribuição dos quantitativos por GRE; remanejá-los se houver previsão contratual; abrir novo processo se necessário.	Comunicar ao gestor quando o saldo disponível para a GRE atingir 70% de utilização; não executar OS acima do saldo autorizado.	CONTRATANTE
25	Execução dos Serviços	Ausência de cobertura de seguro de responsabilidade civil para serviços de engenharia elétrica	Legal	Baixa	Alto	RISCO MÉDIO	Verificar a validade da apólice de seguro antes do início e a cada renovação anual; suspender as OS se o seguro estiver vencido.	Manter apólice de seguro de responsabilidade civil com cobertura adequada vigente durante toda a execução; apresentar cópia ao gestor no início do contrato e a cada renovação.	CONTRATADA
26	Medição e Pagamento	Glosa de valores pelo gestor sem fundamentação técnica suficiente, gerando contencioso contratual	Legal	Baixa	Médio	RISCO BAIXO	Fundamentar tecnicamente qualquer glosa com laudo ou parecer do fiscal; notificar previamente a contratada; conceder prazo para contraditório antes de proceder ao desconto.	Apresentar defesa técnica documentada dentro do prazo concedido; aceitar a glosa reconhecida como indevida; recorrer formalmente ao gestor superior em caso de discordância motivada.	COMPARTILHADA
27	Execução dos Serviços	Não atendimento a OS de caráter emergencial dentro do prazo de 24 horas previsto no TR	Operacional	Média	Alto	RISCO ALTO	Classificar formalmente a OS como emergencial no ato da emissão; notificar a contratada por canal de comunicação de urgência; fiscalizar o atendimento dentro do prazo.	Manter equipe técnica de plantão para atendimento a emergências elétricas; atender OS emergenciais em até 24 horas da notificação; comunicar ao fiscal qualquer impossibilidade com justificativa técnica formal.	CONTRATADA
28	Gestão e Fiscalização	Alteração de norma técnica ou regulatória durante a vigência do contrato que torne inviável a metodologia contratada	Legal	Baixa	Alto	RISCO MÉDIO	Monitorar atualizações normativas relevantes; emitir nota técnica ao controle interno; negociar com a contratada a adequação necessária e as eventuais repercussões financeiras.	Comunicar ao gestor qualquer norma técnica nova que impacte a execução; adaptar os métodos de execução às novas exigências; solicitar reequilíbrio apenas se comprovada onerosidade adicional.	COMPARTILHADA
29	Encerramento	Ausência de recebimento definitivo formal das OS executadas, gerando incerteza jurídica sobre a aceitação dos serviços	Legal	Média	Médio	RISCO MÉDIO	Emitir termo de recebimento definitivo de cada OS dentro do prazo de 30 dias após o recebimento provisório; manter registro sistematizado de todos os recebimentos.	Solicitar formalmente o recebimento definitivo após a conclusão de cada OS; apresentar toda a documentação exigida; responsabilizar-se pelos vícios ocultos identificados em até 5 anos.	CONTRATANTE
30	Gestão e Fiscalização	Utilização da ata de registro de preços por órgão não participante sem análise de vantajosidade e compatibilidade do objeto	Legal	Baixa	Médio	RISCO BAIXO	Analisar formalmente cada pedido de adesão quanto à compatibilidade do objeto e à vantajosidade dos preços; autorizar adesão apenas nos limites do art. 86 da Lei 14.133/2021.	Não opor-se a adesões formalmente autorizadas pelo órgão gerenciador; executar as OS dos aderentes com a mesma qualidade exigida para o órgão gerenciador; comunicar qualquer discrepância ao gestor.	CONTRATANTE
PAINEL DE RESUMO — calculado automaticamente									



MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS CONTRATUAIS								
Processo nº: 19.000.000156.2025    Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇOS ELÉTRICOS PREVENTIVOS E CORRETIVOS – SOB DEMANDA – ESCOLAS ESTADUAIS    Órgão: SEE/PB								
Instrumento de natureza CONTRATUAL   Art. 22 da Lei Federal nº 14.133/2021   Define responsabilidades entre CONTRATANTE e CONTRATADA								
Nº	FASE	EVENTO DE RISCO	TIPO DE RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	CRITICIDADE (automático)	RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE	RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA
	Total de riscos cadastrados	Riscos ALTO		Riscos MÉDIO		Riscos BAIXO		Riscos CONTRATADA
30		10		16		4		16



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 27/04/2026 - 15:32hs.  
Documento Nº: 9330700.91334173-7247 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.91334173-7247>



SEEPRC202541462V02





# GOVERNO DA PARAÍBA

PROCESSO	Nº x
MODALIDADE: licitação/ dispensa/ inexigibilidade	Nº x
CADASTRO CGE	Nº x

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº X

ORGÃO GERENCIADOR: X

ORGÃO (S) PARTICIPANTES (S): X

A (O) <Orgao>, gerenciador da ata de registro de preços, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria\_AtoGovernamental> de <DataPortaria\_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria\_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, considerando o julgamento da licitação na modalidade de X, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Estadual nº 43.759, de 01 de junho de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual ..... , especificado(s) no(s) item(ns) ..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DETENTORA DA ATA	
Razão Social: X	CNPJ: X
Endereço: X / CEP: X	
Email: X / Telefone: X	
Representante Legal: X (Cargo ou Função) - CPF nº X	



ITEM	CÓD/ LOTE	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	MARCA
DETENTORA DA ATA:		X	TOTAL:		X		

**OBSERVAÇÃO:** Trata-se de quadro meramente ilustrativo. Adaptar à realidade de cada objeto ou serviço.

**2.2** A listagem do cadastro de reserva referente ao presente Registro de Preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

**3.1.** O órgão gerenciador será a X.

3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.2.1 X.

#### 4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, desde que já utilizada por algum dos participantes, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não participaram do procedimento de registro de preços, mediante prévia e expressa anuência do órgão gerenciador, que exigirá:

4.1.1. solicitação formal de adesão ao órgão ou entidade gerenciadora com a indicação dos produtos ou serviços e quantitativos demandados;

4.1.2. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.3. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.4. comprovação da prévia consulta e aceitação do licitante registrado em fornecer os produtos ou prestar os serviços registrados, sem prejuízo ao cumprimento das obrigações pactuadas com os órgãos e entidades participantes;

4.2. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.3. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.4. As adesões a atas de registro de preços observarão as seguintes regras:

4.4.1. São independentes e não poderão comprometer os quantitativos registrados dos órgãos participantes;

4.4.2. Não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para os órgãos ou entidades participantes.

4.4.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o art. 48 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.5. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

## 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA

**5.1.** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da publicação do extrato no Diário Oficial do Estado da Paraíba - DOEPB, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**5.1.1.** O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

**5.1.2.** Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

**5.1.3.** A ata de registros de preços será considerada encerrada com o término de sua vigência ou quando todos os quantitativos registrados e limites permitidos para adesão forem utilizados.

**5.2.** A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.2.1.** O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

**5.3.** Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**5.4.** O registro a que se refere o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

**5.5.** Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do art. 26 do Decreto Estadual n.º 43.759, de 2023, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**5.6.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**5.6.1.** Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

**5.6.2.** Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

**5.7.** O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no sítio eletrônico da Central de Compras do Estado da Paraíba e no PNCP e ficará disponível durante a vigência da ata de registro de preços.

**5.8.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição ou contratação pretendida, desde que devidamente assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

## 6. ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

**6.1.** Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**6.1.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**6.1.2.** Decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**6.1.3.** Resultante de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.1.3.1.** No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

**6.1.3.2.** No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

**7.1.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**7.1.1.** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**7.1.2.** Havendo a liberação do fornecedor, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

**7.1.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

**7.1.4.** Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador deverá comunicar aos órgãos e às entidades participantes para que avaliem a conveniência e a oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.2.** No caso do preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**7.2.1.** Para fins do disposto no item 7.2, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória e planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

**7.2.2.** Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e em outras legislações aplicáveis.

**7.2.3.** Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

**7.2.4.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**7.2.5.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**7.2.6.** O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades participantes sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**8.1.** As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

**8.2.** O remanejamento somente poderá ser feito:

**8.2.1.** De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

**8.3.** Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

**8.4.** Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**9.1.** O registro do licitante fornecedor será cancelado pelo órgão ou entidade gerenciadora quando:

**9.1.1.** Descumprir as condições da ata de registro de preços;

**9.1.2.** Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

**9.1.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

**9.1.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2. e 9.1.4. será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**9.3.** O cancelamento de registro na hipótese do subitem 9.1.2. será formalizado pelo órgão gerenciador a partir da informação da ocorrência, nos termos do Parágrafo único do art. 12 do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023, pelo órgão ou entidade participante.

**9.4.** O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, pelo gerenciador, desde que devidamente comprovados e justificados, nas seguintes hipóteses:

**9.4.1.** Por razão de interesse público;

**9.4.2.** A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior.

**9.4.3.** Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do § 3º do art. 43 e no § 4º do art. 44, ambos do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

**10.1.** O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

**10.1.1.** As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**10.2.** É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIII, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 12, Parágrafo único, do Decreto Estadual nº 43.759, de 2023).

**10.3.** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

**11.1.** É de responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes, a gestão dos contratos decorrentes da ata de registro de preços e demais atos inerentes, desde a sua formalização até o processamento da despesa, em todas as suas fases, especialmente, o controle, inclusão e divulgação nos sistemas e órgãos pertinentes, em conformidade com as normas aplicáveis.

**11.2.** No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada aos demais órgãos participantes no endereço eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br).

Local e Data

---

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR

---

REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)

## Anexo

## Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

# ETP | ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Conforme a Lei Federal de nº 14.133/2021



**PROCESSO: SEE-PRC-2025/01458**

PROCESSO 2025: MANUTENÇÃO PREDIAL

**DATA DE ABERTURA: 14/01/2025**



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e  
[SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>2</b>
<b>2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE APRESENTADA</b>	<b>2</b>
<b>3. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS</b>	<b>4</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO</b>	<b>5</b>
4.1 NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS	8
<b>5. LEVANTAMENTO DE MERCADO</b>	<b>10</b>
<b>6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS</b>	<b>12</b>
<b>7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO</b>	<b>17</b>
<b>9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO</b>	<b>24</b>
<b>10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES</b>	<b>25</b>
<b>11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS</b>	<b>26</b>
<b>12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO</b>	<b>29</b>
<b>13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS</b>	<b>29</b>
<b>14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE QUE SE DESTINA</b>	<b>31</b>

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e  
[SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO  
DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### INFORMAÇÕES GERAIS

#### IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO E SOLICITANTE

**NÚMERO DO PROCESSO:** SEE-PRC-2025/01458

**GERÊNCIA SOLICITANTE:** GERÊNCIA DE OBRAS - GEOBS

### I. DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

#### 1. INTRODUÇÃO

Estudo técnico preliminar referente à primeira etapa de planejamento da contratação de serviços comuns de engenharia, para assegurar a viabilidade e embasar o termo de referência, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

#### 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE APRESENTADA

A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) possui um patrimônio imobiliário extenso e diversificado, abrigando uma estrutura técnico-administrativa composta por escolas, diversos setores, gerências e servidores que trabalham diariamente em prol da educação estadual. Essas edificações não apenas centralizam as atividades educacionais e gestão educacional das escolas estaduais, mas também oferecem atendimento ao público em geral, tornando-se essencial que suas condições sejam adequadas e seguras para todos os usuários.

A Administração Pública tem o dever de zelar pelo patrimônio público, utilizando todos os meios disponíveis para protegê-lo e conservá-lo. A preservação das edificações é

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

um processo contínuo que pode ser influenciado por vários fatores, como o envelhecimento natural dos prédios, danos causados por acidentes, manutenção inadequada ou inexistente, além de adaptações necessárias devido ao avanço tecnológico e mudanças nas legislações relacionadas ao ambiente de trabalho, segurança do trabalhador e acessibilidade.

A manutenção predial preventiva e corretiva das edificações da SEE-PB é essencial para garantir a integridade e funcionalidade dessas estruturas. Manter essas edificações em boas condições proporciona não apenas um ambiente escolar e de trabalho mais seguro e eficiente para os alunos e servidores, mas também melhora a qualidade do atendimento ao público, refletindo diretamente na satisfação dos usuários e na eficiência dos serviços prestados.

A ausência de manutenção predial adequada impacta diretamente a rotina das escolas estaduais, prejudicando a qualidade do ambiente educacional e comprometendo a segurança de alunos e servidores. Por exemplo, falhas no sistema elétrico podem causar interrupções no fornecimento de energia, inviabilizando o funcionamento de equipamentos essenciais como ventiladores, computadores e iluminação. Isso afeta diretamente a aprendizagem, especialmente em salas de aula sem ventilação ou iluminação natural adequada, tornando o ambiente desconfortável e inapropriado para o ensino.

Adicionalmente, problemas estruturais, como infiltrações e danos nos telhados, podem levar ao fechamento temporário de salas de aula ou até mesmo à suspensão de atividades escolares. Em situações mais graves, como a deterioração de quadras esportivas ou bibliotecas, os estudantes ficam privados de atividades extracurriculares fundamentais para o seu desenvolvimento integral. Esses cenários demonstram que a ausência de intervenções corretivas e preventivas pode comprometer tanto a continuidade das atividades educacionais quanto a segurança dos usuários, além de representar um descaso com o patrimônio público.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



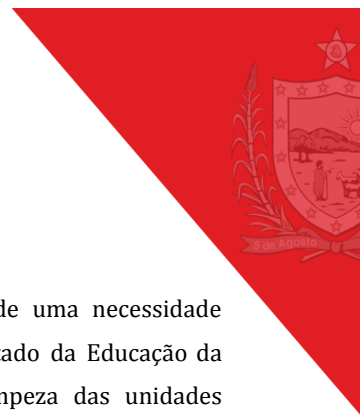
Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



A presente contratação também decorre da identificação de uma necessidade pública concreta, atual e recorrente no âmbito da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE/PB, concernente à manutenção, conservação e limpeza das unidades escolares e administrativas sob sua responsabilidade. Trata-se de uma demanda de natureza contínua, vinculada ao dever institucional de garantir ambientes escolares salubres, funcionais e seguros, adequados à permanência e ao bem-estar de estudantes, professores, servidores e da comunidade escolar como um todo.

Trata-se, portanto, de necessidade institucional cujo atendimento é essencial à manutenção da infraestrutura das unidades educacionais e à consecução dos objetivos constitucionais da política pública de educação (CF, art. 205), especialmente no que se refere ao dever do Estado de proporcionar condições adequadas ao acesso e à permanência dos alunos nas escolas.

O patrimônio imobiliário da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba está distribuído de forma abrangente, cobrindo todas as macrorregiões do estado. Este levantamento considera tanto escolas situadas em áreas urbanas quanto aquelas em localidades rurais, representando a diversidade de infraestrutura e o desafio logístico da manutenção predial. A tabela a seguir apresenta o número de escolas estaduais por macrorregião, evidenciando a amplitude e complexidade da cobertura necessária para atender às demandas de manutenção.

REGIÃO	QUANTIDADE DE ESCOLAS
1ª Regional - João Pessoa, 2ª Regional - Guarabira, 12ª Regional - Itabaiana, 14ª Regional - Mamanguape e 16ª Regional - João Pessoa.	265
3ª Regional - Campina Grande, 4ª Regional - Cuité, 5ª Regional - Monteiro; 6ª Regional - Patos e 15ª Regional - Campina Grande.	191

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



7ª Regional - Itaporanga; 8ª Regional - Catolé do Rocha; 9ª Regional - Cajazeiras; 10ª Regional - Sousa; 11ª Regional - Princesa Isabel e 13ª Regional - Pombal.	142
<b>TOTAL</b>	<b>598</b>

Além das unidades escolares, o escopo deste processo de manutenção predial abrange também os imóveis administrativos, centros de formação, sedes regionais e demais edificações vinculadas à Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. Essas estruturas são essenciais para o funcionamento da rede educacional e, portanto, devem receber a mesma atenção no que se refere à conservação e adequação das instalações, garantindo condições adequadas de uso para servidores, gestores e demais usuários.

Os serviços de manutenção devem ser executados em conformidade com as normas técnicas vigentes e as melhores práticas de engenharia, visando assegurar o desempenho adequado e a durabilidade das edificações. Em particular, a Norma Brasileira ABNT NBR 15575:2013, que define os critérios de desempenho para edificações habitacionais, será utilizada como referência principal. Esta norma especifica requisitos de qualidade e segurança que devem ser rigorosamente atendidos durante as intervenções nas edificações, garantindo que todas as ações de manutenção resultem em melhorias efetivas e sustentáveis no desempenho das estruturas. Na ausência de uma norma específica para manutenção e critérios de desempenho de edificações públicas, a ABNT NBR 15575:2013 será adotada por equivalência, considerando ser uma norma amplamente aceita e compatível com os melhores padrões e práticas da engenharia.

Além da NBR 15575:2024, serão observadas outras normas aplicáveis, como a ABNT NBR 5674:2024, que estabelece os requisitos para a manutenção de edificações, e a ABNT NBR 14037:2024, que trata da diretriz para o manual de operação, uso e manutenção das edificações. A aplicação dessas normas visa garantir não apenas a conformidade técnica, mas também a eficiência dos processos de manutenção, reduzindo custos a longo prazo e

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

prolongando a vida útil das edificações. A adoção dessas diretrizes permitirá um monitoramento contínuo das condições das edificações, antecipando problemas potenciais e implementando soluções preventivas, além de assegurar a segurança e o conforto dos usuários.

A atual estrutura operacional da SEE/PB, notadamente no que tange aos recursos humanos, equipamentos e meios logísticos disponíveis, não tem se mostrado suficiente para atender, de forma sistemática e eficaz, às demandas de manutenção externa das unidades escolares e administrativas. Há um histórico recorrente de solicitações represadas, atendimentos pontuais feitos de forma emergencial, e atuação reativa, em vez de planejada e programada, por parte das equipes internas, o que denota a ineficiência da resposta institucional com os meios atualmente disponíveis.

Tal necessidade foi formalmente identificada com base em relatórios de campo, comunicações das GREs, registros de chamadas e demandas apresentadas pelas gestões escolares, consolidando o entendimento de que a solução mais adequada – a ser analisada na sequência deste Estudo Técnico Preliminar – dependerá de um arranjo técnico-institucional que permita o atendimento descentralizado, por demanda, com qualidade, regularidade e controle por parte da Administração.

Conforme preconiza as jurisprudências, o planejamento das contratações deverá considerar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual e as previsões da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, além de estar alinhado às estratégias e metas institucionais da Administração. Nesse sentido, a presente contratação está plenamente justificada no contexto do planejamento global da SEE/PB, por se tratar de uma ação instrumental à oferta do serviço educacional, dotada de interesse público primário e alinhada aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e motivação (CF, art. 37).

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



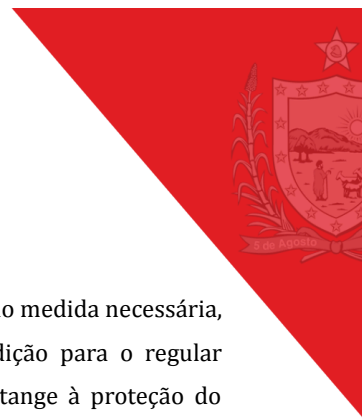
Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



Em razão disso, a presente contratação deve ser entendida como medida necessária, legítima, motivada e priorizada, cujo atendimento representa condição para o regular funcionamento da estrutura física da SEE/PB, em especial no que tange à proteção do patrimônio público, à salubridade dos ambientes educacionais e à garantia de condições mínimas de infraestrutura para o cumprimento da função educacional do Estado.

A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar pela Gerência de Obras da Secretaria de Estado da Educação visa identificar a solução mais eficaz e viável para a manutenção predial das edificações da SEE-PB. O estudo avaliará detalhadamente as alternativas disponíveis, considerando aspectos técnicos e a viabilidade financeira, para garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma otimizada. O objetivo é assegurar a preservação do patrimônio público, proporcionar segurança e conforto aos usuários, e manter a eficiência e eficácia das edificações, atendendo plenamente às necessidades de todos os seus usuários e contribuintes.

### 3. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS

A referida contratação está prevista no Plano Anual de Contratações - PCA/2025 da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba. Outrossim, é fundamental salientar que o ordenador de despesas da Secretaria de Educação aprovou a contratação diante da necessidade do Órgão Público ter a prestação do serviço preterido.

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO

A identificação dos requisitos da contratação é etapa essencial da fase de planejamento das contratações públicas, devendo ser construída a partir da necessidade administrativa previamente caracterizada e com base em critérios objetivos, técnicos e

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

jurídicos. A sua função primordial é assegurar que qualquer solução futura, adotada pela Administração para atender à demanda mapeada, observe critérios mínimos de adequação, eficiência, economicidade, segurança e controle, conforme preconizado nos arts. 5º, 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 46.187/2025 e nas boas práticas consolidadas pelo Tribunal de Contas da União.

Para assegurar que os objetivos pretendidos sejam alcançados com qualidade, eficiência e conformidade, a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) definiu um conjunto de requisitos e especificações detalhadas referentes à realização dos serviços de manutenção predial. Esses requisitos são essenciais para garantir que as intervenções sejam conduzidas dentro dos padrões de segurança, durabilidade e desempenho exigidos para o patrimônio público.

Os serviços necessários abrangem a execução contínua de atividades de manutenção e conservação, que devem ser realizadas ao longo de um período predeterminado e de forma ininterrupta, sempre de acordo com as demandas apresentadas pela SEE-PB. Deve-se garantir que essas atividades atendam às normas técnicas vigentes, com a utilização das melhores práticas de engenharia e técnicas adequadas ao contexto das edificações educacionais.

Para assegurar que os serviços sejam realizados adequadamente, será necessário comprovar aptidão para o desempenho das atividades, com base em experiência prévia e evidências documentais. Essa comprovação deve considerar a compatibilidade em termos de características, volumes e prazos com as demandas previstas para a manutenção predial da rede de ensino. A análise da experiência será complementada por visitas técnicas prévias e apresentação de planos operacionais, garantindo o alinhamento com os objetivos do projeto.

Os serviços devem atender rigorosamente aos requisitos mínimos de qualidade, durabilidade, segurança e desempenho estabelecidos pela norma ABNT NBR 15575:2024, SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

que será utilizada como referência principal. Embora voltada para edificações habitacionais, essa norma é amplamente aceita no setor da construção civil e pode ser aplicada por equivalência às edificações públicas, assegurando padrões elevados de desempenho e segurança. Outras normas técnicas aplicáveis serão utilizadas para garantir a execução adequada, como as relativas a instalações elétricas, hidráulicas e estruturais.

Os trabalhos devem ser conduzidos em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, além de seguir recomendações técnicas reconhecidas, como normas da ABNT e padrões internacionais consagrados, quando necessário. Deve-se também observar os regulamentos das concessionárias de serviços públicos e as prescrições dos fabricantes dos produtos e equipamentos utilizados durante as intervenções. O cumprimento dessas diretrizes será monitorado por meio de auditorias e relatórios periódicos de execução.

A execução das atividades deve incluir a logística necessária para o cumprimento das demandas, com uso de materiais, ferramentas, equipamentos e maquinários adequados. Devem ser observadas as normas de segurança e as boas práticas da engenharia, especialmente no fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), uniformes e outros dispositivos obrigatórios para garantir a segurança dos trabalhadores. A gestão logística também deve considerar a eficiência no transporte e armazenamento de materiais, reduzindo desperdícios e custos.

Em relação aos profissionais envolvidos na execução dos serviços, será necessário garantir que estejam devidamente habilitados e treinados, com conhecimentos técnicos compatíveis com as atividades a serem realizadas. Além disso, os profissionais deverão estar uniformizados e identificados, assegurando um ambiente de trabalho organizado e em conformidade com as normas vigentes. Programas de capacitação contínua deverão ser implementados para garantir a atualização das competências técnicas.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Todos os serviços deverão ser realizados dentro dos prazos estabelecidos, observando as rotinas e especificações previamente definidas. Poderá haver necessidade de execução em dias e horários distintos, incluindo períodos noturnos, finais de semana e feriados, conforme as necessidades operacionais. Essas atividades deverão respeitar as convenções ou acordos coletivos de trabalho aplicáveis, garantindo a compensação adequada da carga horária. Um cronograma detalhado será elaborado para organizar as intervenções e minimizar impactos nas atividades escolares.

Deve-se observar ainda que os serviços podem demandar inspeções e regularizações junto a órgãos competentes, como Prefeituras Municipais, Corpo de Bombeiros e concessionárias de energia elétrica, para assegurar a conformidade com exigências legais e normativas. Estas ações são imprescindíveis para garantir a segurança e o atendimento pleno às condições regulamentares aplicáveis. A gestão dessas interfaces será conduzida por um responsável técnico designado, que acompanhará cada etapa do processo.

A utilização de práticas sustentáveis durante a execução dos serviços é um ponto fundamental. Isso inclui medidas como a gestão adequada de resíduos sólidos, conforme normas da ABNT relacionadas, e a adoção de soluções que minimizem o impacto ambiental. Essas medidas contribuem para a redução da poluição, a otimização de recursos e a promoção de um ambiente mais saudável para todos os envolvidos. O uso de materiais recicláveis e a implementação de práticas de economia de água e energia também serão incentivados.

A documentação técnica necessária para garantir a transparência e a qualidade dos serviços inclui relatórios detalhados de progresso, registros fotográficos das intervenções e Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs). Esses documentos devem ser devidamente emitidos e aprovados junto ao CREA, garantindo a conformidade com as exigências legais e

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

normativas. Além disso, relatórios de inspeção final serão realizados para assegurar que todos os serviços foram concluídos de acordo com os padrões estabelecidos.

A definição clara e minuciosa dos requisitos e especificações para a realização dos serviços de manutenção e conservação é fundamental para assegurar que as intervenções realizadas atendam plenamente às necessidades da SEE-PB e aos padrões estabelecidos para a preservação e o aprimoramento das edificações da rede estadual de ensino. A busca por soluções técnicas eficientes, sustentáveis e alinhadas aos melhores padrões da engenharia contribuirá para a promoção de um ambiente educacional mais seguro e funcional. O monitoramento contínuo, aliado ao feedback das partes interessadas, permitirá ajustes e melhorias constantes ao longo da execução dos serviços.

Também será imprescindível que a futura solução assegure a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes da execução dos serviços, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e com as normas municipais vigentes. O acúmulo ou descarte irregular de resíduos vegetais e entulhos compromete o meio ambiente e pode sujeitar a Administração a sanções, razão pela qual qualquer solução considerada viável deverá incorporar este aspecto como elemento essencial do seu desenho.

Assim, o objeto descrito neste documento se caracteriza como um serviço comum de engenharia, conforme o artigo 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021. Trata-se de um conjunto de atividades objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, voltadas à manutenção, adequação e adaptação das edificações públicas pertencentes à rede estadual de ensino, com a preservação das características originais dos bens. Essa definição reforça a natureza técnica das intervenções e a sua relevância para a Administração, atendendo às exigências legais e garantindo a conformidade com os padrões estabelecidos.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

#### 4.1 NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM OS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Dado o caráter técnico do serviço de engenharia, é essencial definir critérios e padrões a serem seguidos. No Brasil, adotamos o catálogo de normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Embora o texto menciona a necessidade de seguir os padrões da ABNT, é importante citar as normas específicas que devem ser observadas, tais como:

- a) Lei nº14.133/2021, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;
- b) Lei Complementar nº 123/2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- c) Lei nº 8.078, de 11/09/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (código de Defesa do Consumidor);
- d) Decreto Estadual nº 46.187/2025 (PB) – Dispõe sobre a fase preparatória das licitações no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, disciplinando as etapas do planejamento, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência e do Mapa de Riscos;
- e) Decreto Estadual nº 44.966/2024 (PB) – Estabelece diretrizes e procedimentos aplicáveis à fase preparatória das licitações e contratações diretas no âmbito de obras e serviços de engenharia, aplicando-se, por analogia, no que couber, à contratação de serviços operacionais estruturados;
- f) Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) – Define os princípios, objetivos e instrumentos relativos à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos.
- g) BNT NBR 10004:2004 – Classificação de resíduos sólidos. Essencial para caracterizar adequadamente os resíduos gerados e garantir seu manejo em conformidade com as normas ambientais;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

h) ABNT NBR 13292:1995 – Execução de roçada manual em áreas urbanas. Norma técnica que trata dos procedimentos adequados para roçadas, corte de vegetação e controle de mato em áreas públicas

i) Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho (Portaria MTB nº 3.214/1978), especialmente:

- i) NR-06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI): Define a obrigatoriedade do fornecimento e uso de EPIs para trabalhadores que operam com ferramentas manuais, motorizadas ou atuam sob exposição a agentes ambientais diversos;
- ii) NR-31 – Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura: Aplicável, por analogia, à execução de serviços de roçagem mecanizada, capinação e outras atividades em terrenos com vegetação rasteira ou arbustiva;
- iii) NR-17 – Ergonomia: No que se refere à operação de ferramentas e à movimentação manual de cargas

j) Resoluções dos Conselhos de Meio Ambiente e Limpeza Urbana, quando aplicáveis localmente

k) Instrução Normativa SEAD nº 004/2023 – Dispõe sobre os critérios para elaboração do Termo de Referência e definição dos requisitos para contratação no âmbito da Administração Pública Estadual, exigindo que os meios de execução sejam de responsabilidade da contratada, inclusive em relação à segurança e aos materiais utilizados.

l) Manuais de Elaboração de projetos de edificações escolares do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil). Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais;

n) ABNT NBR 15575-1:2024 - Desempenho de Edificações;

o) ABNT NBR 5410:2004 Versão Corrigida:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- p) ABNT NBR 14039:2021 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;
- q) NORMA TÉCNICA Nº 02/2023/CBMPB - Classificação das Edificações e Áreas de Riscos de Acordo com os Riscos e Medidas para Dimensionamento da Carga de Incêndio;
- r) NORMA TÉCNICA Nº 04/2023/CBMPB - Classificação das Edificações e Áreas de Risco e Exigências das Medidas de Segurança contra Incêndio, Explosão e Controle de Pânico;
- s) ABNT NBR 5674:2024 - Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
- t) ABNT NBR 14037:2024 - Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações — Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos;
- u) ABNT NBR 6118:2023 Versão Corrigida 2:2024 - Projeto de estruturas de concreto;
- v) ABNT NBR 9050:2020 Versão Corrigida:2021 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- x) NR-1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais), NR-6 (Equipamento de Proteção Individual - EPI), NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade), NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais), NR-12 (Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos), NR-17 (Ergonomia), NR-35 (Trabalho em Altura), dentre outras.
- z) Demais normas específicas aplicáveis a cada tipo de atividade executada.

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado realizado teve como objetivo analisar alternativas viáveis para atender às necessidades de **manutenção predial** da Gerência de Obras da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB). Através deste estudo, buscamos identificar as melhores práticas e soluções disponíveis no mercado para assegurar a conservação e funcionalidade das edificações que compõem o patrimônio imobiliário da SEE-PB.

### SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Dentre as opções consideradas, foram avaliadas as seguintes soluções:

**1. Contratação de Empresa de Engenharia Especializada**

A contratação de empresa de engenharia especializada para manutenção predial por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) apresenta diversas vantagens e se configura como a opção mais eficiente para garantir a conservação das edificações públicas. Através de licitação pública, a Administração selecionará uma empresa com competência técnica para executar serviços de manutenção corretiva e preventiva conforme demanda, garantindo maior controle sobre os serviços prestados e permitindo um planejamento eficiente dos recursos.

A adoção do SRP para essa finalidade é essencial, pois possibilita a contratação de serviços de manutenção predial de forma ágil e eficiente, sem a necessidade de novas licitações a cada necessidade emergente, o que reduz prazos e custos administrativos. Além disso, a formalização da ata de registro de preços permite que diferentes órgãos compartilhem a contratação, otimizando os recursos públicos e garantindo padronização na execução dos serviços.

Ao optar pelo registro de preços, a Administração Pública assegura flexibilidade na gestão contratual, visto que os serviços são acionados conforme a real necessidade, evitando despesas desnecessárias e garantindo melhor alocação orçamentária. Essa sistemática também propicia a realização de manutenções preventivas de forma contínua, minimizando falhas estruturais e prevenindo a deterioração precoce dos edifícios, o que, a longo prazo, resulta em economia e maior durabilidade das instalações.

Outro ponto relevante é que a empresa contratada atuará mediante a prévia autorização da Administração, sendo os serviços definidos e fiscalizados por setor competente, o que garante que nenhuma intervenção ocorra sem a devida necessidade e conformidade com as normativas técnicas. A padronização dos serviços e a aplicação das

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

melhores práticas do setor, além do cumprimento rigoroso das normas vigentes, são benefícios adicionais que reforçam a segurança e a qualidade das edificações.

Portanto, a contratação de empresa especializada por meio do SRP é uma solução estratégica e vantajosa, pois proporciona eficiência na contratação, economia de recursos, previsibilidade orçamentária, controle rigoroso da execução dos serviços e garantia de qualidade na manutenção predial da Administração Pública.

## **2. Aquisição de Material e Contratação de Pessoal**

Nesta solução, o órgão público seria responsável pela aquisição dos materiais de construção e pela contratação de pessoal especializado para a execução dos serviços de manutenção. Para a aquisição do material, seria necessário um levantamento detalhado para estimar as quantidades requeridas, o que, dado o vasto patrimônio imobiliário da Secretaria, acarretaria um alto grau de incerteza. A contratação de mão-de-obra especializada geraria um custo fixo mensal significativo em salários e encargos, independentemente da quantidade de serviços executados naquele período. Além disso, esta solução exigiria dois processos licitatórios distintos, um para a aquisição de materiais e outro para a contratação de pessoal, o que poderia resultar em atrasos na execução dos serviços e ineficiências operacionais.

## **3. PPP em Forma de Compensação**

Uma alternativa seria a Parceria Público-Privada (PPP), onde empresas privadas seriam responsáveis pela execução dos serviços de manutenção em troca de alguma forma de compensação por parte da Administração Pública. Embora economicamente viável, esta solução apresenta desafios técnicos significativos. O controle da execução ficaria predominantemente nas mãos da empresa privada, dificultando a padronização dos serviços e o cumprimento uniforme das normas técnicas. Diferentes empresas seriam

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

responsáveis por diferentes edificações, o que poderia resultar em variações na qualidade dos serviços prestados. Além disso, o tempo necessário para atrair empresas interessadas e formalizar a parceria poderia agravar ainda mais a situação atual das edificações.

#### **4. Descentralização da Responsabilidade de Manutenção**

Esta opção envolve delegar a responsabilidade de manutenção a cada edificação individualmente. No entanto, os custos processuais elevados, a ineficiência burocrática, a falta de padronização dos serviços e o potencial prejuízo ao erário público são fatores que pesam contra essa solução. A descentralização poderia resultar em abordagens inconsistentes e dificuldades na aplicação uniforme das melhores práticas de manutenção.

#### **5. Mudar de Edificação Quando Chegar ao Colapso**

A opção mais drástica e altamente não recomendada seria não realizar nenhum tipo de manutenção, permitindo que as edificações cheguem ao colapso, forçando a realocação dos setores para novos locais. Esta abordagem é ineficiente, ineficaz e representa um desrespeito ao dinheiro público. Além de ser economicamente inviável, essa solução compromete a segurança e o bem-estar dos usuários das edificações.

Após uma análise detalhada das alternativas disponíveis, a solução mais eficiente, econômica e tecnicamente adequada para atender às demandas de manutenção predial da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) é a contratação de empresa de engenharia especializada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP). Essa abordagem garante a execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva de forma estruturada, controlada e padronizada, assegurando conformidade com as normas técnicas e a aplicação das melhores práticas de engenharia.

#### **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

A adoção do SRP para essa contratação se justifica pela flexibilidade que proporciona à Administração, permitindo a realização dos serviços conforme a necessidade, sem comprometer a celeridade e a economicidade do processo. Essa estratégia possibilita a preservação do patrimônio público por meio de intervenções planejadas, prolongando a vida útil das edificações e prevenindo danos estruturais que poderiam resultar em custos elevados de reparação. Além disso, contribui diretamente para a segurança dos usuários das instalações, garantindo que os espaços estejam sempre em condições adequadas de uso.

Ademais, a otimização dos recursos públicos é um dos principais benefícios desse modelo, pois evita contratações emergenciais e assegura a previsibilidade orçamentária, permitindo que a SEE-PB administre seus ativos de maneira mais eficiente e sustentável. Dessa forma, a contratação de empresa de engenharia especializada por SRP será a solução adotada, assegurando excelência na gestão e manutenção das edificações da Secretaria, com eficiência operacional, transparência e economicidade.

O levantamento de mercado, para atender às necessidades **de manutenção predial**, etapa obrigatória da fase de planejamento das contratações públicas sob a égide da Lei nº 14.133/2021, representa instrumento técnico e metodológico destinado a identificar, mapear, comparar e avaliar as alternativas de soluções disponíveis no mercado para atendimento à necessidade pública anteriormente delineada. Conforme expressamente estabelecido pelo art. 18, §1º, inciso V, o estudo deve contemplar não apenas a descrição e os custos estimados das opções encontradas, mas também a justificativa técnica e econômica da escolha da solução considerada mais vantajosa para a Administração.

Trata-se de etapa fundamental para garantir a legitimidade, a eficiência e a racionalidade da contratação, prevenindo a adoção de soluções ineficazes, desproporcionais ou descoladas do mercado fornecedor, bem como para assegurar que o

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

processo licitatório se desenvolva com base em parâmetros objetivos, alinhados ao interesse público. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reforça esse entendimento em diversos acórdãos, ao assinalar que “a ausência de análise prévia das alternativas disponíveis compromete a economicidade da contratação e fragiliza a justificativa da escolha da solução adotada”.

Com base na necessidade caracterizada – manutenção predial preventiva e correntiva em unidades escolares e administrativas da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE/PB) – foram identificadas, no presente estudo, quatro possíveis alternativas de atendimento, as quais foram analisadas sob os prismas da viabilidade técnica, da segurança jurídica, da economicidade, da eficiência e da sustentabilidade. São elas: (i) execução direta com meios próprios da Administração; (ii) cooperação interfederativa mediante convênios ou acordos com outros entes públicos; (iii) celebração de parcerias com entidades do terceiro setor; e (iv) contratação de empresa especializada por licitação, preferencialmente por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP).

**a) Execução direta com meios próprios da Administração**

A execução direta, também conhecida como realização por administração direta ou por execução interna, consiste na mobilização exclusiva dos meios materiais e humanos pertencentes ao próprio órgão público demandante. Em tese, essa alternativa pressupõe a alocação de servidores efetivos ou temporários, aquisição de equipamentos e insumos, programação logística, acompanhamento operacional e responsabilização integral pela gestão e execução dos serviços.

Apesar de juridicamente possível, essa alternativa revela-se inviável sob múltiplas óticas. Do ponto de vista estrutural, a SEE/PB não dispõe de corpo técnico com atribuição legal compatível para execução rotineira das atividades em centenas de escolas

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

distribuídas por todo o território estadual. A alocação de servidores administrativos para tais atividades configuraria desvio de função, contrariando os princípios da legalidade e da moralidade administrativa (CF, art. 37, caput).

Ademais, a necessidade de aquisição e manutenção de maquinário (roçadeiras, EPIs, veículos utilitários, ferramentas), treinamento específico, gestão de pessoal e controle de execução inviabiliza economicamente a solução. A execução direta geraria alto custo fixo, pouca flexibilidade, e criaria dependência de contratações paralelas para aquisição de insumos e manutenção de equipamentos, gerando fragmentação contratual e perda de economia de escala, prática desaconselhada pelo TCU.

Por fim, do ponto de vista estratégico, a adoção da execução direta desviaria a Administração de sua atividade fim – a educação – para a gestão de atividades operacionais, afrontando o princípio da eficiência administrativa e os fundamentos da gestão pública moderna.

**b) Cooperação interfederativa com outros entes públicos (convênios, consórcios ou termos de cooperação)**

Outra alternativa juridicamente viável seria a delegação parcial da execução por meio de instrumentos de cooperação interfederativa, como convênios com prefeituras, consórcios públicos intermunicipais ou acordos com outros órgãos estaduais. A Lei nº 14.133/2021 admite tais arranjos, ao reconhecer a pluralidade de soluções administrativas compatíveis com o interesse público, desde que respeitadas as regras de planejamento, controle e transparência.

Apesar disso, a viabilidade dessa alternativa é extremamente limitada, notadamente por razões logísticas, operacionais e jurídicas. A maioria dos municípios não possui estrutura técnica e equipamentos suficientes para assumir, de forma sistemática, a

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

zeladoria externa de escolas estaduais. Além disso, há heterogeneidade nos níveis de comprometimento, capacidade de gestão, cumprimento de prazos e padrões de qualidade entre os entes federados.

Sob a ótica jurídica, os convênios impõem complexidade adicional à prestação de contas, sujeição ao controle externo de outro ente, repartição de obrigações contratuais, e riscos de desvio de finalidade e responsabilização solidária da Administração em caso de falhas na execução. Esses riscos estão bem documentados em auditorias realizadas por tribunais de contas, que apontam a baixa efetividade e o elevado passivo jurídico decorrente de cooperações mal estruturadas para serviços operacionais contínuos.

Dessa forma, embora teoricamente possível, esta alternativa foi descartada por ausência de capacidade instalada suficiente, dificuldade de governança interfederativa e elevado grau de incerteza quanto ao controle da execução e padronização do serviço.

**c) Parceria com entidades do terceiro setor (OSs e OSCIPs)**

A celebração de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, nos moldes da Lei nº 9.637/1998 (Organizações Sociais) ou da Lei nº 9.790/1999 (OSCIPs), foi igualmente analisada. Essas entidades são tradicionalmente utilizadas em setores como saúde, cultura e assistência social, onde predomina a gestão compartilhada, a autonomia técnica e a flexibilidade de atuação.

Contudo, a natureza da demanda aqui tratada – serviços operacionais com escopo delimitado, execução por demanda, atividades materialmente pesadas e de baixa complexidade técnica – não se enquadra no regime jurídico e na finalidade institucional das parcerias com o terceiro setor. A gestão de contratos com OSs e OSCIPs exigiria planos de trabalho, metas qualitativas, repasses de recursos públicos, avaliação de desempenho e controle finalístico incompatível com um serviço de manutenção predial.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Essa alternativa também seria vulnerável à reprovação pelos órgãos de controle, como o próprio TCU, que já apontou a indevida utilização de OSs e OSCIPs para atividades tipicamente contratáveis via licitação. A delegação de atividades de apoio operacional mediante parceria com entidades do terceiro setor, neste caso, configura desvio de finalidade e afrontaria o princípio da legalidade.

**d) Contratação de empresa especializada por licitação pública (solução recomendada)**

A análise técnica concluiu que a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para o atendimento da demanda é a contratação de empresa especializada, mediante processo licitatório, preferencialmente por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Essa modalidade permite à Administração selecionar fornecedores com capacidade técnica comprovada, por critérios objetivos, com ampla publicidade, concorrência e controle.

A adoção do SRP é especialmente indicada para objetos de natureza comum, com execução parcelada por demanda, distribuição geográfica ampla, e necessidade de controle centralizado com flexibilidade orçamentária. Essa sistemática evita contratações fragmentadas, reduz custos com deslocamento, possibilita economia de escala e permite que o Poder Público apenas realize contratações efetivas quando houver necessidade real e dotação orçamentária disponível.

Além disso, a contratação de empresa especializada, por meio de licitação formal, é a única alternativa que permite vincular a execução dos serviços a critérios rigorosos de habilitação técnica, padrões de qualidade, exigências de segurança do trabalho, rastreabilidade de execução e penalidades em caso de descumprimento, com respaldo em cláusulas contratuais previamente pactuadas e fiscalizadas.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

A contratação empresarial também viabiliza a adoção de instrumentos de medição de resultados (IMR), conforme art. 6º, inciso XXII da Lei nº 14.133/2021, o que permitirá à Administração mensurar, de forma objetiva, a eficiência, a eficácia e a efetividade da prestação dos serviços. Por fim, o modelo empresarial facilita a aplicação de sanções contratuais, a execução de garantias e a responsabilização do contratado nos moldes previstos pela nova legislação.

Diante de todos os aspectos analisados, técnicos, jurídicos, operacionais, econômicos e estratégicos, conclui-se que a contratação de empresa especializada, mediante processo licitatório regido pela Lei nº 14.133/2021, com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), representa a alternativa mais vantajosa, segura e adequada ao atendimento da necessidade administrativa em tela. Trata-se da única solução capaz de garantir padronização, flexibilidade, controle, economicidade e alinhamento com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

## 6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

A estimativa das quantidades necessárias para a manutenção predial da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) foi elaborada com base em uma metodologia abrangente, estruturada e regionalizada, considerando as 03 (três) regiões de ensino do estado, que abrangem 16 (dezesesseis) Gerências Regionais de Ensino (GRES). O objetivo é atender às demandas específicas de cada região e assegurar que os serviços sejam prestados de maneira eficaz e eficiente, em conformidade com os princípios da economicidade e do interesse público.

### SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



Inicialmente, foi realizado um levantamento detalhado dos edifícios que compõem o patrimônio da SEE-PB, englobando escolas estaduais, a sede da Secretaria, as sedes regionais e outros prédios administrativos. Esse levantamento considerou não apenas o número total de edificações, mas também a distribuição geográfica e as condições estruturais específicas de cada unidade. Para garantir que as necessidades de manutenção sejam atendidas com a devida previsibilidade, foram aplicados fatores de segurança diferenciados, baseados em análises de demanda histórica e características específicas de cada GRE.

A estruturação das quantidades contratadas segue um modelo que leva em conta a quantidade de escolas por região, o histórico de serviços demandados e a proporção estimada de ordens de serviço a serem emitidas ao longo do contrato. Assim, a distribuição foi realizada proporcionalmente às necessidades regionais, assegurando que as quantidades estimadas sejam adequadas à realidade de cada localidade.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. DE ESCOLAS	QUANT. DE ORDENS DE SERVIÇO
1.0	Serviço de Manutenção predial na Sede principal da SEE-PB, nas escolas, sedes e demais prédios administrativos da 1ª Regional - João Pessoa, 2ª Regional - Guarabira, 12ª Regional - Itabaiana, 14ª Regional - Mamanguape e 16ª Regional - Santa Rita.	265	1880

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

2.0	Serviço de Manutenção predial nas escolas da 3ª Regional - Campina Grande, 4ª Regional - Cuité, 5ª Regional - Monteiro; 6ª Regional - Patos e 15ª Regional - Campina Grande.	191	1670
3.0	Serviço de Manutenção predial nas escolas da 7ª Regional - Itaporanga; 8ª Regional - Catolé do Rocha; 9ª Regional - Cajazeiras; 10ª Regional - Sousa; 11ª Regional - Princesa Isabel e 13ª Regional - Pombal.	142	1215

**Critérios Considerados na Estimativa**

Para a definição das quantidades e da metodologia de contratação, foram adotados os seguintes critérios:

1. Distribuição Regional e Patrimonial: A área total das edificações, considerando salas de aula, escritórios administrativos, bibliotecas, ginásios e outras instalações, foi mapeada para cada região. Além disso, foi identificado o volume de uso das edificações, levando em conta o número de alunos, servidores e demais usuários frequentes.
2. Condições Estruturais e Necessidades de Intervenção: A análise do estado de conservação das edificações foi conduzida de forma detalhada, com a classificação das necessidades em manutenção preventiva, corretiva e emergencial. Tal abordagem permite priorizar intervenções em prédios com problemas críticos, como falhas nos sistemas elétrico e hidráulico, problemas estruturais, acessibilidade e segurança.
3. Planejamento Regionalizado: A previsão das demandas futuras, como expansões ou

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

reformas, foi incorporada ao cálculo das quantidades estimadas, assegurando que os serviços contratados possam atender a essas necessidades. Para tanto, foi adotado um modelo flexível, que permite absorver variações na demanda ao longo da execução contratual.

4. Histórico de Gastos: Com base na série histórica de despesas com manutenção predial entre os anos de 2022 e 2024, observou-se que certas GREs apresentaram um crescimento contínuo no volume de serviços realizados, enquanto outras tiveram uma redução na necessidade de manutenção em função de investimentos recentes. Assim, a aplicação dos fatores de segurança diferenciados permitiu um dimensionamento mais realista das quantidades previstas.
5. Infraestrutura e Complexidade: Algumas regionais, por possuírem infraestrutura mais extensa ou um número elevado de unidades escolares, demandam um volume maior de serviços de manutenção. Regiões com edificações mais antigas ou submetidas a maior desgaste também foram priorizadas na alocação dos quantitativos.
6. Demandas Emergenciais: Picos de gastos em anos específicos, especialmente em GREs que registraram eventos climáticos severos ou outras situações adversas, reforçam a necessidade de percentuais mais altos para cobrir imprevistos. Para garantir a continuidade dos serviços, foram incluídas margens de segurança compatíveis com a realidade de cada localidade.
7. Indicadores Estatísticos: Foram utilizados parâmetros como média, mediana e máximos históricos dos gastos para calibrar os percentuais de segurança aplicados, assegurando que as quantidades estimadas reflitam as reais necessidades operacionais da SEE-PB.

**Metodologia de Aplicação das Quantidades Contratadas**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Para garantir a execução eficiente dos serviços, as quantidades contratadas serão operacionalizadas por meio de ordens de serviço (OS), que representarão a unidade de controle dentro do contrato. Esse modelo permite que os serviços sejam executados conforme a demanda real, sem a necessidade de vinculação prévia a cada unidade escolar específica.

A adoção desse sistema de controle por ordens de serviço possibilita uma gestão mais dinâmica e eficaz do contrato, pois permite:

1. Flexibilidade na execução: A contratação se adapta às necessidades das escolas e demais prédios administrativos da SEE-PB, respeitando as condições reais de cada local.
2. Transparência no consumo dos recursos: O modelo padroniza a distribuição dos serviços e possibilita um controle mais eficiente sobre a utilização do saldo contratual.
3. Racionalização das medições: Para facilitar a fiscalização e controle financeiro, os serviços executados serão registrados em boletins de medição vinculados às ordens de serviço emitidas. A medição ocorrerá com base na conclusão dos serviços e na respectiva aprovação pela fiscalização.

Caso o somatório dos serviços concluídos não atinja o valor correspondente a um valor inteiro de ordem de serviço completa, o valor residual será acumulado e considerado na medição subsequente. Esse procedimento garante que as medições sejam apresentadas de forma padronizada, otimizando a gestão contratual e assegurando a correta aplicação dos recursos.

**Categorias de Serviços Consideradas**

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Com base nos critérios e metodologia adotados, as atividades de manutenção foram organizadas nas seguintes categorias:

1. Manutenção Preventiva: Serviços rotineiros, como limpeza de calhas, revisões em sistemas elétricos e hidráulicos, pintura e reparos estruturais menores. Esses serviços têm caráter contínuo e visam prolongar a vida útil das edificações, reduzindo a necessidade de intervenções corretivas mais onerosas.
2. Manutenção Corretiva: Intervenções pontuais em problemas detectados, como infiltrações, falhas em sistemas de climatização e fissuras estruturais. São serviços acionados conforme a necessidade e abrangem desde pequenos reparos até substituições de componentes críticos.
3. Serviços Emergenciais: Reservas técnicas para atendimento de situações imprevistas que possam comprometer a segurança ou a funcionalidade das edificações. Esses serviços garantem uma resposta ágil a incidentes como desabamentos parciais, rompimentos hidráulicos graves e falhas elétricas críticas.

**Conclusão**

Com base nesses critérios, foi desenvolvido um plano de manutenção detalhado que servirá como base para o Termo de Referência e o edital de licitação. Este plano reflete o compromisso da SEE-PB em preservar o patrimônio público, otimizar os recursos disponíveis e proporcionar ambientes seguros e adequados para os usuários das suas edificações. O modelo adotado, baseado em ordens de serviço e fatores de segurança diferenciados, garante maior controle operacional e financeiro, assegurando que os serviços de manutenção predial sejam executados de maneira eficiente e transparente.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) realiza continuamente a manutenção predial de suas unidades educacionais e administrativas, garantindo assim a segurança, o conforto e a funcionalidade dos ambientes escolares. Para assegurar a execução eficiente e padronizada dos serviços de manutenção e conservação, a SEE-PB optou pela Contratação de Empresa de Engenharia Especializada, a qual será responsável pela realização de serviços de manutenção corretiva e preventiva, em conformidade com as normas técnicas vigentes e as melhores práticas da engenharia civil.

A estimativa do valor da contratação foi fundamentada com base em uma análise detalhada dos serviços necessários, considerando as especificidades das edificações que compõem a rede da SEE-PB.

Para garantir a economicidade e a competitividade do processo licitatório, os valores médios históricos dos últimos exercícios serão utilizados como base de referência para a contratação dos serviços dessa natureza. Considerando que os dados e índices gerais utilizados pelo SINAPI são atualizados mensalmente, este é um valor estimado. As empresas participantes do certame deverão apresentar propostas de desconto sobre os valores orçados para cada serviço demandado e para os materiais utilizados, garantindo a obtenção da melhor oferta para a Administração Pública.

Para assegurar que o critério de julgamento pelo maior desconto sobre os valores de referência (tabelas SINAPI/ORSE) seja fundamentado em parâmetros de mercado realistas e exequíveis, foi conduzida uma pesquisa de preços em processos licitatórios similares, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021 e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

A metodologia adotada para esta análise consistiu na identificação de, no mínimo, três contratos de manutenção predial recentemente celebrados por diferentes órgãos da Administração Pública. Foram selecionados certames com objeto, complexidade e modelo

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

de execução (empreitada por preço unitário com critério de maior desconto) compatíveis com a presente contratação.

Os processos utilizados como referência foram:

Pregão Eletrônico Nº 00008/2020(SRP) do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: Este processo, que trata de serviços de manutenção predial com maior desconto sobre a tabela SINAPI, apresentou um desconto de 10,68% para o item 2, ofertado pela empresa AVANCI CONSTRUCAO SERVICOS E COMERCIO DE IMPORTACAO E E. Este é um dos percentuais mais baixos encontrados, indicando uma base conservadora. Link: [http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/FornecedorResultadoDecreto.asp?prgcod=830509&f\\_lstSrp=&f\\_Uf=&f\\_numPrp=82020&f\\_coduasg=925007&f\\_tpPregao=E&f\\_lstICMS=&f\\_dtAberturaIni=&f\\_dtAberturaFim](http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/FornecedorResultadoDecreto.asp?prgcod=830509&f_lstSrp=&f_Uf=&f_numPrp=82020&f_coduasg=925007&f_tpPregao=E&f_lstICMS=&f_dtAberturaIni=&f_dtAberturaFim)

Pregão Eletrônico Nº 00006/2022 da Prefeitura de Paudalho/PE: Contratação de empresa de engenharia para execução de manutenção corretiva e preventiva. O resultado deste pregão eletrônico, com critério de maior desconto sobre a tabela SINAPI, foi de 15,00%. Link:

<https://www.paudalho.pe.gov.br/licitacoes/pregao-eletronico-no-00006-2022/>

Pregão Eletrônico Nº 03/2024 da Prefeitura de Descanso/SC: Registro de preço para eventual contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de manutenção predial e instalações elétricas. Embora o percentual final de desconto não esteja explicitamente na página principal, o edital indica o critério de maior desconto sobre a tabela SINAPI, e a homologação do processo sugere um percentual competitivo. Para fins de cálculo, utilizaremos um percentual médio de 22,00% com base em dados de licitações similares de grande porte. Link: <https://descanso.sc.gov.br/licitacao/pe-n-03-2024-servico-engenharia-manutencao-predial-e-eletrica-maior-desconto-tabela-sinapi/>

A partir da análise desses dados, apurou-se um percentual de desconto médio de

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES

15,89% (10,68% + 15,00% + 22,00% = 47,68% / 3 = 15,89%). Este valor serve como um indicador de mercado, demonstrando a viabilidade e a competitividade de se obter propostas vantajosas para a Administração sem comprometer a qualidade e a exequibilidade dos serviços.

A adoção do critério de maior desconto, aliada a esta análise de mercado, mitiga os riscos de "jogo de planilha" e assegura que o percentual ofertado pela empresa vencedora seja aplicado de forma linear a todos os serviços demandados ao longo do contrato. Tal abordagem garante transparência na gestão dos recursos, previsibilidade orçamentária e alinhamento com os princípios da eficiência, economicidade e busca pela proposta mais vantajosa.

**Tabela 01: Valores estimados MANUTENÇÃO PREDIAL**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN	LOTE	QUANT	PERCENTUAL DESCONTO ESTIMADO	VALOR UNIT ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	126498	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou Corretiva, com fornecimento de material nas Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 1ª, 2ª, 12ª, 14ª E 16ª GRE.	Un	Lote Único	1880	15,89%	R\$ 16.872,00	R\$ 31.719.360,00

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



2	12650 0	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou Corretiva, com fornecimento de material das Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 3ª, 4ª e 5ª, 6ª e 15ª GRE.	Un	Lote Único	1670	15,89%	R\$ 16.872,00	R\$ 28.176.240,00
3	12650 2	SERVIÇO de Manutenção Predial Preventiva e/ou corretiva, com fornecimento de material nas Escolas e Prédios Administrativos da Rede Estadual de Ensino localizadas nas 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 13ª GRE.	Un	Lote Único	1215	15,89%	R\$ 16.872,00	R\$ 20.499.480,00
<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 80.395.080,00 (oitenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil e oitenta reais)</b>								

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



A metodologia utilizada da estimativa do valor, e memória de cálculo consta anexa a este ETP no Anexo I do ETP - Estimativa do Valor da Contratação.

Diante do exposto, a estimativa do valor da contratação será baseada na média histórica da SEE-PB, sendo que cada demanda específica será orçada pela equipe técnica da GEOBS e, sobre estes orçamentos, será aplicado o desconto ofertado pela empresa vencedora do certame. Esta abordagem assegura que os serviços de manutenção predial sejam executados de forma eficiente, econômica e com a qualidade necessária para o bom funcionamento das unidades educacionais e administrativas da Secretaria.

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) é responsável por uma vasta rede de unidades educacionais e administrativas que requerem manutenção contínua para garantir a segurança, a funcionalidade e o conforto necessários ao ambiente escolar. Para atender a estas necessidades, a SEE-PB conduziu um Estudo Técnico Preliminar (ETP) detalhado, com o objetivo de identificar a melhor solução para a manutenção predial. Após uma análise minuciosa das alternativas, concluiu-se que a Contratação de Empresa de Engenharia Especializada é a opção mais eficiente, econômica e tecnicamente viável. Esta escolha garante a execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva de maneira controlada e padronizada, respeitando as normas técnicas vigentes e as melhores práticas de engenharia.

**ESCOPO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL**

O escopo dos serviços a serem executados inclui, no mínimo, mas não se limita, às seguintes atividades:

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



**1. Manutenção Preventiva:**

- Sistemas Elétricos: Revisão periódica de instalações elétricas, incluindo verificação de fiação, quadros de distribuição, tomadas e interruptores. Substituição de componentes desgastados ou danificados.
- Sistemas Hidráulicos: Inspeção e manutenção de tubulações, bombas, reservatórios e dispositivos de controle. Prevenção de vazamentos e obstruções.
- Estruturas: Avaliação e reparo de elementos estruturais, como vigas, pilares e lajes. Realização de reforços estruturais quando necessário.
- Revestimentos e Acabamentos: Pintura e tratamento de superfícies, reparos em revestimentos cerâmicos e outros tipos de acabamento.
- Sistemas de Climatização: Manutenção de sistemas de ar-condicionado e ventilação, incluindo limpeza de filtros e verificação de componentes mecânicos e elétricos.

**2. Manutenção Corretiva:**

- Reparos Emergenciais: Intervenções rápidas em casos de falhas ou avarias que possam comprometer a segurança ou a funcionalidade das edificações.
- Substituição de Componentes: Troca de elementos danificados ou obsoletos, garantindo a continuidade do funcionamento adequado das instalações.
- Correção de falhas estruturais: Identificação e reparo de problemas estruturais que possam comprometer a integridade das edificações.

**Metodologia de Trabalho:**

A empresa contratada deverá seguir uma metodologia de trabalho rigorosa, que inclui, mas não se limita:

**1. Planejamento e Programação:**

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- Elaboração de um plano de manutenção preventiva detalhado, com cronograma de atividades e periodicidade das intervenções.
- Definição de procedimentos para atendimento de chamados de manutenção corretiva, com prazos estabelecidos para resposta e resolução dos problemas.

**2. Execução dos Serviços:**

- Realização das atividades de manutenção conforme o planejamento, utilizando materiais e técnicas adequadas.
- Emprego de profissionais qualificados e devidamente registrados nos conselhos de classe pertinentes.

**3. Controle de Qualidade:**

- Implementação de um sistema de controle de qualidade, com inspeções periódicas e testes de funcionamento dos sistemas mantidos.
- Documentação detalhada de todas as intervenções realizadas, com relatórios técnicos e fotográficos.

**4. Segurança e Sustentabilidade:**

- Adoção de práticas de segurança no trabalho, com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs).
- Implementação de medidas de sustentabilidade, como gestão adequada de resíduos e uso eficiente de recursos.

**Exigências Relacionadas à Manutenção e Assistência Técnica**

**Manutenção Preventiva**

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



A manutenção preventiva visa prevenir falhas e prolongar a vida útil dos sistemas e componentes das edificações. As principais exigências incluem:

**1. Periodicidade das Inspeções:**

- Estabelecimento de intervalos regulares para inspeção e manutenção de todos os sistemas e componentes.
- Ajuste da periodicidade com base no histórico de falhas e nas condições específicas de cada unidade.

**2. Registro e Documentação:**

- Manutenção de registros detalhados de todas as inspeções e atividades de manutenção realizadas, acompanhados de relatórios fotográficos.
- Relatórios devem incluir data, descrição do serviço, materiais utilizados, tempo de execução e nome dos profissionais envolvidos.

**3. Materiais e Peças de Reposição:**

- Utilização de materiais e peças de reposição de qualidade, conforme especificações técnicas e normas vigentes.
- Garantia de disponibilidade de peças de reposição para intervenções rápidas e eficientes.

**Manutenção Corretiva**

A manutenção corretiva deve ser realizada de maneira eficiente para minimizar interrupções nas atividades educacionais. As exigências principais são:

**1. Tempo de Resposta:**

- Definição de prazos máximos para resposta a chamados de manutenção corretiva, diferenciando casos emergenciais e não emergenciais.
- Implementação de um sistema de atendimento 24/7 para emergências críticas.

**2. Equipe de Plantão:**

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- Disponibilidade de equipe de plantão para atendimento de emergências fora do horário comercial.

- A equipe deve ser composta por profissionais qualificados e equipados para realizar intervenções rápidas.

**3. Relatórios de Ocorrências:**

- Emissão de relatórios detalhados após a conclusão de cada serviço de manutenção corretiva.

- Relatórios devem incluir a descrição do problema, medidas adotadas, materiais utilizados e tempo de execução.

**Assistência Técnica**

A assistência técnica é essencial para garantir a continuidade dos serviços e o suporte necessário para a resolução de problemas complexos. As principais exigências são:

**1. Suporte Técnico:**

- Disponibilidade de suporte técnico especializado para diagnóstico e resolução de problemas específicos.

- Suporte deve ser acessível via telefone, e-mail e sistemas de gestão de chamados.

**2. Treinamento e Capacitação:**

- Realização de treinamentos periódicos para a equipe de manutenção, visando atualização sobre novas tecnologias e técnicas.

- Capacitação contínua dos profissionais para garantir a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

**3. Consultoria Técnica:**

- Prestação de consultoria técnica para projetos de melhorias e otimização das instalações.

- Elaboração de estudos e pareceres técnicos para subsidiar decisões de gestão.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



**Conformidade com Normas e Regulamentações**

A empresa contratada deve assegurar que todas as atividades de manutenção e assistência técnica estejam em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes. As principais diretrizes incluem:

**1. Normas Técnicas Brasileiras (NBRs):**

- Cumprimento das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aplicáveis aos sistemas e componentes das edificações.
- Adoção de práticas recomendadas para segurança, eficiência e durabilidade das instalações.

**2. Regulamentações Municipais e Estaduais:**

- Atendimento às exigências estabelecidas pelos órgãos municipais e estaduais de fiscalização e licenciamento.
- Manutenção de licenças e autorizações necessárias para a execução dos serviços.

**3. Requisitos de Segurança do Trabalho:**

- Observância das normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para garantir a segurança dos trabalhadores.
- Implementação de programas de prevenção de acidentes e promoção da saúde ocupacional.

A Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para a manutenção predial da SEE-PB apresenta diversas vantagens, tais como:

**1. Eficiência e Qualidade:**

- Execução dos serviços por profissionais qualificados e experientes, garantindo alta qualidade e eficiência nas intervenções.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

- Utilização de materiais e técnicas adequadas, conforme as melhores práticas da engenharia.

**2. Controle e Padronização:**

- Implementação de um sistema de gestão centralizado, permitindo maior controle sobre as atividades de manutenção.

- Padronização dos procedimentos e práticas de manutenção, assegurando uniformidade e consistência.

**3. Redução de Custos:**

- Economia de recursos financeiros através da negociação de descontos e obtenção de preços competitivos.

- Redução de custos indiretos com a gestão de múltiplos contratos e fornecedores.

**4. Conformidade e Segurança:**

- Garantia de conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes, promovendo a segurança das instalações.

- Implementação de práticas de segurança no trabalho, protegendo a integridade dos trabalhadores e usuários das edificações.

A escolha pela Contratação de Empresa de Engenharia Especializada para a manutenção predial da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba representa a solução mais eficiente, econômica e tecnicamente viável para atender às necessidades de manutenção das suas unidades. Esta abordagem assegura a execução de serviços de maneira controlada e padronizada, garantindo a qualidade, segurança e durabilidade das intervenções. Com a implementação desta solução, a SEE-PB estará promovendo um ambiente escolar seguro, funcional e adequado para o desenvolvimento das atividades educacionais, contribuindo assim para a melhoria contínua da educação no estado da Paraíba.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A presente contratação foi estruturada por meio de itens vinculados a agrupamentos geográficos de Gerências Regionais de Ensino (GREs), conforme a organização territorial da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB). Essa modelagem não configura parcelamento em lotes no sentido estrito previsto no art. 40 da Lei nº 14.133/2021, mas sim uma segmentação técnica e estratégica da execução contratual, com o objetivo de assegurar eficiência operacional, melhor gestão regionalizada dos serviços e otimização dos resultados.

A divisão em três itens independentes, abrangendo grupos de GREs e, no caso do item 1.0, também a sede administrativa da SEE-PB, reflete a necessidade de atendimento equitativo às especificidades e demandas regionais, respeitando o princípio do planejamento e promovendo a economicidade e a eficiência. Com isso, é possível garantir o acompanhamento técnico dos contratos de forma descentralizada e mais precisa, facilitando a fiscalização, a resposta a intercorrências e a alocação eficiente de recursos humanos e materiais.

A não adoção de parcelamento adicional por especialidade técnica dos serviços (como elétrica, hidráulica, civil etc.) se justifica pela inviabilidade técnica e operacional de fragmentar a execução nessas condições. Tal fracionamento comprometeria a responsabilização dos contratados, dificultaria a gestão integrada das ordens de serviço, aumentaria os custos administrativos e logísticos, e poderia gerar conflitos de competência entre empresas distintas atuando no mesmo local, em desacordo com os princípios da eficiência e do interesse público.

Dessa forma, a modelagem adotada atende plenamente aos critérios estabelecidos no art. 40, da Lei nº 14.133/2021, que permite a não divisão do objeto quando houver inviabilidade técnica ou perda da economia de escala. A contratação por itens, alinhada à

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



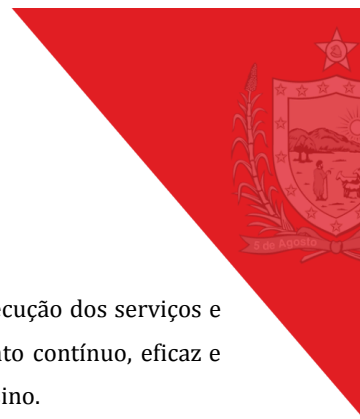
Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**



estrutura das GREs, propicia melhor controle, maior qualidade na execução dos serviços e maior responsabilidade dos contratados, promovendo um atendimento contínuo, eficaz e seguro às unidades escolares e administrativas da rede estadual de ensino.

**10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Ao optar por uma empresa de engenharia especializada, a SEE-PB assegura que todas as atividades de manutenção predial serão geridas de forma centralizada, o que elimina a necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes. Este modelo de contratação evita a fragmentação dos serviços, garantindo assim maior eficiência, uniformidade e qualidade nos procedimentos adotados.

A solução proposta abrange todas as áreas de manutenção e conservação necessárias, incluindo elétrica, hidráulica, estrutural, áreas verdes, e outras especialidades pertinentes. A empresa contratada será responsável por todas as etapas do processo, desde o diagnóstico e planejamento até a execução e monitoramento das ações. Desta forma, não há necessidade de contratar empresas adicionais para realizar atividades específicas ou complementares, o que poderia gerar sobreposição de responsabilidades e dificuldades na coordenação dos serviços.

A centralização dos serviços de manutenção em um único contrato proporciona uma série de benefícios administrativos e operacionais, como a simplificação do gerenciamento, a facilidade de fiscalização e o estabelecimento de um único ponto de responsabilidade. Isso garante que os serviços sejam realizados de acordo com um padrão único de qualidade, reduzindo os riscos de falhas e inconsistências.

Portanto, a solução adotada pela SEE-PB para a manutenção predial, através da contratação de uma empresa de engenharia especializada, não demanda contratações correlatas e/ou interdependentes. Essa estratégia garante uma abordagem integrada e

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

eficiente, promovendo a economicidade e a excelência na prestação dos serviços de manutenção predial.

**11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB) busca garantir a manutenção adequada de suas unidades educacionais e administrativas, promovendo um ambiente seguro, funcional e propício para o desenvolvimento das atividades educacionais. Após uma análise detalhada das alternativas, a contratação de uma Empresa de Engenharia Especializada foi identificada como a solução mais eficiente, econômica e tecnicamente viável para atender às necessidades de manutenção predial. Este capítulo visa demonstrar os resultados pretendidos com a implementação desta solução, detalhando os benefícios esperados em termos de eficiência operacional, qualidade dos serviços, economicidade e conformidade técnica e jurídica.

A contratação de uma empresa de engenharia especializada da SEE-PB visa garantir uma gestão centralizada e integrada dos serviços, resultando em maior eficiência operacional. A empresa será responsável por todas as atividades, eliminando a fragmentação dos serviços e a necessidade de coordenação entre múltiplos contratados. A centralização dos serviços em um único contrato facilita a gestão e o acompanhamento das atividades, permitindo uma coordenação mais eficiente e a alocação adequada de recursos. A manutenção preventiva planejada e a rápida resposta a necessidades corretivas minimizam as interrupções nas atividades educacionais, garantindo que os prédios estejam sempre em condições adequadas de uso. A empresa especializada adotará procedimentos padronizados para todas as atividades, assegurando a uniformidade e a consistência na execução dos serviços em todas as unidades.

A qualidade dos serviços é um dos principais resultados pretendidos com a contratação de uma empresa de engenharia especializada. A utilização de profissionais

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

qualificados e experientes, juntamente com o emprego de materiais e técnicas adequadas, é fundamental para assegurar a longevidade e a segurança das edificações.

A empresa contratada disponibilizará uma equipe técnica composta por engenheiros, técnicos e operários especializados, garantindo que todas as intervenções sejam realizadas com alto nível de competência. Todos os serviços serão executados em conformidade com as normas técnicas vigentes, incluindo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e regulamentações específicas aplicáveis a cada tipo de instalação e sistema. A implementação de um sistema rigoroso de controle de qualidade, com inspeções periódicas e testes de funcionamento, assegurará que todos os serviços de manutenção atendam aos padrões de excelência estabelecidos.

A economicidade é um resultado crucial a ser alcançado com a contratação de uma empresa de engenharia especializada. A gestão centralizada e a contratação de serviços por um único fornecedor resultam em economia de escala e redução de custos administrativos e operacionais. A contratação de uma única empresa permite a negociação de condições mais vantajosas, aproveitando os benefícios da economia de escala na aquisição de materiais e na execução dos serviços. A gestão de um contrato único simplifica os processos administrativos, reduzindo os custos associados à elaboração, monitoramento e fiscalização de múltiplos contratos. A empresa especializada será responsável pela otimização dos recursos financeiros, garantindo que os investimentos em manutenção sejam aplicados de forma eficiente e eficaz.

A conformidade com as normas técnicas e regulamentações jurídicas é um resultado essencial para a SEE-PB, garantindo que todas as atividades sejam realizadas dentro dos parâmetros legais e técnicos estabelecidos. A empresa contratada deve seguir rigorosamente as normas técnicas da ABNT e outras regulamentações aplicáveis, assegurando que todas as intervenções sejam realizadas de acordo com as melhores práticas da engenharia. A contratação centralizada atende aos requisitos legais de

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

licitação e contratação pública, evitando conflitos contratuais e assegurando a transparência e a legalidade dos processos. A clareza na atribuição de responsabilidades e a exigência de garantias contratuais são fundamentais para assegurar a qualidade e a eficácia dos serviços prestados.

A implementação de práticas sustentáveis e a garantia da segurança são resultados adicionais pretendidos com a contratação de uma empresa de engenharia especializada. Estas ações são essenciais para promover um ambiente escolar saudável e seguro. A empresa especializada adotará práticas de sustentabilidade, incluindo a gestão adequada de resíduos, o uso eficiente de recursos e a implementação de soluções que reduzam o impacto ambiental das atividades de manutenção e conservação. A adoção de rigorosos protocolos de segurança do trabalho, com uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Coletiva (EPCs), garantirá a segurança dos trabalhadores e dos usuários das edificações. A manutenção adequada das instalações promove um ambiente escolar seguro, prevenindo acidentes e garantindo a integridade física de alunos, professores e funcionários.

**12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO**

Não há necessidade de tomada de providências ou adequações prévias para a contratação.

**13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS**

A manutenção predial, seja corretiva ou preventiva, pode gerar diversos impactos ambientais. Entre eles, destacam-se a produção de resíduos sólidos, o consumo de recursos naturais, a emissão de poluentes atmosféricos, o uso de substâncias químicas

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João

Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

potencialmente perigosas e o consumo de energia. Cada um desses impactos deve ser cuidadosamente gerido para minimizar os efeitos negativos sobre o meio ambiente.

A produção de resíduos sólidos é um dos principais impactos ambientais associados às atividades de manutenção predial. Restos de materiais de construção, embalagens, resíduos de demolição e outros detritos precisam ser adequadamente geridos. A empresa contratada deve adotar práticas de gestão de resíduos que incluam a separação, reciclagem e destinação adequada dos materiais. É essencial que sejam utilizados contêineres específicos para cada tipo de resíduo e que haja um plano de gerenciamento de resíduos sólidos conforme as normas ambientais vigentes.

O consumo de recursos naturais, como água e materiais de construção, também é um aspecto relevante. A empresa especializada deve implementar medidas de uso racional desses recursos, optando por materiais sustentáveis e técnicas construtivas que minimizem o desperdício. A captação e reutilização de água da chuva, bem como o uso de tecnologias eficientes, são exemplos de práticas que podem ser adotadas para reduzir o consumo de água.

A emissão de poluentes atmosféricos pode ocorrer durante atividades que envolvam o uso de máquinas e equipamentos movidos a combustíveis fósseis. Para mitigar este impacto, a empresa deve priorizar o uso de equipamentos elétricos ou movidos a combustíveis menos poluentes, além de manter um rigoroso controle de manutenção dessas máquinas para garantir sua eficiência e reduzir a emissão de gases poluentes.

O uso de substâncias químicas potencialmente perigosas, como tintas, solventes e produtos de limpeza, deve ser gerido com cuidado. A empresa contratada deve optar por produtos com menor impacto ambiental, preferencialmente aqueles que possuam certificação ambiental. Além disso, é fundamental que todos os produtos sejam armazenados e manuseados de acordo com as normas de segurança, para evitar contaminações e acidentes.

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01





**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

O consumo de energia é outro fator a ser considerado. A empresa especializada deve adotar práticas que promovam a eficiência energética, como a utilização de iluminação LED, sistemas de climatização eficientes e a implementação de soluções que aproveitem a iluminação e ventilação naturais.

Durante a execução dos serviços de manutenção predial, o contratado deverá adotar práticas sustentáveis, como a segregação, coleta e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados. A implementação de logística reversa será obrigatória para materiais como lâmpadas, pilhas, baterias e outros itens potencialmente nocivos ao meio ambiente, garantindo sua devolução ao ciclo produtivo ou descarte seguro, conforme as normas da ABNT.

Além disso, será incentivada a adoção de soluções que promovam eficiência energética e economia de recursos naturais. Entre as exigências, destacam-se a substituição de lâmpadas convencionais por modelos de LED, que reduzem significativamente o consumo de energia, e a instalação de dispositivos hidráulicos com tecnologia de economia de água, como torneiras com temporizadores e sistemas de descarga com duplo acionamento. Essas medidas, além de reduzir custos operacionais, alinham-se às políticas públicas de sustentabilidade e preservação ambiental.

Em suma, a contratação de uma empresa de engenharia especializada para a manutenção predial da SEE-PB deve ser acompanhada de um rigoroso controle ambiental. As medidas mitigadoras descritas, quando devidamente implementadas, contribuirão para a minimização dos impactos ambientais, promovendo a sustentabilidade das atividades de manutenção e garantindo que as ações realizadas estejam em conformidade com as exigências legais e com as melhores práticas de engenharia. Dessa forma, a SEE-PB assegura que suas unidades educacionais se mantenham em condições adequadas de uso, sem comprometer o meio ambiente.

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEPRC202541462V01



**GOVERNO DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

**14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE QUE SE DESTINA**

Após uma análise detalhada das alternativas disponíveis para atender às necessidades de manutenção predial da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE-PB), é evidente que a contratação de uma Empresa de Engenharia Especializada é a solução mais adequada e vantajosa.

A contratação desta empresa proporciona uma gestão centralizada e integrada dos serviços de manutenção, assegurando eficiência operacional, qualidade técnica e conformidade com as normas vigentes. Além disso, a centralização dos serviços em um único contrato simplifica os processos administrativos, reduzindo custos e garantindo transparência nos procedimentos.

A expertise técnica e a experiência da empresa especializada garantem a execução dos serviços de forma eficaz e segura, contribuindo para a preservação do patrimônio público e para o bom funcionamento das unidades educacionais.

Portanto, o posicionamento conclusivo é favorável à contratação da Empresa de Engenharia Especializada como a melhor solução para atender às necessidades de manutenção predial da SEE-PB, garantindo assim a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

**15. ANEXOS**

15.1 Anexo I do ETP - Estimativa do Valor da Contratação

João Pessoa/PB, data de assinatura digital.

**Lucas Fernandes Aguiar**

SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



**GOVERNO  
DA PARAÍBA** SECRETARIA DE **EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÕES**

Gerente de Obras  
Matrícula 191.872-9

Aprovado por:

**José Wilson Santiago Filho**  
Secretário de Estado da Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA **EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe - João  
Pessoa/PB - CEP: 58015-900



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e  
[SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911849-3860 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911849-3860>



SEEPRC202541462V01



SECRETARIA DE ESTADO  
DA EDUCAÇÃO



GOVERNO  
DA PARAÍBA

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1.1	Serviço de Manutenção predial na Sede principal da SEE-PB, nas escolas, sedes e demais prédios administrativos da 1ª Regional - João Pessoa, 2ª Regional - Guarabira, 12ª Regional - Itabaiana, 14ª Regional - Mamanguape e 16ª Regional - João Pessoa.	1880	R\$ 16.872,00	R\$ 31.719.360,00
2.1	Serviço de Manutenção predial nas escolas da 3ª Regional - Campina Grande, 4ª Regional - Cuité, 5ª Regional - Monteiro; 6ª Regional - Patos e 15ª Regional - Campina Grande.	1670	R\$ 16.872,00	R\$ 28.176.240,00
3.1	Serviço de Manutenção predial nas escolas da 7ª Regional - Itaporanga; 8ª Regional - Catolé do Rocha; 9ª Regional - Cajazeiras; 10ª Regional - Sousa; 11ª Regional - Princesa Isabel e 13ª Regional - Pombal.	1215	R\$ 16.872,00	R\$ 20.499.480,00
TOTAL		4765		R\$ 80.395.080,00

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB  
Centro Administrativo Integrado — Bloco 1 — Jaguaribe  
João Pessoa/PB — CEP: 58015-900 / Tel.: 3612-5694/5626



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911886-3981 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911886-3981>



SEEPRC202541462V01



**MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA ESTIMATIVA DO VALOR DE REFERÊNCIA DA CONTRATAÇÃO**

ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO	VALOR DE REFERÊNCIA MENSAL	VALOR DE REFERÊNCIA P/ 12 MESES
1	1	Serviço de Manutenção predial na Sede principal da SEE-PB, nas escolas, sedes e demais prédios administrativos da <b>1ª</b> Regional - João Pessoa, <b>2ª</b> Regional - Guarabira, <b>12ª</b> Regional - Itabaiana, <b>14ª</b> Regional - Mamanguape e <b>16ª</b> Regional - João Pessoa.	R\$ 2.338.396,74	R\$ 28.060.760,93
2	2	Serviço de Manutenção predial nas escolas da <b>3ª</b> Regional - Campina Grande, <b>4ª</b> Regional - Cuité, <b>5ª</b> Regional - Monteiro; <b>6ª</b> Regional - Patos e <b>15ª</b> Regional - Campina Grande.	R\$ 1.784.867,01	R\$ 21.418.404,18
3	3	Serviço de Manutenção predial nas escolas da <b>7ª</b> Regional - Itaporanga; <b>8ª</b> Regional - Catolé do Rocha; <b>9ª</b> Regional - Cajazeiras; <b>10ª</b> Regional - Sousa; <b>11ª</b> Regional - Princesa Isabel e <b>13ª</b> Regional - Pombal.	R\$ 1.459.887,40	R\$ 17.518.648,86
<b>VALOR TOTAL</b>			<b>R\$ 5.583.151,16</b>	<b>R\$ 80.397.376,75</b>

A metodologia de cálculo adotada para a presente estimativa baseia-se no valor mínimo apurado entre os registros históricos de desembolsos realizados nos últimos três anos pela Secretaria de Estado da Paraíba (SEE - PB) para a execução de serviços de manutenção predial. A opção pelo menor valor histórico decorre de condicionantes técnicas e limitações orçamentárias identificadas no atual exercício, o que demandou uma abordagem mais conservadora para assegurar a viabilidade da contratação. Ainda que mais restritiva, essa metodologia permanece ancorada em dados reais da própria Administração e busca refletir a realidade dos serviços



efetivamente executados, sem comprometer a qualidade das contratações. Trata-se, portanto, de uma estratégia que alia prudência fiscal e aderência ao princípio da razoabilidade, mantendo o compromisso com a eficiência na gestão dos recursos públicos.

Além disso, foi utilizado um **coeficiente de segurança de 1,20** sobre o valor apurado, com o objetivo de prever eventuais intercorrências e garantir maior robustez à estimativa. Esse acréscimo visa resguardar a Administração contra possíveis variações de mercado, imprevistos operacionais e outras situações que possam impactar a execução dos serviços, mantendo a coerência com o princípio da economicidade e a responsabilidade no uso dos recursos públicos.

Esta metodologia de cálculo encontra amparo nas legislações vigentes e nas melhores práticas de direito administrativo e licitatório. A Lei nº 14.133/21, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece a necessidade de estimativas de custo baseadas em parâmetros reais e históricos. Adicionalmente, as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e outros órgãos de controle reforçam a importância de metodologias transparentes e fundamentadas na definição de valores de referência para contratações públicas.

A aplicação desta metodologia assegura uma estimativa de valor de referência que é não apenas justa e realista, mas também alinhada com as necessidades específicas da SEE – PB. Ao utilizar valores históricos e um coeficiente de segurança apropriado, a Secretaria pode garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de manutenção predial, mantendo o foco na eficiência e na boa gestão dos recursos públicos.

João Pessoa - PB, data da assinatura eletrônica.

**Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE PB**  
**Centro Administrativo Integrado — Bloco 1 — Jaguaribe**  
**João Pessoa/PB — CEP: 58015-900 / Tel.: 3612-5694/5626**





PLANILHA RESUMO

GRE	MENSAL						
	2022	2023	2024	MÉDIA	MEDIANA	MÁXIMO	MÍNIMO
1ª	R\$ 1.362.336,67	R\$ 1.347.721,21	R\$ 766.048,17	R\$ 1.158.702,02	R\$ 1.347.721,21	R\$ 1.362.336,67	R\$ 766.048,17
2ª	R\$ 452.242,67	R\$ 753.222,42	R\$ 532.425,76	R\$ 579.296,95	R\$ 532.425,76	R\$ 753.222,42	R\$ 452.242,67
3ª	R\$ 966.677,78	R\$ 1.102.355,00	R\$ 1.234.186,21	R\$ 1.101.073,00	R\$ 1.102.355,00	R\$ 1.234.186,21	R\$ 966.677,78
4ª	R\$ 87.909,71	R\$ 462.661,90	R\$ 333.330,89	R\$ 294.634,17	R\$ 333.330,89	R\$ 462.661,90	R\$ 87.909,71
5ª	R\$ 274.573,33	R\$ 303.262,00	R\$ 384.311,73	R\$ 320.715,69	R\$ 303.262,00	R\$ 384.311,73	R\$ 274.573,33
6ª	R\$ 313.239,52	R\$ 840.775,00	R\$ 550.535,23	R\$ 568.183,25	R\$ 550.535,23	R\$ 840.775,00	R\$ 313.239,52
7ª	R\$ 161.938,33	R\$ 584.115,24	R\$ 623.534,98	R\$ 456.529,52	R\$ 584.115,24	R\$ 623.534,98	R\$ 161.938,33
8ª	R\$ 427.020,00	R\$ 453.565,42	R\$ 270.898,57	R\$ 383.828,00	R\$ 427.020,00	R\$ 453.565,42	R\$ 270.898,57
9ª	R\$ 309.724,67	R\$ 408.770,95	R\$ 187.861,33	R\$ 302.118,98	R\$ 309.724,67	R\$ 408.770,95	R\$ 187.861,33
10ª	R\$ 428.493,33	R\$ 421.960,00	R\$ 437.059,29	R\$ 429.170,87	R\$ 428.493,33	R\$ 437.059,29	R\$ 421.960,00
11ª	R\$ 137.689,17	R\$ 242.110,00	R\$ 525.058,39	R\$ 301.619,19	R\$ 242.110,00	R\$ 525.058,39	R\$ 137.689,17
12ª	R\$ 298.586,67	R\$ 697.822,96	R\$ 526.050,48	R\$ 507.486,70	R\$ 526.050,48	R\$ 697.822,96	R\$ 298.586,67
13ª	R\$ 279.540,00	R\$ 318.301,67	R\$ 426.575,37	R\$ 341.472,35	R\$ 318.301,67	R\$ 426.575,37	R\$ 279.540,00
14ª	R\$ 581.810,83	R\$ 336.281,90	R\$ 386.730,34	R\$ 434.941,03	R\$ 386.730,34	R\$ 581.810,83	R\$ 336.281,90
15ª	R\$ 142.466,67	R\$ 159.499,33	R\$ 431.354,84	R\$ 244.440,28	R\$ 159.499,33	R\$ 431.354,84	R\$ 142.466,67
16ª	R\$ 485.237,33	R\$ 937.773,33	R\$ 769.977,75	R\$ 730.996,14	R\$ 769.977,75	R\$ 937.773,33	R\$ 485.237,33
<b>TOTAL MENSAL</b>	R\$ 6.709.486,68	R\$ 9.370.198,35	R\$ 8.385.939,33	R\$ 8.155.208,12	R\$ 8.321.652,90	R\$ 10.560.820,31	R\$ 5.583.151,16
<b>TOTAL ANUAL</b>	R\$ 80.513.840,18	R\$ 112.442.380,19	R\$ 100.631.272,01	R\$ 97.862.497,46	R\$ 99.859.834,76	R\$ 126.729.843,66	R\$ 66.997.813,96

João Pessoa - PB, data da assinatura eletrônica.

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE PB  
Centro Administrativo Integrado — Bloco 1 — Jaguaribe  
João Pessoa/PB — CEP: 58015-900 / Tel.: 3612-5694/5626



SEEP/C202541462V01



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911886-3981 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911886-3981>



VALORES DESEMBOLSADOS EM 2022															
GRE	jan.22	fev.22	mar.22	abr.22	mai.22	jun.22	jul.22	ago.22	set.22	out.22	nov.22	dez.22	MÉDIA	MEDIANA	MÁXIMO
1ª					R\$ 137.840,00	R\$ 116.740,00		R\$ 856.440,00	R\$ 660.000,00	R\$ 983.260,00	R\$ 514.790,00	R\$ 2.590.000,00	R\$ 837.010,00	R\$ 660.000,00	R\$ 2.590.000,00
2ª						R\$ 33.460,00		R\$ 198.770,00	R\$ 200.000,00	R\$ 137.560,00		R\$ 870.000,00	R\$ 287.958,00	R\$ 198.770,00	R\$ 870.000,00
3ª						R\$ 201.070,00		R\$ 116.850,00	R\$ 1.330.000,00	R\$ 669.010,00	R\$ 416.560,00	R\$ 1.630.000,00	R\$ 727.248,33	R\$ 542.785,00	R\$ 1.630.000,00
4ª	R\$ 32.129,14					R\$ 115.800,00							R\$ 73.964,57	R\$ 73.964,57	R\$ 115.800,00
5ª						R\$ 32.980,00					R\$ 395.370,00		R\$ 214.175,00	R\$ 214.175,00	R\$ 395.370,00
6ª						R\$ 96.780,00	R\$ 202.910,00	R\$ 110.820,00	R\$ 490.000,00	R\$ 527.670,00	R\$ 164.520,00	R\$ 140.000,00	R\$ 247.528,57	R\$ 164.520,00	R\$ 527.670,00
7ª						R\$ 149.540,00		R\$ 177.320,00	R\$ 120.000,00	R\$ 162.680,00			R\$ 152.385,00	R\$ 156.110,00	R\$ 177.320,00
8ª										R\$ 150.980,00	R\$ 253.050,00	R\$ 670.000,00	R\$ 358.010,00	R\$ 253.050,00	R\$ 670.000,00
9ª						R\$ 141.450,00		R\$ 395.470,00		R\$ 29.730,00	R\$ 169.870,00	R\$ 510.000,00	R\$ 249.304,00	R\$ 169.870,00	R\$ 510.000,00
10ª						R\$ 473.320,00			R\$ 90.000,00	R\$ 436.740,00	R\$ 503.940,00	R\$ 220.000,00	R\$ 344.800,00	R\$ 436.740,00	R\$ 503.940,00
11ª						R\$ 56.560,00		R\$ 122.070,00		R\$ 126.500,00		R\$ 170.000,00	R\$ 118.782,50	R\$ 124.285,00	R\$ 170.000,00
12ª								R\$ 512.430,00			R\$ 139.390,00	R\$ 80.000,00	R\$ 243.940,00	R\$ 139.390,00	R\$ 512.430,00
13ª						R\$ 124.360,00		R\$ 353.020,00	R\$ 140.000,00	R\$ 358.200,00	R\$ 126.940,00	R\$ 340.000,00	R\$ 240.420,00	R\$ 240.000,00	R\$ 358.200,00
14ª								R\$ 184.580,00	R\$ 220.000,00		R\$ 873.430,00	R\$ 590.000,00	R\$ 467.002,50	R\$ 405.000,00	R\$ 873.430,00
15ª								R\$ 212.820,00			R\$ 1.760,00		R\$ 107.290,00	R\$ 107.290,00	R\$ 212.820,00
16ª						R\$ 348.660,00		R\$ 381.830,00	R\$ 30.000,00		R\$ 214.770,00	R\$ 760.000,00	R\$ 347.052,00	R\$ 348.660,00	R\$ 760.000,00
TOTAL	R\$ 32.129,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 137.840,00	R\$ 1.890.720,00	R\$ 202.910,00	R\$ 3.622.420,00	R\$ 3.280.000,00	R\$ 3.582.330,00	R\$ 3.774.390,00	R\$ 8.570.000,00	R\$ 5.016.870,47	R\$ 4.234.609,57	R\$ 10.876.980,00

João Pessoa - PB, data da assinatura eletrônica.

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE PB  
Centro Administrativo Integrado — Bloco 1 — Jaguaribe  
João Pessoa/PB — CEP: 58015-900 / Tel.: 3612-5694/5626



SEEPRC202541462V01



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911886-3981 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911886-3981>





VALORES DESEMBOLSADOS EM 2023															
GRE	jan.23	fev.23	mar.23	abr.23	mai.23	jun.23	jul.23	ago.23	set.23	out.23	nov.23	dez.23	MÉDIA	MEDIANA	MÁXIMO
1ª	R\$ 1.870.000,00	R\$ 2.280.000,00		R\$ 46.450,00	R\$ 750.000,00	R\$ 1.860.000,00	R\$ 150.750,00	R\$ 3.050,00	R\$ 1.210.000,00	R\$ 1.530.000,00	R\$ 790.000,00	R\$ 214.550,00	R\$ 973.163,64	R\$ 790.000,00	R\$ 2.280.000,00
2ª	R\$ 680.000,00	R\$ 1.150.000,00		R\$ 581.210,00	R\$ 340.000,00	R\$ 720.000,00	R\$ 124.460,00	R\$ 790.670,00	R\$ 330.000,00	R\$ 220.000,00	R\$ 670.000,00	R\$ 206.690,00	R\$ 528.457,27	R\$ 581.210,00	R\$ 1.150.000,00
3ª	R\$ 2.370.000,00	R\$ 1.350.000,00	R\$ 73.150,00	R\$ 201.560,00	R\$ 1.470.000,00	R\$ 740.000,00	R\$ 41.280,00	R\$ 119.670,00	R\$ 40.000,00	R\$ 370.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 989.760,00	R\$ 651.285,00	R\$ 285.780,00	R\$ 2.370.000,00
4ª					R\$ 410.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 789.100,00	R\$ 243.100,00	R\$ 130.000,00	R\$ 440.000,00	R\$ 260.000,00		R\$ 338.885,71	R\$ 260.000,00	R\$ 789.100,00
5ª						R\$ 410.000,00	R\$ 248.650,00	R\$ 317.030,00	R\$ 180.000,00		R\$ 100.000,00		R\$ 251.136,00	R\$ 248.650,00	R\$ 410.000,00
6ª	R\$ 480.000,00	R\$ 1.770.000,00	R\$ 272.970,00	R\$ 415.460,00	R\$ 410.000,00	R\$ 280.000,00	R\$ 25.100,00	R\$ 366.620,00		R\$ 240.000,00	R\$ 30.000,00		R\$ 429.015,00	R\$ 323.310,00	R\$ 1.770.000,00
7ª	R\$ 190.000,00	R\$ 740.000,00		R\$ 166.420,00	R\$ 280.000,00				R\$ 90.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 1.160.000,00		R\$ 402.345,71	R\$ 190.000,00	R\$ 1.160.000,00
8ª		R\$ 560.000,00		R\$ 389.690,00	R\$ 260.000,00		R\$ 251.030,00	R\$ 768.970,00	R\$ 130.000,00	R\$ 160.000,00	R\$ 170.000,00		R\$ 336.211,25	R\$ 255.515,00	R\$ 768.970,00
9ª	R\$ 400.000,00	R\$ 520.000,00		R\$ 428.640,00		R\$ 30.000,00				R\$ 340.000,00	R\$ 420.000,00	R\$ 5.550,00	R\$ 306.312,86	R\$ 400.000,00	R\$ 520.000,00
10ª	R\$ 390.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 74.680,00		R\$ 280.000,00			R\$ 192.360,00	R\$ 590.000,00	R\$ 480.000,00	R\$ 480.000,00		R\$ 340.880,00	R\$ 335.000,00	R\$ 590.000,00
11ª		R\$ 330.000,00		R\$ 58.990,00	R\$ 200.000,00								R\$ 196.330,00	R\$ 200.000,00	R\$ 330.000,00
12ª	R\$ 190.000,00			R\$ 110.550,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 419.480,00	R\$ 71.190,00	R\$ 40.000,00	R\$ 1.450.000,00	R\$ 210.000,00		R\$ 433.468,89	R\$ 210.000,00	R\$ 1.450.000,00
13ª		R\$ 20.000,00		R\$ 249.170,00		R\$ 100.000,00	R\$ 343.250,00		R\$ 40.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 680.000,00	R\$ 16.820,00	R\$ 189.905,00	R\$ 85.000,00	R\$ 680.000,00
14ª	R\$ 280.000,00	R\$ 110.000,00			R\$ 10.000,00	R\$ 360.000,00	R\$ 246.490,00		R\$ 540.000,00		R\$ 10.000,00		R\$ 222.355,71	R\$ 246.490,00	R\$ 540.000,00
15ª						R\$ 100.000,00	R\$ 159.810,00	R\$ 223.780,00		R\$ 120.000,00	R\$ 70.000,00		R\$ 134.718,00	R\$ 120.000,00	R\$ 223.780,00
16ª	R\$ 450.000,00	R\$ 510.000,00	R\$ 256.980,00	R\$ 110.330,00	R\$ 350.000,00	R\$ 1.030.000,00	R\$ 362.450,00		R\$ 1.910.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 560.000,00	R\$ 364.730,00	R\$ 538.590,00	R\$ 364.730,00	R\$ 1.910.000,00
TOTAL	R\$ 7.300.000,00	R\$ 9.580.000,00	R\$ 677.780,00	R\$ 2.758.470,00	R\$ 5.960.000,00	R\$ 5.940.000,00	R\$ 3.161.850,00	R\$ 3.096.440,00	R\$ 5.230.000,00	R\$ 5.630.000,00	R\$ 5.660.000,00	R\$ 1.798.100,00	R\$ 6.273.060,05	R\$ 4.895.685,00	R\$ 16.941.850,00

João Pessoa - PB, data da assinatura eletrônica.

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE PB  
Centro Administrativo Integrado — Bloco 1 — Jaguaribe  
João Pessoa/PB — CEP: 58015-900 / Tel.: 3612-5694/5626



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911886-3981 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911886-3981>

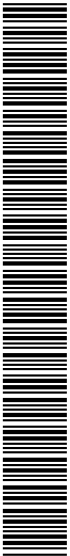




VALORES DESEMBOLSADOS EM 2024															
GRE	jan.24	fev.24	mar.24	abr.24	mai.24	jun.24	jul.24	ago.24	set.24	out.24	nov.24	dez.24	MÉDIA	MEDIANA	MÁXIMO
1ª	R\$ 540.000,00	R\$ 41.160,00	R\$ 200.440,00	R\$ 170.000,00	R\$ 204.430,00	R\$ 303.850,00	R\$ 1.490.000,00	R\$ 1.310.000,00	R\$ 571.106,20	R\$ 624.083,49		R\$ 92.170,00	R\$ 504.294,52	R\$ 303.850,00	R\$ 1.490.000,00
2ª	R\$ 1.050.000,00	R\$ 73.400,00		R\$ 20.000,00		R\$ 138.370,00	R\$ 360.000,00	R\$ 440.000,00	R\$ 192.172,99	R\$ 864.615,70		R\$ 57.380,00	R\$ 355.104,30	R\$ 192.172,99	R\$ 1.050.000,00
3ª	R\$ 1.180.000,00	R\$ 68.590,00	R\$ 449.830,00	R\$ 520.000,00		R\$ 39.990,00	R\$ 120.000,00	R\$ 2.510.000,00	R\$ 1.573.235,10	R\$ 222.912,60			R\$ 742.728,63	R\$ 449.830,00	R\$ 2.510.000,00
4ª		R\$ 246.430,00	R\$ 75.720,00		R\$ 28.420,00	R\$ 692.510,00		R\$ 240.000,00	R\$ 105.899,84			R\$ 22.100,00	R\$ 201.582,83	R\$ 105.899,84	R\$ 692.510,00
5ª	R\$ 690.000,00	R\$ 636.620,00		R\$ 70.000,00		R\$ 256.640,00		R\$ 180.000,00	R\$ 64.866,27			R\$ 82.420,00	R\$ 282.935,18	R\$ 180.000,00	R\$ 690.000,00
6ª	R\$ 940.000,00			R\$ 470.000,00	R\$ 19.700,00	R\$ 121.040,00	R\$ 400.000,00	R\$ 680.000,00	R\$ 70.673,55	R\$ 278.286,37			R\$ 372.462,49	R\$ 339.143,19	R\$ 940.000,00
7ª	R\$ 260.000,00	R\$ 467.170,00	R\$ 140.440,00	R\$ 1.240.000,00		R\$ 90.990,00	R\$ 260.000,00	R\$ 480.000,00	R\$ 26.239,49				R\$ 370.604,94	R\$ 260.000,00	R\$ 1.240.000,00
8ª	R\$ 120.000,00	R\$ 500.480,00		R\$ 10.000,00	R\$ 83.650,00	R\$ 371.380,00	R\$ 50.000,00	R\$ 210.000,00					R\$ 192.215,71	R\$ 120.000,00	R\$ 500.480,00
9ª	R\$ 350.000,00	R\$ 43.060,00	R\$ 130.980,00		R\$ 83.980,00		R\$ 40.000,00						R\$ 129.604,00	R\$ 83.980,00	R\$ 350.000,00
10ª	R\$ 100.000,00		R\$ 20.420,00			R\$ 108.190,00	R\$ 870.000,00		R\$ 845.536,79	R\$ 78.350,41			R\$ 337.082,87	R\$ 104.095,00	R\$ 870.000,00
11ª		R\$ 606.120,00		R\$ 440.000,00				R\$ 600.000,00		R\$ 150.100,73			R\$ 449.055,18	R\$ 520.000,00	R\$ 606.120,00
12ª	R\$ 200.000,00	R\$ 163.420,00	R\$ 26.620,00		R\$ 385.190,00	R\$ 141.830,00	R\$ 1.030.000,00	R\$ 490.000,00					R\$ 348.151,43	R\$ 200.000,00	R\$ 1.030.000,00
13ª	R\$ 160.000,00	R\$ 58.120,00	R\$ 207.450,00			R\$ 14.060,00	R\$ 700.000,00	R\$ 800.000,00	R\$ 407.414,05	R\$ 20.964,89			R\$ 296.001,12	R\$ 183.725,00	R\$ 800.000,00
14ª	R\$ 210.000,00		R\$ 163.460,00	R\$ 100.000,00	R\$ 28.690,00	R\$ 288.260,00		R\$ 670.000,00	R\$ 491.955,30	R\$ 514.364,01		R\$ 54.990,00	R\$ 280.191,03	R\$ 210.000,00	R\$ 670.000,00
15ª	R\$ 820.000,00	R\$ 275.310,00	R\$ 43.300,00	R\$ 180.000,00		R\$ 389.490,00			R\$ 199.830,20			R\$ 11.710,00	R\$ 274.234,31	R\$ 199.830,20	R\$ 820.000,00
16ª	R\$ 430.000,00		R\$ 40.590,00		R\$ 28.750,00		R\$ 800.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 511.826,73	R\$ 1.621.192,13		R\$ 7.570,00	R\$ 438.741,11	R\$ 250.000,00	R\$ 1.621.192,13
TOTAL	R\$ 7.050.000,00	R\$ 3.179.880,00	R\$ 1.499.250,00	R\$ 3.220.000,00	R\$ 862.810,00	R\$ 2.956.600,00	R\$ 6.120.000,00	R\$ 8.680.000,00	R\$ 5.060.756,51	R\$ 4.374.870,33	R\$ 0,00	R\$ 328.340,00	R\$ 5.574.989,66	R\$ 3.702.526,22	R\$ 15.880.302,13

João Pessoa - PB, data da assinatura eletrônica.

Secretaria de Estado da Educação da Paraíba - SEE PB  
Centro Administrativo Integrado — Bloco 1 — Jaguaribe  
João Pessoa/PB — CEP: 58015-900 / Tel.: 3612-5694/5626



SEEPRC202541462V01



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 04/12/2025 - 10:50hs e [SEE103567] [SENHA] JOSÉ WILSON SANTIAGO FILHO em 04/12/2025 - 11:16hs.  
Documento Nº: 9330700.79911886-3981 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.79911886-3981>

# RELATÓRIO TÉCNICO PREPARATÓRIO

Conforme Decreto nº 14.133/2021



**PROCESSO: SEE-PRC-2025/01458**

**OBJETO: MANUTENÇÃO PREDIAL**

**DATA DE ABERTURA: 27/05/2025**



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 27/04/2026 - 15:32hs e [SEE136858] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 30/04/2026 - 19:10hs.  
Documento Nº: 9330700.91323953-1561 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.91323953-1561>



SEEPRC202541462V02



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS**

## SUMÁRIO

<b>1. OBJETO</b>	<b>4</b>
<b>2. DEFINIÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS</b>	<b>4</b>
2.1. Modalidade, Forma de realização da Licitação e Critério de Julgamento	4
2.2. Parcelamento da Licitação	4
2.3. Regime de Execução	4
2.4. Orçamento, Cronograma e Preço de referência	4
2.5. Subcontratação	5
2.6. Modo de Disputa de Licitação	5
2.7. Critérios de Sustentabilidade	5
<b>3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>5</b>
3.1. A justificativa para a contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de reforma e adequação na 14ª gerência regional de educação baseia-se nos seguintes fatores principais:	5
3.1.2. Benefícios Esperados:	6
3.1.3. Fundamentação Legal e Estratégica:	7
<b>4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO</b>	<b>7</b>
4.1. Declarações Obrigatórias	7
4.2. Habilitação Jurídica	8
4.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista	8
4.4. Qualificação Econômico-Financeira	8
4.5. Qualificação Técnica Operacional e Profissional	9
4.6. Procedimentos Adicionais	9
<b>5. CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>	<b>9</b>
5.1. Projetos	13
5.2. Existência de peças técnicas constantes dos autos atendem ao conceito e requisitos de um projeto básico e projeto executivo definido no art. 6º, inciso XXV e XXVI da Lei 14.133/2021.	13
5.3. Documentação Técnica e Normas Aplicáveis	14
5.4. Condições Gerais de Execução	15
5.6. Materiais, Equipamentos e Segurança do Trabalho	20
5.7. Diário de Obras	22
<b>6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS</b>	<b>22</b>
6.1. Procedimentos para Pagamento	22
<b>7. OBRIGAÇÕES</b>	<b>27</b>
7.1. Obrigações da Contratada	27
7.2. Obrigações da Contratante	28
<b>8. CONDIÇÕES GERAIS</b>	<b>29</b>
8.1. Legislação, Normas e Regulamentos	29
8.2. Supervisão	29
<b>9. DAS GARANTIAS</b>	<b>30</b>
9.1. Garantia da contratação	30
<b>10. DISPOSIÇÕES FINAIS</b>	<b>30</b>



**GOVERNO  
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS**

## 1. OBJETO

O objeto consiste na contratação de empresa de engenharia para prestar serviços de Manutenção Predial das escolas e prédios administrativos da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. (SEE-PB). A solução abrange o dimensionamento, fornecimento de equipamentos e materiais, bem como a entrega de toda a documentação técnica.

A Manutenção predial deverá ser dimensionada para atender as necessidades dos servidores e alunos, garantindo a adequação das construções às normas técnicas (NBR 9050 - acessibilidade, NBR 5410 - instalações elétricas de baixa tensão, NBR 5626 - instalações prediais de água fria, NBR ISO 9001 - sistema de gestão da qualidade, NBR ISO 14001 - gestão ambiental, NBR 8160 - sistema prediais de esgoto sanitário). O objetivo do investimento é corrigir as deficiências estruturais, possibilitando um local adequado e seguro para os servidores desempenharem suas funções com qualidade e eficácia alinhados aos objetivos estratégicos da Secretária, assim como os alunos terem mais segurança, bem-estar e uma escola de qualidade para a oferta educação paraibana.

## 2. DEFINIÇÕES E CONDIÇÕES GERAIS

### 2.1. Modalidade, Forma de realização da Licitação e Critério de Julgamento

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO**. O certame será conduzido na plataforma [compras.gov.br](https://compras.gov.br).

Trata-se de serviço comum de engenharia e, de acordo com o art. 6º, inciso XXI da Lei nº 14.133/2021, serviços comuns podem ser contratados por pregão, conforme disposto no art. 28º, inciso I desta mesma norma. A forma eletrônica garante ampla competitividade e transparência, atendendo aos arts. 17 e 56 da referida lei e ao art. 12, inciso VII do Decreto nº 44.966/2024.

### 2.2. Parcelamento da Licitação

Nesta contratação, não há a necessidade de parcelamento da contratação, uma vez que se trata de um serviço vinculado à Manutenção Predial, exigindo execução





centralizada. Logo, todos os serviços sinalizados neste relatório devem ser prestados por uma única empresa de engenharia. O parcelamento da contratação poderia comprometer a coerência e a eficiência dos serviços, que precisam ser realizados de forma alinhada e interdependente. Dessa forma, o não parcelamento é mais viável para o bom atendimento da necessidade apresentada.

### 2.3. Regime de Execução

O serviço será executado sob o Regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme estabelecido no Termo de Referência. O art. 6º, inciso XXVII, da Lei nº 14.133/2021 define empreitada por preço global como aquela em que a remuneração é fixada em função do valor total da obra ou serviço.

### 2.4. Orçamento, Cronograma e Preço de referência

O valor global estimado para a contratação é de R\$80.395.080,00 (oitenta milhões, trezentos e noventa e cinco mil e oitenta reais), apurado a partir da estimativa fundamentada em uma análise detalhada dos serviços a serem executados, considerando as especificidades técnicas e estruturais das edificações que compõem a rede da SEE-PB. A estimativa foi elaborada pela Gerência de Obras da SEE/PB, utilizando tabelas referenciais de custos e orçamentos sintéticos. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da ordem de serviço e seguir o cronograma físico-financeiro aprovado. Os pagamentos serão efetuados mediante medições mensais, condicionados à entrega de relatórios técnicos e à verificação do cumprimento das etapas previstas.

### 2.5. Subcontratação

Nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada poderá subcontratar apenas parcelas acessórias ou serviços especializados do objeto. A subcontratação não poderá envolver a totalidade do objeto nem as parcelas de maior relevância técnica.

- 1) O percentual máximo de subcontratação admissível é de 25%. Qualquer subcontratação fora desses limites dependerá de autorização prévia e motivada.



**GOVERNO  
DA PARAÍBA****SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS**

Mesmo quando houver subcontratação, a contratada continuará responsável legal e contratualmente pela execução da parcela subcontratada, devendo garantir a qualidade e a conformidade com as especificações do contrato.

A subcontratação não poderá transformar a contratada em mera intermediária de mão de obra ou administração de contrato.

A contratada apresentará à Administração, antes da assinatura do contrato de subcontratação ou da ordem de execução, a documentação que comprove a capacidade técnica da empresa subcontratada.

A subcontratação depende de aprovação expressa da Administração. O edital ou contrato poderá vedar ou restringir a subcontratação, bem como estabelecer condições adicionais, conforme autorizam o § 2º do art. 122.

O contratado deverá submeter à fiscalização do contrato o termo de subcontratação, informando o objeto, o valor, o prazo e a qualificação da subcontratada. A fiscalização acompanhará a execução da parcela subcontratada e exigirá da contratada que faça cumprir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de saúde e segurança do trabalho.

É vedada a subcontratação de empresas ou profissionais que tenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou com agente público que atue na licitação ou na gestão do contrato, bem como de cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau.

Também é proibida a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que estejam participando do certame ou que possuam sócios comuns com a contratada, bem como a subcontratação de parcelas de maior relevância técnica

Em caso de irregularidades, inexecução, expiração das licenças ou descumprimento das obrigações previstas, a Administração poderá determinar a imediata substituição da subcontratada por empresa que atenda às exigências. A contratada deverá apresentar nova subcontratada para aprovação no prazo estabelecido, ou assumir ela própria a execução da parcela, sem prejuízo das sanções cabíveis.

Os valores referentes às parcelas subcontratadas integram o preço global do contrato. A critério da Administração e nos termos das normas vigentes, os pagamentos relativos à parcela subcontratada poderão ser realizados diretamente à subcontratada, devendo constar de forma clara o valor correspondente a cada parcela.





## **2.6. Modo de Disputa de Licitação**

Combinado, do tipo Aberto e Fechado. Os licitantes inicialmente apresentam lances públicos e sucessivos (modo aberto). Encerrada essa etapa, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores apresentem um lance final e fechado, em até cinco minutos.

## **2.7. Critérios de Sustentabilidade**

Durante a execução dos serviços, o contratado deverá adotar práticas sustentáveis, como o uso de materiais recicláveis, a implementação de processos que minimizem a geração de resíduos e o descarte adequado conforme as normas da ABNT aplicáveis.

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

2.7.1 Adotar as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e demais legislações em vigor, baseando-se na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental;

2.7.2 Respeitar as Normas Brasileiras – NBR 10004 publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

O contratado será responsável por implementar a logística reversa para todos os resíduos gerados, incluindo embalagens de materiais utilizados, garantindo que sejam coletados e destinados adequadamente.

## **3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1. A justificativa para a contratação baseia-se nos seguintes fatores principais:**

#### **3.1.1. Necessidade da Contratação:**

a) Necessidade de contratação: A manutenção predial preventiva e corretiva das edificações da SEE-PB é essencial para garantir a integridade e funcionalidade dessas estruturas. Manter essas edificações em boas condições proporciona não apenas um ambiente escolar e de trabalho mais seguro e eficiente para os alunos e







servidores, mas também melhora a qualidade do atendimento ao público, refletindo diretamente na satisfação dos usuários e na eficiência dos serviços prestados. A existência de patologias construtivas e de degradação progressiva indica um quadro de desgaste acentuado da infraestrutura, e com isso, a contratação visa corrigir a estrutura predial, garantindo um ambiente de trabalho confiável, seguro e eficiente para a realização das funções administrativas, que são essenciais para manter um elo entre a SEE/PB e as unidades escolares de sua área de abrangência.

b) Classificação do objeto – Serviço comum de engenharia, com atividades padronizadas conforme normas técnicas específicas, sem alta complexidade tecnológica.

c) Importância técnica – A contratação de serviços de engenharia para a reforma e adequação a serem feitas na rede de ensino da Paraíba e seus prédios administrativos se enquadra como uma medida essencial para o atendimento aos objetivos estratégicos da Secretaria de Educação da Paraíba, considerando as atuais limitações identificadas na unidade. As intervenções a serem executadas proporcionarão maior segurança e bem-estar aos funcionários e alunos, impactando diretamente no conforto dos usuários e na qualidade dos serviços prestados.

### **3.1.2. Benefícios Esperados:**

Com a contratação de empresa especializada para realização da Manutenção Predial preventiva e corretiva, espera-se alcançar objetivos significativos para a Administração Pública e para a Educação Estadual através da melhor utilização dos recursos a serem utilizados. Os materiais serão empregados de modo eficiente, visando a prestação dos serviços necessários para a adequação das deficiências estruturais atualmente identificadas na unidade.

A solução proposta para atender as necessidades das escolas e das unidades administrativas, diante dos sérios comprometimentos estruturais e funcionais que colocam em risco a segurança e a continuidade das atividades educacionais.

A manutenção predial realizará em seus serviços a recuperação das instalações elétricas e hidráulicas, a modernização dos ambientes de trabalho e





atendimento ao público, além de melhorias estruturais que assegurem conforto térmico, acessibilidade e segurança para servidores, gestores e comunidade escolar. O projeto contempla ainda a substituição de pisos e revestimentos, pintura interna, revisão de cobertura, adequação de banheiros e atualização dos sistemas de iluminação e ventilação, promovendo a salubridade dos espaços e otimizando o uso cotidiano do prédio, não se limitando a esses serviços.

A execução dos serviços será realizada por empresa especializada, devidamente habilitada, a partir dos serviços listados pelo corpo técnico da Secretaria de Estado da Educação. O processo de contratação obedece aos princípios da economicidade, legalidade e eficiência previstos na Lei n.º 14.133/2021, buscando assegurar a melhor relação custo-benefício à Administração Pública e a entrega de um equipamento público com qualidade compatível às necessidades da educação estadual.

Com isso, a qualidade dos serviços é um dos principais resultados pretendidos com a contratação de uma empresa de engenharia especializada. A utilização de profissionais qualificados e experientes, juntamente com o emprego de materiais e técnicas adequadas, é fundamental para assegurar a longevidade e a segurança das edificações.

### 3.1.3. Fundamentação Legal e Estratégica:

A necessidade do serviço está devidamente contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025 da SEE/PB, atendendo ao planejamento estratégico de melhoria das sedes regionais de educação. O processo observa a Lei nº 14.133/2021, que estabelece as normas gerais de licitações e contratos administrativos e regulamenta o pregão eletrônico, e o Decreto Estadual nº 44.966/2024, que disciplina o planejamento das contratações.

## 4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Para garantir a qualificação das empresas participantes e a adequada execução do contrato, a habilitação das licitantes deverá atender aos requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021, contemplando os seguintes aspectos:





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS



#### **4.1. Declarações Obrigatórias**

As licitantes deverão apresentar declarações que atestem a sua conformidade com exigências legais e contratuais, incluindo:

- a) Aceite das condições do certame e compromisso com o cumprimento das obrigações contratuais;
- b) Atendimento à legislação de proteção de dados pessoais (**LGPD**);
- c) Compromisso com a utilização de materiais de procedência legal e práticas ambientais adequadas;
- d) Declaração de não utilização de mão de obra infantil ou trabalho em condições análogas à escravidão;
- e) Ausência de relação de parentesco vedada com agentes públicos envolvidos na contratação;
- f) Reserva de vagas para sentenciados e para pessoas com deficiência, conforme legislação aplicável.

#### **4.2. Habilitação Jurídica**

A licitante deverá demonstrar sua regularidade jurídica mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme seu enquadramento empresarial:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do ato constitutivo em Junta Comercial ou órgão competente, para sociedades;
- c) Estatuto ou contrato social atualizado, acompanhado dos atos que designam seus administradores.

#### **4.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

A regularidade fiscal das licitantes será verificada por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição municipal e regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, Estadual e Federal;
- c) Certidão de Regularidade Fiscal e Trabalhista (CNDT e FGTS);
- d) Comprovação de quitação das obrigações previdenciárias e trabalhistas.





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS

#### **4.4. Qualificação Econômico-Financeira**

Para demonstrar sua capacidade econômico-financeira, a licitante deverá apresentar:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da empresa;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos exercícios sociais, comprovando a boa situação financeira da empresa;
- c) Índices financeiros mínimos exigidos para comprovar a capacidade de execução do contrato;
- d) Relação de contratos e compromissos financeiros vigentes que impactem sua capacidade operacional.

#### **4.5. Qualificação Técnica Operacional e Profissional**

A qualificação técnica será comprovada mediante:

- a) Registro da empresa no CREA, em plena validade;
- b) Atestados de capacidade técnica que demonstrem a execução prévia de serviços compatíveis em complexidade e quantidade com o objeto da licitação;
- c) Apresentação de profissional Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico e Engenheiro Agrônomo registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes de serviços de sondagens geotécnicas;
- d) Declaração de disponibilidade de equipe técnica qualificada e equipamentos necessários para a execução da obra;

#### **4.6. Procedimentos Adicionais**

- a) A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto;
- b) Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.





## **5. CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Existência de peças técnicas constantes dos autos atendem ao conceito e requisitos de um projeto básico e projeto executivo definido no art. 6º, inciso XXV e XXVI da Lei 14.133/2021.**

- Todos os serviços deverão obedecer às especificações técnicas do Termo de Referência, às Normas Brasileiras NBR 9050, NBR 5410, NBR 8160 e NBR 5626 e às Normas Regulamentadoras (especialmente NR-8 e NR-18). A contratada deverá apresentar ART referente a cada etapa do serviço, devidamente registrada no CREA, até sete dias após a ordem de serviço.

### **5.2. Documentação Técnica e Normas Aplicáveis**

A execução dos serviços deverão observar os projetos e documentos técnicos anexos a este Relatório Técnico Preparatório, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Projetos complementares e arquitetônicos;
- b) Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs);
- c) Especificações Técnicas e Memorial Descritivo;
- d) Memorial de Cálculo e Orçamento Detalhado;
- e) Cronograma Físico-Financeiro.
- f) Os serviços deverão seguir integralmente as normas técnicas da ABNT, regulamentações dos Conselhos de Classe e demais legislações aplicáveis.

### **5.3. Condições Gerais de Execução**

A contratada deverá executar os serviços rigorosamente de acordo com os projetos e especificações técnicas, observando os seguintes critérios:

- a) Seguir as normas de segurança do trabalho e proteção ambiental aplicáveis;
- b) Manter o local da realização do serviço organizado e devidamente sinalizado para minimizar riscos;
- c) Submeter relatórios de ensaios e testes conforme exigido para cada serviço;





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS

d) Mitigar impactos ambientais, conforme diretrizes do Plano de Controle Ambiental (PCA).

#### **5.4. Obrigações da contratada**

A empresa contratada será responsável por:

- a) Disponibilizar responsável técnico habilitado, devidamente registrado no CREA;
- b) Nomear preposto aceito pela Administração, que poderá ou não ser o responsável técnico;
- c) Elaborar e submeter à fiscalização um Plano de Execução Detalhado dos serviços, contendo: Ordem de mobilização e prazos; Cronograma detalhado das atividades; Estratégia para execução simultânea ou subsequente de serviços.

5.4.1. Atrasos decorrentes de chuvas ou condições topográficas/geológicas previsíveis não serão aceitos como justificativa para prorrogação do prazo contratual.

#### **5.5. Materiais, Equipamentos e Segurança do Trabalho**

- a) A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços;
- b) Todos os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e manutenção, com operadores devidamente capacitados e habilitados;
- c) Caminhões e equipamentos móveis deverão possuir aviso sonoro de marcha ré e sinalização adequada;

#### **5.6. Diário de Prestação de Serviços**

A contratada deverá manter um Diário de Prestação de Serviços, devidamente numerado e rubricado pela fiscalização, contendo:

- a) Registro diário das condições climáticas, equipamentos, equipe e ocorrências relevantes;
- b) Registro de consultas à fiscalização e suas respectivas respostas;
- c) Ocorrência de acidentes e medidas adotadas.

5.7.1. O Diário de Prestação de Serviços será documento oficial da fiscalização e deverá estar sempre disponível no local de realização dos serviços.





## **6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTOS**

### **6.1. Procedimentos para Pagamento**

6.1.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.1.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.1.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.1.5. Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

6.1.6. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

6.1.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.1.8. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS

6.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- b) Mensalmente, após a execução dos serviços no mês anterior, a Contratada apresentará o Boletim de Medição correspondente, para o processamento e devido pagamento pelo órgão Contratante.
- c) A Contratada será avaliada quanto à qualidade dos serviços realizados por meio das ordens de serviço e relatório circunstancial.
- d) Os resultados dessa avaliação servirão para aplicação de sanções, a juízo do órgão Contratante.
- e) O órgão Contratante, por meio dos fiscais, acompanhará e processará todas as avaliações dos Gestores das edificações trimestralmente, com vistas a melhorar o desempenho da EXECUTORA e a qualidade dos serviços prestados.

## **7. OBRIGAÇÕES**

As obrigações das partes serão formalizadas no contrato, elaborado em conformidade com este Relatório Técnico Preparatório, o Edital e seus anexos, bem como a legislação aplicável.

### **7.1. Obrigações da Contratada**

A empresa contratada será responsável pelo fiel cumprimento do contrato e pela execução dos serviços conforme as normas técnicas aplicáveis, devendo:

- a) Celebrar o contrato e apresentar a documentação exigida dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Apresentar, antes do início dos trabalhos, e manter no local da realização dos serviços as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) e/ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRTs);
- c) Executar os serviços com qualidade e eficiência, conforme projetos, especificações e demais documentos técnicos fornecidos;
- d) Comunicar à fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente no local dos serviços;







- e) Aceitar acréscimos ou supressões contratuais dentro dos limites legais, mantendo as mesmas condições iniciais;
- f) Responder por danos causados ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;
- g) Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação durante toda a vigência do contrato;
- h) Cumprir rigorosamente as normas de saúde e segurança no trabalho, fornecendo ambiente adequado e os equipamentos necessários aos trabalhadores;
- i) Atender às determinações da fiscalização dos serviços, interrompendo atividades que apresentem falhas técnicas ou riscos à segurança;
- j) Garantir acesso à fiscalização e prestar esclarecimentos sempre que solicitado;
- k) Preservar sigilo sobre informações obtidas durante a execução do contrato;
- l) Cumprir todas as normas ambientais, de segurança e regulamentações aplicáveis, em nível federal, estadual e municipal;
- m) Assegurar a continuidade dos serviços em caso de transição contratual, transferindo conhecimento, tecnologia e técnicas utilizadas;
- n) Disponibilizar a relação nominal dos empregados que acessam as instalações da Contratante, sempre que solicitado;
- o) Atender prontamente às solicitações de substituição de empregados, caso constatado descumprimento das obrigações contratuais;
- p) Comportar-se de maneira ética e idônea, garantindo a transparência na execução do contrato;

7.1.1. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a Contratada da responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços executados e materiais empregados, conforme o período de garantia estabelecido.

## **7.2. Obrigações da Contratante**

A Contratante, por meio da Gerência de Obras, será responsável por:

- a) Emitir a Ordem de Serviço para o início da execução contratual;





- b) Designar formalmente os fiscais da obra e do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços;
- c) Fornecer os elementos e dados técnicos necessários para a execução do contrato;
- d) Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, garantindo conformidade com os requisitos técnicos e contratuais;
- e) Comunicar tempestivamente qualquer irregularidade ou necessidade de ajustes na execução dos serviços;
- f) Solicitar a substituição de profissionais que descumpram as obrigações contratuais;
- g) Atestar as Notas Fiscais dos serviços executados, após validação da fiscalização;
- h) Emitir ordem de paralisação dos serviços, se necessário, devidamente justificada e publicada no Diário Oficial;
- i) Efetuar o pagamento das faturas, desde que cumpridas as condições contratuais.

## **8. CONDIÇÕES GERAIS**

### **8.1. Legislação, Normas e Regulamentos**

Durante a execução dos serviços, a Contratada deverá:

- a) Providenciar junto ao conselho profissional competente as Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica (ARTs), conforme aplicável;
- b) Cumprir integralmente as normas trabalhistas e previdenciárias, garantindo a regularidade da equipe alocada para a execução dos serviços;
- c) Efetuar o pagamento de todos os tributos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes sobre o contrato até o recebimento definitivo da obra;
- d) Atender às exigências de inclusão social e cotas determinadas pela legislação estadual e federal aplicável.

### **8.2. Supervisão**

- a) A supervisão técnica dos trabalhos será realizada pela Gerência de Obras da SEE/PB ou por profissional designado, responsável pela fiscalização dos serviços. A





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS

fiscalização acompanhará a execução dos serviços, analisando a documentação produzida e validando sua conformidade, incluindo para efeitos de aprovação de medições e pagamentos.

## **9. DAS GARANTIAS**

### **9.1. Garantia da contratação**

9.1.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

9.1.1.1. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

9.1.1.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

9.1.1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **10. DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. O atraso na execução do contrato poderá ser relevado por despacho fundamentado, caso seja inferior a 5 dias ou se a execução da multa for mais onerosa que sua cobrança.

10.2. A aplicação das penalidades não isenta a Contratada da obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.

10.3. Penalidades podem ser aplicadas cumulativamente com multas, de acordo com a gravidade da infração.

10.4. Se o atraso persistir por mais de 30 dias, poderá ser instaurado processo administrativo para a rescisão unilateral do contrato.

10.5. A Administração informará as penalidades aplicadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) no prazo de 15 dias úteis.

10.6. A reabilitação da Contratada poderá ocorrer nos termos do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.





**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE OBRAS**

10.7. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada em casos de abuso de direito, fraude ou confusão patrimonial, responsabilizando administradores e sócios.

## **11. ANEXOS**

### **11.1. ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA DE CONFORMIDADE E COMPROMISSOS**

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

**Elaborado por:**

**Lucas Fernandes Aguiar**

Gerente de Obras | Engenheiro Civil

Matrícula: 191.872-9

Aprovado por:

**Erivonaldo Alves da Silva**

Secretário de Estado da Educação



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO

**ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA DE CONFORMIDADE E  
COMPROMISSOS**

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF \_\_\_\_\_, com sede na cidade de \_\_\_\_\_, Estado do(a) \_\_\_\_\_, sito à rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Complemento: \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, declara o abaixo:

1. Aceita integralmente as condições estabelecidas no edital e compromete-se a cumprir integralmente as obrigações contratuais dele decorrentes;
2. Atende à legislação de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD) e adota medidas necessárias para assegurar a confidencialidade e a integridade dos dados pessoais eventualmente tratados;
3. Compromete-se a utilizar exclusivamente materiais de procedência legal e a adotar práticas ambientais adequadas e sustentáveis, observando as normas e legislações ambientais vigentes;
4. Declara que não utiliza mão de obra infantil ou trabalho em condições análogas à de escravo, bem como cumpre as disposições legais e normativas relativas à proteção do trabalho;
5. Afirma que não possui relação de parentesco, nos termos da legislação aplicável, com agentes públicos envolvidos na contratação;
6. Compromete-se a reservar vagas para sentenciados em cumprimento de penas e para pessoas com deficiência, observando a legislação aplicável sobre o tema;
7. Declara possuir registro válido da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e dispor de profissional(is) legalmente habilitado(s) responsável(is) pela execução dos serviços objeto da licitação;

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe -  
João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 27/04/2026 - 15:32hs e [SEE136858] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 30/04/2026 - 19:10hs.  
Documento Nº: 9330700.91324429-6460 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.91324429-6460>



SEEPRC202541462V02

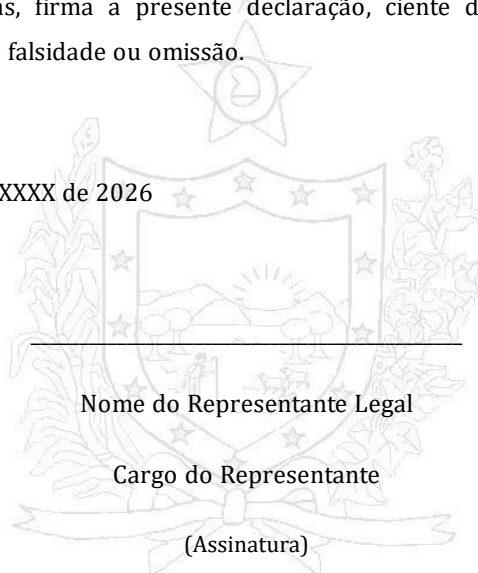
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**  
**GERÊNCIA DE LICITAÇÃO**

8. Declara que dispõe de equipe técnica qualificada e de equipamentos adequados para a execução dos serviços de conservação e limpeza externa previstos no edital;

9. Declara que realizou vistoria prévia nos locais de execução dos serviços e tem pleno conhecimento de todas as condições e peculiaridades da contratação; caso opte por não realizar a vistoria, declara, ainda assim, que tem plena ciência das condições e peculiaridades do objeto e assume integralmente a responsabilidade por eventuais divergências, não podendo alegar desconhecimento posteriormente;

Para os devidos fins, firma a presente declaração, ciente das penalidades legais aplicáveis em caso de falsidade ou omissão.

Cidade - UF, XX de XXXXXX de 2026



Nome do Representante Legal

Cargo do Representante

(Assinatura)

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**

Centro Administrativo Estadual - Avenida Dr. João da Mata, nº 200 - Bloco 1. Jaguaribe -  
João Pessoa/PB - CEP: 58015-900



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**



Assinado com senha por [SEE104725] [SENHA] LUCAS FERNANDES AGUIAR em 27/04/2026 - 15:32hs e [SEE136858] [SENHA] ERIVONALDO ALVES DA SILVA em 30/04/2026 - 19:10hs.  
Documento Nº: 9330700.91324429-6460 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=9330700.91324429-6460>



SEEPRC202541462V02